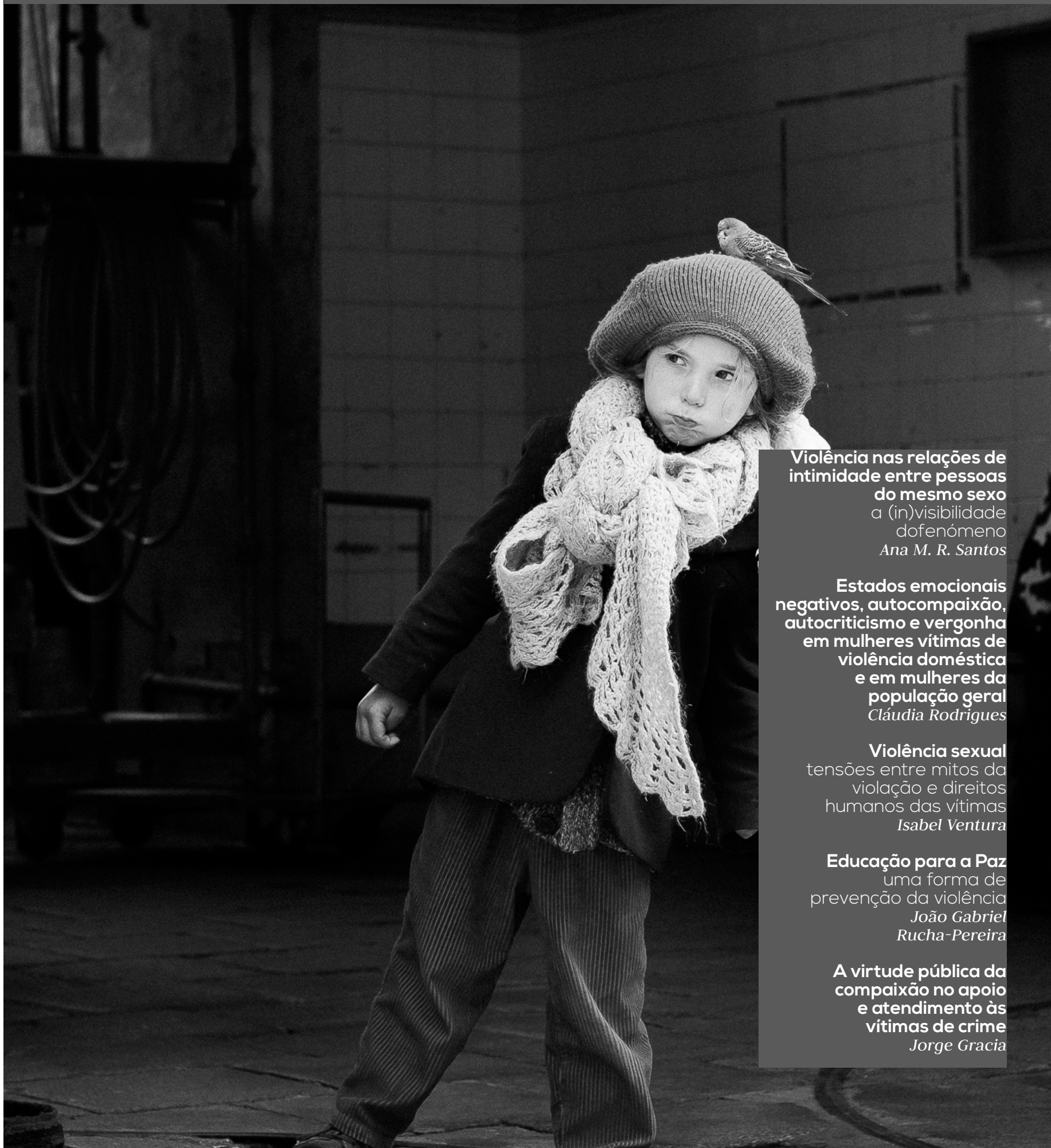


# MISCELLANEA

Dezembro 2017  
NÚMERO 3 | 4

# APAV



**Violência nas relações de intimidade entre pessoas do mesmo sexo**  
a (in)visibilidade do fenómeno  
*Ana M. R. Santos*

**Estados emocionais negativos, autocompaixão, autocrítica e vergonha em mulheres vítimas de violência doméstica e em mulheres da população geral**  
*Cláudia Rodrigues*

**Violência sexual**  
tensões entre mitos da violação e direitos humanos das vítimas  
*Isabel Ventura*

**Educação para a Paz**  
uma forma de prevenção da violência  
*João Gabriel Rucha-Pereira*

**A virtude pública da compaixão no apoio e atendimento às vítimas de crime**  
*Jorge Gracia*

# EDITORIAL



Paulo Teixeira

Ao longo dos últimos anos, a relação entre a investigação científica e a prática profissional no domínio da intervenção e apoio a vítimas de crime tem ganho um crescente protagonismo. Contudo, nem sempre esta operacionalização é óbvia. Por vezes, deparamo-nos com intervenções práticas desprovidas de cientificidade e construídas apenas com base no saber prático, mas pouco sustentadas do ponto de vista dos fundamentos teóricos que devem nortear a intervenção. Por outro lado, é comum encontrarmos investigações, que escrutinam o impacto da vitimação e as vítimas, que procuram encontrar as motivações para a existência e manutenção de comportamentos que produzem ou conduzem à violência mas que são, no final, pouco impactantes na sua capacidade de alimentar ou transferir o conhecimento adquirido para a prática e, mais grave, são elas próprias (re)vitimizadoras.

Enquanto estrutura que apoia vítimas de crime, temos um papel essencial neste equilíbrio e procuramos assegurá-lo no âmbito das colaborações que estabelecemos: proteger as vítimas de investigações “vazias” e “egoístas”, do ponto de vista da sua verdadeira relevância para a prática. A investigação nem sempre serve os interesses das vítimas. Este argumento, recorrentemente e infundadamente utilizado em muitos pedidos de colaboração para estudos e projetos de investigação pode ser, na verdade, falacioso. Com efeito, muitas vezes, a participação das vítimas em recolhas de dados para fins de investigação, pode lesá-las de forma tão irremediável que quase poderiam configurar situações de revitimação e vitimação secundária. Por esse motivo, tentamos ser criteriosos na intenção de colaborar com a investigação, sem deixar que esta intenção interfira com a nossa principal missão: apoiar vítimas de crime.

Este número duplo da *Miscellanea*, à semelhança dos anteriores, abre espaço a temas e estudos que consideramos relevantes para a intervenção que preconizamos.

O primeiro artigo aborda a problemática da violência nas relações de intimidade entre pessoas do mesmo sexo: a (in)visibilidade do fenómeno. Neste trabalho, Ana Santos – que recebeu uma Menção Honrosa no âmbito do Prémio APAV para a Investigação 2016, com a sua dissertação de mestrado intitulada “Violência nos Relacionamentos Íntimos entre Indivíduos do Mesmo Sexo: Prevalência, Contextos e Significações” – elabora um conjunto de questões que permitem, não só uma chamada de atenção para a prevalência

deste fenómeno, como também aponta a responsabilidade da sua dupla invisibilidade a fatores como a homofobia, o heterossexismo e crenças erróneas sobre as dinâmicas e características desta problemática, fatores que, somados ao facto de esta violência “pertencer” à esfera privada do casal, aumentam a vulnerabilidade destas vítimas. Reforça também a necessidade de promover estratégias de prevenção e de intervenção direcionadas para estas vítimas.

É com agrado que vemos que esta invisibilidade tem vindo a ser combatida com o crescente interesse da investigação nestas matérias.

O segundo artigo, da autoria de Cláudia Rodrigues, mestre em Psicologia Clínica, no ramo de Terapias Cognitivo-Comportamentais, estabelece, com base num estudo preliminar, uma comparação entre os estados emocionais negativos, autocompaixão, autocrítica e vergonha em mulheres vítimas de violência doméstica e em mulheres da população geral. Os resultados, não obstante a importância que podem ter do ponto de vista de intervenção com estas mulheres, e como a própria autora o refere, não surpreendem: psicopatologia e pior regulação emocional nas vítimas de violência doméstica. A experiência de vitimação provoca marcas psicológicas intensas na saúde mental destas mulheres, obrigando à procura de estratégias de intervenção mais desafiantes.

Este conhecimento do impacto da vitimação terá seguramente implicações práticas na intervenção desenvolvida.

No artigo intitulado “*Violência sexual: tensões entre mitos da violação e direitos humanos das vítimas*”, Isabel Ventura problematiza a escassez de debate e reflexão acerca desta problemática no espaço público português e a reprodução de mitos da violação no tratamento mediático destes crimes. Introduce “tópicos quentes” como a culpabilização da vítima, a cultura pró-violação e o mito das falsas denúncias. Aborda ainda o processo de atrição – tão elevado nos crimes sexuais – e que conceptualiza a perda de uma queixa-crime se na trajetória judicial. A autora reforça, e bem, a necessidade de (re)conhecer os motivos que estão subjacentes a esta “perda” ou desvio da trajetória judicial.

Isabel Ventura foi agraciada, em 2016, com o Prémio APAV para a Investigação, fruto da sua investigação de doutoramento em Sociologia “*Medusa no Palácio da Justiça: imagens sobre sexualidade, mulheres e violência*”.

O tema da *Educação para a Paz como uma forma de prevenção da violência* é-nos apresentada por João Rucha-Pereira, criminalista, consultor internacional de segurança e mediador de Conflitos. O autor percorre os objetivos centrais da Educação para a Paz, os contextos potenciadores desta implementação, os cuidados e riscos do ponto de vista do contexto social e cultural em que serão inseridos; indica-nos ainda quão abrangente poderá ser a Educação para a Paz e o seu potencial de impacto no desenvolvimento humano de crianças e jovens e na sua proteção contra formas diversas de violência.

Por fim Jorge Gracia, docente da Escola de Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, introduz-nos o tema da virtude pública da compaixão no apoio e atendimento às vítimas de crime. Apresenta-nos a compaixão como “*uma emoção que, embora controversa, tem um importante papel na construção das políticas de apoio e atendimento às vítimas*” e como um alicerce central na formulação de políticas de apoio e atendimento à vítima de crimes graves. Conceitos como compaixão, sofrimento, justiça, vulnerabilidade, interseccionalidade vão sendo inter cruzados ao longo desta leitura, desafiando as nossas conceções e preconceitos relativamente à utilização destes termos.

Este número conta ainda a generosa colaboração de Paulo Teixeira. Nascido em Lisboa, onde ainda hoje reside, Paulo Teixeira é um sociólogo com mais de 20 anos de experiência de trabalho na área da intervenção social em Portugal e a nível internacional. É um empreendedor social que criou a sua própria empresa, a Logframe - Consultoria e Formação, Lda., que trabalha em exclusivo na área social e assume a missão de, com os seus clientes, criar impacto social. Para além da sua paixão pelo trabalho em prol da mudança e impacto social, tem uma paixão pela fotografia que começou na sua juventude impulsionada pela sua mãe. Desde cedo as máquinas fotográficas andaram nas suas mãos enquanto se dedicava a fotografar tudo e todos e a desenvolver os seus “projetos fotográficos”. A sua curiosidade natural e vontade de aprender fizeram com que investisse na sua auto-formação na área da fotografia. Formação que mais tarde complementou com ações de formação e workshops de especialização. A vontade de juntar a sua experiência profissional e sensibilidade para os temas sociais com a sua paixão pela fotografia foram a génese do projeto Humane Focus.

Não poderíamos deixar de agradecer a todas e todos as/os autoras/es pelos seus preciosos contributos. As partilhas, reflexões e resultados que aqui são partilhados servirão de inspiração e motivação para o desenvolvimento e aprofundamento do saber e intervenção junto de vítimas de crime.

Boas leituras!

Rosa Saavedra

P R 😞 C I 😭 O  
😞 E  
A J U 😞 A ,  
😞 U I  
V Í T 😞 M 😞  
D 😞  
C R I M 😞



apav.portugal

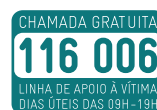


apav\_lav

FALE CONNOSCO PELO MESSENGER OU POR VIDEOCHAMADA  
HÁ UMA NOVA FORMA DE COMUNICAR



Victim Support Europe



apav.pt



PROJETO TALK

APOIO ONLINE A VÍTIMAS DE CRIME



Apóio à Vítima



Co-financiado pelo Programa Justiça da União Europeia



# CONTEÚDO



**Violência nas relações de intimidade entre pessoas do mesmo sexo**  
a (in)visibilidade do fenómeno

*Ana M. R. Santos*

P 6



**Estados emocionais negativos, autocompaixão, autocriticismo e vergonha em mulheres vítimas de violência doméstica e em mulheres da população geral**

*Cláudia Rodrigues*

P 10



**Violência sexual**  
tensões entre mitos da violação e direitos humanos das vítimas

*Isabel Ventura*

P 20



**Educação para a Paz**  
uma forma de prevenção da violência

*João Gabriel Rucha-Pereira*

P 27



**A virtude pública da compaixão no apoio e atendimento às vítimas de crime**

*Jorge Gracia*

P 33

ISBN 978-972-8852-79-5

MISCELLANEA APAV

2017 © APAV  
Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

APAV  
Rua José Estevão 135 A  
1150 201 Lisboa

351 21 358 79 00

apav.sede@apav.pt  
www.apav.pt

Fotografias de *Paulo Teixeira*

Nascido em Lisboa onde ainda hoje reside, é um sociólogo com mais de 20 anos de experiência de trabalho na área da intervenção social em Portugal e a nível internacional.

É um empreendedor social que criou a sua própria empresa, a Logframe - Consultoria e Formação, Lda., que trabalha em exclusivo na área social e assume a missão de, com os seus clientes, criar impacto social.

As suas preocupações sociais revelaram-se desde tenra idade, muito antes de sonhar que esta seria a sua profissão, tendo estado envolvido em diversas organizações e projetos que tinham por objetivo minorar ou resolver problemas sociais.

Para além da sua paixão pelo trabalho em prol da mudança e impacto social, tem uma paixão pela fotografia que começou na sua juventude impulsionada pela sua mãe. Desde cedo as máquinas fotográficas andaram nas suas mãos enquanto se dedicava a fotografar tudo e todos e a desenvolver os seus “projetos fotográficos”.

A sua curiosidade natural e vontade de aprender fizeram com que investisse na sua auto-formação na área da fotografia. Formação que mais tarde complementou com ações de formação e workshops de especialização.

A vontade de juntar a sua experiência profissional e sensibilidade para os temas sociais com a sua paixão pela fotografia foram a génese do projeto Humane Focus.



# Violência nas relações de intimidade entre pessoas do mesmo sexo

## a (in)visibilidade do fenómeno

Ana M. R. Santos



Paulo Teixeira

O fenómeno da violência nos relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo tem vindo a ganhar alguma visibilidade, ainda que escassa, na comunidade científica. Na segunda metade do século passado assistiu-se a uma crescente preocupação com a violência na intimidade, tendo-se posteriormente alargado às relações de namoro (Jasinski & Williams, 1998). Esta intensificação na atenção social da temática surge aliada ao movimento feminino emergente e característico da época (Jasinski & Williams, 1998). Não obstante, tem-se constatado, nos dias de hoje, que diversas áreas estão por explorar, nomeadamente no que diz respeito à violência na intimidade das relações entre parceiros do mesmo sexo (Santos, 2012). Considerando que a violência nos relacionamentos íntimos é um fenómeno transversal a géneros, religiões, contextos geográficos ou até mesmo a classes sociais (Costa, Vieira, Santos, & Santos, s/data; Rohrbaugh, 2006), esta não deve ser encarada nem reduzida apenas a uma forma de violência de género e, conseqüentemente, a uma característica exclusiva aos relacionamentos heterossexuais.

### **PORQUE SABEMOS TÃO POUCO SOBRE A VIOLÊNCIA NOS RELACIONAMENTOS ÍNTIMOS HOMOSSEXUAIS?**

O (escasso) volume de estudos sobre a violência nos relacionamentos íntimos entre parceiros do mesmo sexo tem sido justificado pela associação deste fenómeno à população heterossexual, na qual a mulher, desde sempre, e tendencialmente, é posicionada no domínio da vitimação e o homem no da perpetração (Murray, Mobley, Buford, & Seaman-DeJohn, 2006/2007). Por outro lado, Santos (2012) considera que fatores como a homofobia e o heterossexismo existentes na sociedade são potenciadores de discriminação e estigmatização social promovem a invisibilidade do fenómeno da violência em relacionamentos deste teor, sendo uma das razões subjacentes à dificuldade de acesso aos envolvidos pelo silêncio que promove às vítimas desta forma de abuso.

Importa destacar que a heterossexualidade uma forma de categorização e, conseqüentemente, de compreender e imaginar as relações sociais dos sexos. O discurso associado a esta categorização assume-se como responsável pela classificação das pessoas num sistema binário, patriarcal e estereotipado de género, no qual as pessoas se veem como seres meramente biológicos e imutáveis -

femininos ou masculinos - e não constructos sociais, acarretando diferentes expectativas sociais consoante a categoria determinada (Hassouneh & Glass, 2008). Assim, a homossexualidade e respetivos relacionamentos íntimos, por fugirem a essa heteronormatividade expectável, são ainda mantidos num sistema fechado (Antunes & Machado, 2005).

## O QUE JÁ SE CONHECE SOBRE ESTE FENÓMENO?

Um dos primeiros estudos publicados sobre o tema foi desenvolvido por Brand e Kidd (1986), que verificaram, através dos relatos de vitimação, que homens em relações heterossexuais adotam mais comportamentos agressivos quando comparados a mulheres lésbicas. Neste âmbito, Bologna, Waterman e Dawson (1987) constataram que, numa amostra de 174 mulheres, 26% das mulheres lésbicas admitiram a vitimação, 59% de violência física e 81% de abuso psicológico. Também Milletich e colaboradores (2014) reportaram que 25% da sua amostra (de 209 mulheres) havia relatado a adoção de comportamentos violentos em relação à sua companheira.

Já no contexto português, o primeiro estudo publicado reporta ao ano de 2005, por Antunes e Machado, no qual se verificou que, numa amostra de 63 participantes homossexuais, 20% da mesma assumiu ser vítima de violência na relação atual e 15% reconheceu a adoção de atos abusivos com os seus companheiros/as. Ainda relativamente a este estudo, verificou-se que 62% dos participantes experienciou comportamentos violentos por parte do/a parceiro/a e 46% admitiu a adoção destes contra o/a companheiro/a.

Um outro estudo desenvolvido em Portugal que se refere a esta temática revela que 35%, de uma amostra de 151 participantes, relatou ter sido vítima de violência emocional e 25% admitiu ter sido alvo de violência física pelo/a companheiro/a. Em termos de perpetração, 31% da amostra revelou a adoção de pelo menos um ato de violência emocional sobre o seu companheiro/a, e 25% relatou ter sido fisicamente violento em relação ao seu companheiro/a (Costa, Machado, & Antunes, 2011).

Importa destacar que, e tendo como base o enquadramento legal português, desde a revisão realizada no ano de 2007, ao artigo 152, n.º 1, alínea b), **o código penal consagra a existência de crime de violência doméstica abrangendo indivíduos de outro ou do mesmo sexo.**

## PORQUE DEVEMOS PROCURAR OBTER UM CONHECIMENTO MAIS APROFUNDADO DESTA PROBLEMÁTICA?

Apesar desta constatação corroborada pelos diversos estudos desenvolvidos com populações que tiveram relacionamentos íntimos com pessoas do mesmo sexo aliada, por um lado, às diversas implicações que acarretam a vários níveis (e.g., individual,

social e familiar) (Costa et al., s/d; Madera & Toro-Alfonso, 2005), e, por outro, à criminalização da violência perpetrada contra pessoas do mesmo sexo em contexto de conjugalidade prevista pelo Código Penal Português, verificam-se diversos fatores na nossa sociedade que criam algumas resistências para um conhecimento mais aprofundado deste fenómeno e, conseqüentemente, a uma maior capacidade para prevenir e/ou dar resposta a situações concretas. Foi então pela necessidade urgente de aprofundar o conhecimento teórico ainda escasso sobre esta problemática e a dupla invisibilidade do mesmo, que surgiu o interesse pelo estudo deste fenómeno, pretendendo compreendê-lo de uma forma mais ampla. Assim, foram desenvolvidos dois estudos com vista a analisar os índices de prevalência desta problemática e compreender as suas dinâmicas, significados e sentimentos vivenciados no contexto português, os quais resultaram no estudo “Violência nos Relacionamentos Íntimos entre Indivíduos do Mesmo Sexo: Prevalência, Contextos e Significações”\* alvo de uma Menção Honrosa pela APAV no âmbito do Prémio para a Investigação 2016.

Neste sentido, o conjunto dos estudos realizados demonstrou elevados índices globais de abuso, na forma perpetrada e vitimada. A agressão psicológica foi a forma de violência mais relatada pelos/as participantes. Nas entrevistas realizadas subsequentemente, todos os participantes assumiram de um modo categórico a terem experienciado episódios de violência num relacionamento de intimidade passado, partilharam relatos pormenorizados sobre os incidentes violentos a que foram sujeitos, verificando-se, deste modo, semelhanças (e.g. formas de violência) e especificidades (e.g. forma como a violência vivida é percecionada; procura de ajuda) nas dinâmicas inerentes a este fenómeno comparativamente ao que ocorre em relacionamentos heterossexuais.

Esta investigação permitiu desvendar, ainda que parcialmente, a realidade da violência nos relacionamentos de intimidade entre indivíduos do mesmo sexo, sensibilizando para o não menosprezo e negligência do mesmo, desmistificando, de alguma forma, o mito patente na sociedade vigente da violência como sendo exclusiva a relacionamentos de teor heterossexual, já que os relacionamentos homossexuais são vistos como sendo “igualitários”. De facto, a violência nos relacionamentos heterossexuais assume uma maior visibilidade social, mas os dados apurados demonstram a existência desta problemática nos relacionamentos de índole homossexual, revelando níveis de prevalência preocupantes. Verificou-se ainda uma frequente desvalorização das formas de violência que não sejam “visíveis” (e.g., psicológicas), à culpabilização da vítima pela ocorrência dos mesmos e, conseqüente, desculpabilização dos agentes perpetradores e à própria invisibilidade tão comumente associada a esta problemática em relacionamentos íntimos entre pessoas do mesmo sexo.

Os relatos dos entrevistados, remetem-nos para o uso da violência por parte da amostra como uma estratégia de resposta imediata à situação de *stress*, nomeadamente de autodefesa, corroborando ainda, a bidirecionalidade do abuso.

## DE QUE FORMA CONTRIBUI A SOCIEDADE PARA O ARRASTAMENTO DO FENÓMENO?

Quanto à dinâmica e evolução da violência durante é possível constatar-se que a mesma é maioritariamente constante ou abrupta e em escalada, o que nos remete para a evidência empírica que tende a considerar o abuso psicológico como preditor de outras formas de violência (Antunes & Machado, 2005). Assim, através do estudo realizado, constatou-se ainda uma tendência dos entrevistados para considerarem a violência da qual foram alvo como uma “não violência”, “normalizando” assim a experiência abusiva. Aliada a esta normalização da violência, o receio de discriminação, verifica-se ainda uma desvalorização das entidades (in)formais de apoio. Deste modo, a descrença na sua eficácia demonstra-se intimamente relacionada com o não pedido de ajuda por parte dos alvos de violência.

As vítimas de violência nos relacionamentos entre indivíduos do mesmo sexo têm demonstrado a manifestação de um fator de *stress* idiossincrático promotor da invisibilidade do fenómeno – *outing*, encontrado, também, na história de vitimação dos participantes deste estudo. O *outing* assume-se como uma estratégia do agente perpetrador da violência, na qual, recorrendo à organização social existente, ameaça revelar, sem permissão, a orientação sexual da vítima a familiares, amigos, entidade patronal, entre outros.

Desta forma, o silêncio sobre a relação, seguido do segredo a que as situações de violência na mesma são “impostas” é mantido. **Mas a sociedade desempenha aqui um papel negativo crucial, pois ao fomentar homofobia, heterossexismo e crenças erróneas (e.g., a violência pertence à esfera privada do casal), contribui (in) conscientemente para a “dupla invisibilidade” da problemática e para a manutenção e perpetuação da violência, colocando os indivíduos envolvidos em relacionamentos de índole homossexual em situação de maior vulnerabilidade** (Antunes & Machado, 2005; Santos, 2012; Vickers, 1996).

Existem, então, diversas áreas e formas de impacto que este fenómeno tem nos seus atores e as respetivas significações. Os indivíduos que experimentam violência nos seus relacionamentos íntimos tendem a viver em torno de um dilema complexo: a revelação e a ocultação do abuso, as quais acarretam inevitavelmente consequências inestimáveis e diferentes para as suas vidas (Costa et al., s/d).

## O QUE PODE, ENTÃO, SER FEITO?

A ausência de um maior número de investigação sobre este fenómeno acarreta consequências ao nível das políticas e dos serviços disponíveis para os atores envolvidos em relacionamentos íntimos abusivos entre pessoas do mesmo sexo (Santos, 2012). Os resultados apurados (que, pelas suas limitações existentes devem ser analisados cautelosa e criteriosamente) permitem reconhecer e reforçar a evidência crescente sobre a problemática estudada, assumindo-se como um domínio importante de interesse para os/as profissionais, sobretudo no sentido de serem desenvolvidas **ações de prevenção, sensibilização e adequação da intervenção** para este fenómeno em particular e respetivos atores.

Por outro lado, os estudos já desenvolvidos e a necessidade emergente relativa ao aprofundamento do conhecimento, contribuirão para dar resposta de uma forma mais adequada aos indivíduos envolvidos em relacionamentos abusivos. A intervenção deverá assentar numa perspetiva tripartida, isto é, a nível individual, cultural e institucional (Girshick, 2002), com vista à eliminação do contexto social preconceituoso e desmistificação de crenças erróneas (e.g., a violência nos relacionamentos íntimos é uma violência de género) (Topa, 2010), tendo como propósito a anulação dos obstáculos existentes e inerentes a estes relacionamentos em específico (e.g., homofobia e heterossexismo sociais como promotores da invisibilidade). Considerando que o maior desafio relativamente à violência nos relacionamentos íntimos entre pessoas do mesmo sexo é a invisibilidade social, a qual resulta de fatores estigmatizantes e discriminatórios da própria sociedade, a prevenção através de estratégias de sensibilização e consciencialização da problemática, assume-se como fulcral. Neste sentido, seria relevante um **maior investimento político** por parte do Estado, **movimentos sociais** e restantes instituições no desenvolvimento de respostas públicas efetivas e eficazes para a prevenção deste fenómeno (Santos, 2012). Não obstante, a investigação desta problemática pode contribuir ainda para o **aumento do número de serviços** disponíveis tanto para vítimas quanto para ofensores, tendo como base as especificidades deste fenómeno nos relacionamentos deste teor, ou para o alargamento e adequação nos serviços já existentes.

Atualmente, e cada vez mais, o desejo de uma sociedade inclusiva é manifestado pela população em geral, sendo até utilizado como propaganda política, em diversos momentos sociais. Contudo, numa sociedade profundamente heteronormativa, heterossexista, e assente num sistema de género binário, que cria expectativas quanto aos papéis sexuais que cada género deve assumir, promovendo, desta forma, a invisibilidade dos relacionamentos íntimos entre indivíduos do mesmo sexo e, conseqüente fator idiossincrático de manutenção e aceitação da violência íntima – *outing* –, a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva só se (a)firmará através de estratégias de prevenção e intervenção desenvolvidas e direcionadas a partir, com e para, também, pessoas envolvidas em relacionamentos abusivos de cariz homossexual.

\* Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Fernando Pessoa sob orientação da Professora Doutora Sónia Caridade



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Antunes, R. & Machado, C. (2005). Dupla invisibilidade: A violência nas relações homossexuais. *Psicologica*, 39, 167-187.

Costa, L. G., Machado, C. & Antunes, R. (2011). Violência nas relações homossexuais: A face oculta da agressão na intimidade. *Psicologica*, 1, 2-15.

Costa, E., Vieira, I., Santos, J. & Santos, M. (s/data). *Violência doméstica contra homossexuais: máscaras e mitos: a mídia como instrumento de (in)visibilidade da violência contra homossexuais no âmbito familiar*. Apresentado no VI Congresso internacional de estudos sobre a diversidade sexual e de gênero da ABEH.

Cruz, J. M. (2003). "Why doesn't he just leave?": Gay male domestic violence and the reasons victims stay. *Journal of Men's Studies*, 11, 309-323.

Donovan, C. Hester, M. Holmes, J. McCarry, M. (2006). Comparing domestic abuse in same sex and heterosexual relationships. Retirado a 16 de agosto de 2015, de <http://www.bris.ac.uk/sps/research/projects/completed/2006/rc1307/rc1307finalreport.pdf>.

Duke, A. & Davidson, M. M. (2009). Same-Sex Intimate Partner Violence: Lesbian, Gay, and Bisexual Affirmative Outreach and Advocacy. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 18, 795-816.

Girshick, L. B. (2002). No sugar, no spice: Reflections on research on woman-to-woman sexual violence. *Violence Against Women*, 8(12), 1500-1520.

Hassouneh, D., & Glass, N. (2008). The influence of gender role stereotyping on women's experiences of female same-sex intimate partner violence. *Violence Against Women*, 14(3), 310-325.

Jasinski, J. L., & Williams, L. M. (Eds.). (1998). *Partner violence: A comprehensive review of twenty years of research*. Thousand Oaks: Sage.

Madera, S. R. & Toro-Alfonso, J. (2005). Description of a Domestic Violence Measure for Puerto Rican Gay Males. *Journal of Homosexuality*, 50(1), 155-173.

Murray C. E., Mobley A. K., Buford A. P., Seaman-DeJohn M. M. (2006/2007). Same-sex intimate partner violence: Dynamics, social context, and counseling implications. *The Journal of LGBT Issues in Counseling*, 1, 7-30.

Milletich, R. J., Gumienny, L. A., Kelley, M. L. & D'Lima, G. M. (2014). Predictive Factors for Intimate Partner Violence Against Women. *Journal of Family Violence*, 29(6), 653-664

Rohrbaugh, J. B. (2006). Domestic violence in same-gender relationships. *Family Court Review*, 44(2), 287-299.

Santos, A. C. (2012). Entre duas mulheres isso não acontece - Um estudo exploratório sobre violência conjugal lésbica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 98, 3-24.

Santos, A. M. R. (2015). *Violência nos relacionamentos íntimos entre indivíduos do mesmo sexo: Prevalência, contextos e significações* (Mestrado). Universidade Fernando Pessoa, Porto.

Topa, H. (2010). No arco-íris também há roxo: Violência conjugal nas relações lésbicas. *LES online*, 2 (1), 13-21.

Vickers, L. (1996). The second closet: Domestic violence in lesbian and gay relationships: A western australian perspective. *Family Violence Law and Legislation*, 3(4).





# Estados emocionais negativos, autocompaixão, autocriticismo e vergonha em mulheres vítimas de violência doméstica e em mulheres da população geral

## estudo preliminar comparativo

Cláudia Rodrigues<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Mestre em Psicologia Clínica: Ramo de Terapias Cognitivo-Comportamentais



Paulo Teixeira

## RESUMO

**Objetivos:** Na presente investigação pretendia-se analisar a intensidade dos estados emocionais negativos, autocompaixão, autocriticismo e da vergonha em mulheres vítimas de violência doméstica comparando com mulheres da população geral, perceber as diferenças existentes entre os sintomas psicopatológicos e as estratégias de regulação emocional e compreender de que forma se relacionam entre si.

**Métodos:** A amostra é composta por 66 mulheres, 30 recrutadas no Gabinete de Apoio à Vítima de Coimbra e 36 provenientes avaliadas através de um questionário online, os grupos foram emparelhados por idade, escolaridade e estado civil. Os instrumentos utilizados foram um Questionário Sociodemográfico, as Escala de Depressão, Ansiedade e Stress, da Autocompaixão, das Formas de Autocriticismo/Ataque e Auto tranquilizante e de Coping com a Vergonha.

**Resultados:** Observou-se que os estados emocionais negativos e o autocriticismo foram significativamente superiores nas vítimas, sendo a autocompaixão inferior. Relativamente à vergonha, os valores foram semelhantes nos grupos.

Verificou-se que quando os estados emocionais negativos aumentavam, o autocriticismo e a vergonha também aumentavam, e em oposição, quando os estados emocionais negativos, o autocriticismo e a vergonha aumentavam a autocompaixão diminuiu, em ambos os grupos. Aferiu-se que quando a autocompaixão

aumenta, o autocriticismo e a vergonha diminuíam nos dois grupos. Viu-se, por fim, que quando a vergonha aumentava o autocriticismo também aumentava.

Os resultados obtidos são no sentido esperado, com mais psicopatologia e pior regulação emocional nas vítimas de violência doméstica.

**Palavras-chave:** Violência doméstica; estados emocionais negativos; autocompaixão; autocriticismo; vergonha

## ABSTRACT

**Aims:** The objective of this study was to analyze the intensity of negative emotional states, self-compassion, self-criticism and shame in women victims of domestic violence, comparing with women in the general population, to understand the differences between psychopathological symptoms and emotional regulation strategies and to understand how they relate to each other.

**Methods:** The sample was composed of 66 women, 30 recruited from the Victim Support Office of Coimbra and 36 recruited through an online questionnaire. The groups were matched by age, schooling and marital status. The instruments used were a

Sociodemographic Questionnaire, the Depression, Anxiety and Stress Scale, Compass of Shame Scale, Self-Criticism / Attack and Self-Calming and Compass of Shame Scale.

**Results:** It was observed that the negative emotional states and the self-criticism were significantly superior in the victims, being the self-compassion inferior. Concerning shame, the values were similar in the groups.

It was found that when negative emotional states increased, self-criticism and shame also increased, and in opposition, when negative emotional states, self-criticism, and shame increased, self-compassion diminished in both groups. It was noted that as self-compassion increases, self-criticism and shame diminish in both groups. Finally, when shame increased self-criticism also increased.

The results obtained are in the expected direction, with more psychopathology and worse emotional regulation in the victims of domestic violence.

**Keywords:** intimate partner violence; negative emotional states; self-compassion self-criticism; shame

## INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres não é um fenômeno recente mas o seu reconhecimento como um problema significativo de saúde pública tem aumentado. Estima-se que 1 em cada 3 mulheres já experienciou ou irá experienciar abusos físicos, sexuais ou psicológicos ao longo da vida (United Nation Population Foundation, s.d.; WHO, 2010).

A Organização das Nações Unidas define violência de gênero ou violência contra as mulheres como “qualquer ato de violência baseada no gênero que resulte ou possa resultar em dano físico, sexual ou psíquico, incluindo ameaças, coação ou privação da liberdade, quer ocorram em público ou em privado” (WHO, 2016).

Em Portugal, 1 em cada 3 mulheres referiu ter sido vítima de algum tipo de violência no último ano ou anteriores (Lisboa, 2008). Segundo o Relatório Anual de Estatística da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) de 2015, cerca de 80% dos casos que recebidos foram relativos a violência doméstica, sendo que em 58,4% dos casos, os agressores eram parceiros ou ex-parceiros. Constatou-se também que 81,3% dos agressores eram homens (APAV, 2016). Tanto a APAV como a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) têm tido um papel ativo na prestação de cuidados e serviços para a prevenção e proteção das vítimas, através dos Planos Nacionais contra a Violência Doméstica.

Tem havido um aumento considerável dos problemas de saúde mental nas últimas décadas, sendo a violência doméstica considerada uma das principais causas de incapacidade e morbidade a nível mundial, estando a ser encarada como uma prioridade de saúde pública.

A literatura aponta uma relação moderada a forte entre violência íntima entre parceiros e depressão nas mulheres, salientando

que mulheres agredidas que permanecem na relação são mais propensas à depressão, evidenciando sentimentos de solidão, tristeza, desamparo, baixa-autoestima e baixa autoconfiança, mostrando assim, que a violência íntima entre parceiros se associa aos sintomas depressivos e que os sintomas depressivos se associam à violência entre parceiros (Beydoun, Beydoun, 2012; Devries e colegas, 2013; Jacobucci e Cabral 2004).

Na generalidade, os estados emocionais negativos relacionam-se positivamente com as estratégias mal-adaptativas. A falta de estratégias de resolução de problemas e de regulação emocional pode ter impacto significativo no bem-estar. Aldao, Nolen-Hoeksema e Schweizer (2010) realizaram uma revisão sistemática onde inferiram que a relação entre estratégias de regulação emocional e a psicopatologia poderiam variar dependendo da estratégia e da psicopatologia em questão. Sugeriram, também que as perturbações de humor, como a depressão, ansiedade e o stress se associam intimamente com a regulação emocional.

A autocompaixão, enquanto estratégia de regulação emocional, é vista como uma relação saudável com o próprio, em momentos de sofrimento pessoal, diferente da autoestima, pois não inclui avaliações acerca do valor pessoal, como a auto-pena e a comiseração pelo *eu* (Neff, 2003a, 2003b; Neff e Vonk, 2009). Vários estudos têm comprovado que a autocompaixão é um forte preditor do bem-estar e saúde mental. Neff e colegas verificam que se associa positivamente com a satisfação com a vida, com a felicidade, com a inteligência emocional e conectividade social, com a iniciativa pessoal, com a sabedoria, com o otimismo, com o afeto positivo em geral. Por outro lado, relaciona-se negativamente com a depressão, ruminação, autocriticismo, ansiedade, perfeccionismo, conectam-se, portanto com os afetos negativos (Gilbert e Procter, 2006; Neff, Kirkpatrick e Rude, 2007).

Em oposição, indivíduos com altos níveis de autocriticismo estão focados em atingir objetivos e metas, não saboreando as suas realizações e deixando o autojulgamento guiar a sua vida (Blatt e Zuroff, 1992). Estas pessoas possuem sentimentos de desvalorização, inferioridade, culpa, sendo o autocriticismo reconhecido como único preditor de depressão e afetos negativos (Dunkley, Blankstein e Flett, 1997; Zuroff, Moskowitz e Côté, 1999).

Gilbert e colegas sugeriram que o autocriticismo é um processo que varia nas formas e funções. Uma dessas formas centra-se nos sentimentos de inadequação, na inferioridade. A outra baseia-se no auto-descontentamento e na autoaversão. Ambas as formas de autocriticismo se correlacionam positivamente entre elas e com a depressão, enquanto que a capacidade de se auto-tranquilizar se relaciona negativamente com a depressão (Gilbert, Clarke, Hempel, Miles e Irons, 2004).

Outra emoção associada à regulação emocional é a vergonha, que é considerada uma das mais poderosas do ser humano, guiando o comportamento e marcando a forma como nos vemos, estando associada de forma intrínseca à relação do *eu* com os outros (Tangney e Dearing, 2002). É considerada uma emoção auto-consciente e de segunda ordem (Lewis, 1995 citado em Gilbert, 2002). Surge como uma resposta automática de defesa do nosso sistema, é uma emoção negativa associada a um sentido de diminuição e desvalorização pessoal.

Tem sido descrita como uma vivência interna do *eu* como não atrativo, indesejável, defeituoso, sem valor e impotente (Gilbert e McGuire, 1998) e está extremamente associada à percepção que se tem do *self* (Tangney e Dearing, 2002).

Nos últimos anos, a vergonha tem sido explorada por vários investigadores que a consideram muito importante na formação e manutenção de psicopatologia, como variável preditora nos quadros clínicos como a depressão, ansiedade social e baixa autoestima (Gilbert e Andrews, 1998). Vários estudos evidenciam uma relação significativa entre vergonha e depressão (Gilbert, Allan e Goss, 1996; Gilbert e Gerlsma, 1999; Gilbert, 2000a; Tangney, Wagner e Gramzow, 1992).

Segundo Lewis (1971, citado em Ferguson e Crowley, 1997) as mulheres apresentam uma maior propensão para sentir vergonha, sendo que experiências de socialização promovem uma dependência de campo que surge cedo nas suas vidas. Esta dependência aumenta a suscetibilidade das mulheres para as pressões do ambiente, conformando-se com a visão tradicional feminina e passiva do *self*. Ferguson e Crowley (1997), associam positivamente a propensão para a vergonha e a tendência para o ataque ao *self* e aos outros. Lutwak e Ferrari (1996), observaram que as mulheres apresentam uma maior tendência para a vergonha e culpa comparativamente aos homens.

Efthim, Kenny e Mahalik, (2001) afirmam que as pessoas percebem que elas próprias violam expectativas sociais relacionadas com os papéis de género. Relatam que as mulheres sentem stress associado à inferioridade intelectual e falha na correspondência aos padrões de adequação no trabalho e nas relações sexuais. Incluem a não vinculação emocional (e.g., falha do desenvolvimento da confiança e de relações íntimas), não atração física, vitimação e não assertividade.

Por estes motivos, são objetivos desta investigação: a) analisar a intensidade dos estados afetivos negativos, da autocompaixão, do autocriticismo e da vergonha no grupo de mulheres vítimas de violência doméstica e no grupo de mulheres que responderam ao questionário online; b) perceber se há diferenças entre ambas os grupos; c) averiguar se há relação entre estados afetivos negativos, autocompaixão, autocriticismo e vergonha nos grupos.

## MÉTODOS

### PROCEDIMENTOS

No âmbito do projeto de investigação: *Processos Emocionais Protetores: Estudos dos processos emocionais, dimensões neuropsicológicas e processos sociais ao longo do ciclo vital*, contactou-se Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), tendo como local de recolha o Gabinete de Apoio à Vítima (GAV) de Coimbra. A aplicação do protocolo decorreu entre fevereiro e julho de 2016, cuja participação das utentes do Gabinete de Apoio à Vítima de Coimbra foi voluntária e informada. Para além da recolha física realizada no GAV de Coimbra, realizou-se uma online através dos Documentos Google, com o intuito de recolher amostra da população geral, não vítimas.

## PARTICIPANTES

A amostra parcial foi recolhida no GAV de Coimbra conteve elementos do sexo masculino ( $n = 2$ ), mas excluíram-se os mesmos. Optou-se apenas pela inclusão de participantes do sexo feminino, atendendo a que a literatura nesta área aponta as mulheres como sendo as principais vítimas e os homens os principais agressores (García-Moreno, et al., 2005; Tjaden e Thoennes, 2000). A amostra final era constituída por 66 mulheres, 30 provenientes do grupo da APAV e 36 recolhidas através de questionário online com idades compreendidas entre os 21 e os 67 anos. Ambos os grupos foram emparelhados por idade, estado civil e escolaridade.

## INSTRUMENTOS

Através do *Questionário sóciodemográfico* foram recolhidas informações sobre a idade, sexo, estado civil, escolaridade.

A *Depression, Anxiety and Stress Scale – DASS-21*, avalia a depressão, ansiedade e stress. A escala original de Lovibond e Lovibond é composta por três subescalas cada uma com 7 itens, respondidos através de uma escala de Likert de 4 pontos. A primeira subescala avalia a depressão, a segunda subescala avalia a ansiedade e a última escala avalia o stress (Apóstolo et al., 2006). Os resultados relativos a cada subescala são obtidos através do sumário dos itens, com a pontuação a variar entre 0 e 21. Pontuações mais elevadas em cada subescala correspondem a níveis mais elevados de depressão, ansiedade e stress, ou seja, estados afetivos mais negativos (Apóstolo et al., 2006; Lovibond e Lovibond, 1995). As propriedades psicométricas foram adequadas no estudo de Apóstolo e colegas com alfas de Cronbach variando entre 0,90 para a subescala da depressão, 0,86 para a subescala da ansiedade, 0,88 para a subescala de stress e 0,95 para o total das subescalas (Apóstolo et al., 2006). No presente estudo o  $\alpha$  de Cronbach= 0,97 no total, 0,93 na subescala da depressão, 0,92 para a subescala da ansiedade e de 0,93 para a subescala do stress.

A *Escala de Autocompaixão – SELFCS* tem como finalidade avaliar a autocompaixão, e é constituída por 26 itens, divididos em 6 subescalas: calor/compreensão; autojulgamento crítico; condição humana; isolamento; mindfulness e sobreidentificação. O formato de resposta é tipo Likert de 5 pontos, em que o resultado elevado significa mais autocompaixão para consigo mesmo. Relativamente às propriedades psicométricas na versão original apresentou um  $\alpha$  de Cronbach=0,92 (Neff, 2003) e na versão portuguesa um  $\alpha$  de Cronbach= 0,89 (Castilho e Pinto-Gouveia, 2011a) e no presente estudo um  $\alpha$  de Cronbach= 0,93.

A *Escala de Formas do Autocriticismo/Ataque e Auto-Tranquilizante – FSCRS* é constituída por 22 itens, numa escala de Likert de 5 pontos, com a finalidade de avaliar a forma como as pessoas se autocriticam/atacam e autotranquilizam perante situações de fracasso e erro. Subdivide-se em três subescalas: o Eu, o Eu Tranquilizador e o Eu Detestado. Na versão original, o  $\alpha$  de Cronbach=0,90 na subescala Eu Inadequado;  $\alpha$  de Cronbach=0,86 na subescala Eu Tranquilizador e na subescala Eu Detestado. Na versão portuguesa o  $\alpha$  de Cronbach=0,89 no Eu Inadequado,  $\alpha$  de Cronbach= 0,62 no Eu Detestado e o  $\alpha$  de Cronbach= 0,87 no Eu



Tranquilizador. No presente estudo na subescala do Eu Inadequado foi  $\alpha$  de Cronbach=0,88, na subescala Eu Tranquilizador foi  $\alpha$  de Cronbach= 0,89 e por fim para a subescala do Eu Detestado foi de 0,79.

A *Compass of Shame Scale* – CoSS é uma escala de autorresposta constituída por 48 itens divididos em 12 categorias, avaliados numa escala tipo Likert de 5 pontos. Avalia as diferenças individuais, estratégias de *coping*, que os sujeitos podem apresentar em resposta a uma experiência de vergonha. As quatro respostas presentes na *Compass of Shame* representam as diferentes estratégias do modelo de Nathanson (fuga; evitamento; ataque ao self e ataque ao outro). Mais tarde foi desenvolvida uma subescala adaptativa constituída por 10 itens finais que representam respostas adaptativas a situações indutoras de vergonha. No estudo de Campbell e Elison (2005), os  $\alpha$  de Cronbach=0,72 para a subescala evitamento; 0,87 para subescala fuga; 0,88 para a subescala ataque ao Self; 0,84 para a subescala ataque ao outro. No presente estudo o  $\alpha$  de Cronbach=0,66 na subescala do evitamento, 0,81 na subescala de fuga, 0,89 na subescala do ataque ao self e de 0,66 na subescala do ataque ao outro.

## ANÁLISE ESTATÍSTICA

Os dados foram analisados com recurso ao programa Statistical Package for the Social Science (SPSS), versão 23 para Windows. Para a caracterização da amostra foi efetuada a estatística descritiva, com o cálculo das médias, desvios-padrão e frequências.

A seleção da amostra foi feita através de métodos não probabilísticos de amostragem, sendo usado o procedimento não intencional de conveniência. Trata-se de um estudo de carácter descritivo correlacional (relação entre variáveis: estados emocionais negativos, autocompaixão, autocrítico e vergonha).

Para estudar a normalidade foi utilizado o teste de Shapiro-Wilk, visto ser mais potente para testar a normalidade tendo-se verificado que as distribuições das subescalas Ansiedade e Stress da DASS-21, a subescala Eu-Detestado do FSCRS e a subescala Ataque ao Outro da COSS não apresentavam uma distribuição normal, optámos pelo teste U de Mann-Whitney. Nas restantes subescalas e pontuações totais utilizámos o teste t de Student.

Para analisar a consistência interna dos instrumentos, utilizou-se o Alfa de Cronbach, uma vez que prevê uma boa fidelidade dos mesmos. Para analisar as associações entre as diversas variáveis, utilizou-se o coeficiente de correlação de Pearson para variáveis contínuas. Para a interpretação da magnitude das associações foi utilizada a convenção de Pestana e Gageiro (2008).

**Tabela 1**

*Caracterização Sociodemográfica da Amostra (N=66): APAV (n=30) e Online (n=36)*

		Total		APAV		ONLINE	
		N	%	N	%	N	%
<b>Idade</b>	21-30	10	15,2	4	13,3	6	16,7
	31-40	27	40,9	10	33,4	17	47,2
	M = 40,71	16	24,2	9	30,0	7	19,4
	41-50	16	24,2	9	30,0	7	19,4
	DP = 10,75	12	18,2	6	20,0	6	16,7
	51-60	12	18,2	6	20,0	6	16,7
	61-70	1	1,5	1	3,3	0	0,0
<b>Estado civil</b>	Solteira	23	34,8	8	26,7	15	41,7
	Casada	30	45,5	9	30	21	58,3
	Divorciada	13	19,7	13	43,3	0	0,0
<b>Escolaridade</b>	1º. Ciclo	2	3,0	2	6,7	0	0,0
	2º. Ciclo	2	3,0	2	6,7	0	0,0
	3º. Ciclo	4	6,1	3	10	1	2,8
	Secundário	15	22,7	10	33,3	5	13,9
	Licenciatura	26	39,4	7	23,3	19	52,8
	Mestrado	12	18,2	4	13,3	8	22,2
	Doutoramento	3	4,5	0	0,0	3	8,3
	Pós-graduação	1	1,5	1	3,3	0	0,0
	Não respondeu	1	1,5	1	3,3	0	0,0

Notas: APAV = Associação Portuguesa de Apoio à Vítima; M = média; DP = desvio-padrão; n = número da amostra.

Tabela 2

Médias e desvios-padrão totais e por grupos (APAV: n=30; Online: n=36) e comparação das variáveis em estudo (N=66)

	Total		APAV		ONLINE		t/U
	M	DP	M	DP	M	DP	
<b>DASS-21</b>	21,59	17,62	<b>28,80</b>	18,71	15,58	14,30	3,17**
Depressão	6,74	6,41	<b>9,70</b>	6,96	4,28	4,70	3,63**
Ansiedade	6,67	6,20	<b>8,83</b>	6,87	4,86	5,00	354*
Stress	8,74	6,16	<b>10,97</b>	5,78	6,89	5,90	335**
<b>SELFCS</b>	80,89	15,89	73,57	16,82	83,87	14,47	1,60 <sup>NS</sup>
Calor/Compreensão	14,70	4,66	12,73	5,27	15,51	3,95	0,52 <sup>NS</sup>
Autocritica	15,86	4,60	14,67	4,48	16,86	4,53	1,97 <sup>NS</sup>
Condição Humana	12,79	3,56	13,30	4,11	12,36	13,02	1,07 <sup>NS</sup>
Isolamento	12,49	3,62	11,60	3,62	13,25	3,50	1,87 <sup>NS</sup>
Mindfulness	12,79	3,56	12,20	13,85	12,28	3,27	1,23 <sup>NS</sup>
Sobre identificação	12,17	4,11	11,33	4,35	12,86	3,83	1,52 <sup>NS</sup>
<b>FSCRS</b>	19,76	11,34	<b>23,37</b>	11,81	16,75	10,15	2,45*
Eu-detestado	3,54	3,92	4,60	4,57	2,66	3,10	380 <sup>NS</sup>
Eu-tranquilizador	21,18	7,29	20,12	7,30	22,06	7,26	1,07 <sup>NS</sup>
Eu-inadequado	16,21	8,16	<b>18,76</b>	8,04	14,08	7,73	2,41*
<b>COSS</b>							
Evitamento	17,49	5,90	16,63	6,12	18,20	5,70	1,07 <sup>NS</sup>
Ataque-self	19,50	9,70	19,80	10,90	19,25	8,72	0,23 <sup>NS</sup>
Fuga	20,12	11,70	21,20	12,75	19,22	10,85	0,68 <sup>NS</sup>
Ataque-outro	11,74	8,58	11,00	9,42	12,36	7,86	471 <sup>NS</sup>

Notas: APAV = Associação Portuguesa de Apoio à Vítima; DASS-21 = Escala da Depressão, Ansiedade e Stress - 21 itens; SELFCS = Escala da Autocompaixão; FSCRS = Escala de Formas do Autocriticismo/Ataque e Auto-Tranquilizante; COSS = Escala do Coping com a Vergonha; M = média; DP = desvio-padrão; n = número da amostra; t = teste de student; U = Teste de U de Mann-Whitney; <sup>NS</sup> Não significativo; \* p < 0,05; \*\* p < 0,01.

## RESULTADOS

A amostra final era constituída por 66 mulheres, 30 provenientes do grupo da APAV (45,5%) e 36 (55,5%) recolhidas através de questionário online com idades compreendidas entre os 21 e os 67 anos, sendo a média de idades das mulheres da APAV de 42,37 anos (DP = 11,34) e do grupo Online de 39,33 anos (DP = 10), tal como apresentado na Tabela 1.

Relativamente ao estado civil, salientou-se a discrepância entre estados civis nos grupos, sendo que no grupo APAV, a maioria das mulheres eram divorciadas (43,3%), em oposição à subamostra online sendo a maioria das mulheres casadas (58,3%),

Em relação à escolaridade, nas vítimas, a média de escolaridade foi de 4,21 (DP = 1,54) e no grupo Online de 5,19 (DP = 0,89). Nota-se uma diferença no grupo online, onde as mulheres possuem maioritariamente uma licenciatura, comparativamente à das vítimas, que maioritariamente completaram o ensino secundário.

Na Tabela 2, podemos analisar os valores médios e desvios-padrão

das pontuações nos instrumentos utilizados no nosso estudo (estados emocionais negativos, autocompaixão, autocriticismo e vergonha). Verificou-se que os estados emocionais negativos foram superiores nas vítimas ( $t = 3,17$ ;  $p = 0,003$ ), apresentando valores significativamente superiores em todas as subescalas. Por outro lado, a autocompaixão mostrou-se superior nas mulheres do grupo online, com a exceção para a subescala da Condição Humana onde o valor obtido nas vítimas é ligeiramente superior, no entanto, não se observaram diferenças significativas.

No que diz respeito ao autocriticismo verificou-se que este foi superior no grupo da APAV, sendo a diferença significativa ( $t = 2,45$ ;  $p = 0,02$ ). Por fim, acerca da vergonha, analisou-se que o Evitamento e o Ataque ao outro eram ligeiramente superiores no grupo online, em oposição à Fuga que era superior na APAV. A subescala do Ataque ao self evidenciou valores similares nos grupos.

Na Tabela 3 apresentamos as correlações entre os estados emocionais negativos, a autocompaixão, o autocriticismo e a vergonha no grupo APAV.

Tabela 3

Análise das correlações entre os estados emocionais negativos, autocompaixão, autocrítico e vergonha no grupo APAV

	APAV						
	1.	2.	3.	4.			
				a.	b.	c.	d.
1. DASS	-						
2. SELFCS	-0,54**	-					
3. FSCRS	0,79**	-0,53**	-				
4. COSS	a. Evitamento	-0,22	0,04	-0,27	-		
	b. Ataque-Self	0,41*	-0,69**	0,43*	0,19	-	
	c. Fuga	0,37*	-0,73**	0,45*	0,19	0,76**	-
	d. Ataque-outro	0,17	-0,12	0,20	0,42*	0,39*	0,30

Notas: APAV = Associação Portuguesa de Apoio à Vítima; DASS-21 = Escala da Depressão, Ansiedade e Stress - 21 itens; SELFCS = Escala da Autocompaixão; FSCRS = Escala de Formas do Autocriticismo/Ataque e Auto-Tranquilizante; COSS = Escala do Coping com a Vergonha; \* Correlação é significativa ao nível de 0,05; \*\* Correlação é significativa ao nível de 0,01.

Podemos verificar que os estados emocionais negativos (DASS-21) se encontravam associados moderadamente, de forma negativa e estatisticamente significativa, com a autocompaixão. Por sua vez, verificámos uma associação alta entre os primeiros e o autocrítico, de forma positiva e estatisticamente significativa. Relativamente à relação entre a DASS-21 e o ataque ao *self* (COSS), esta foi uma associação fraca, positiva, com significância estatística.

A autocompaixão associou-se moderadamente, de forma negativa e estatisticamente significativa com o autocrítico. Apresentou, também, uma associação moderada, negativa e estatisticamente significativa com o ataque ao *self* e a uma associação alta com a fuga da COSS.

Quanto ao autocrítico pôde observar-se que apresentou uma correlação moderada positiva, estatisticamente significativa, com o ataque ao *self* e com a fuga.

Por fim, relativamente à vergonha pôde observar-se associações positivas entre as subescalas da COSS. A fuga apresentou uma associação alta e positiva, com significância estatística com o ataque ao *self*. O ataque ao outro associou-se de forma fraca e positiva com o ataque ao *self*, no grupo APAV.

Na Tabela 4 podemos verificar que os estados emocionais negativos (DASS-21) se associaram moderadamente, de forma negativa e estatisticamente significativa, com a autocompaixão. Por sua vez, verificámos uma associação alta entre os primeiros e o autocrítico, de forma positiva e estatisticamente significativa. Relativamente à relação entre a DASS-21 e o ataque ao *self* (COSS), esta foi uma associação fraca, positiva e estatisticamente significativa.

A autocompaixão (SELFCS) apresentou uma associação alta, de forma negativa e estatisticamente significativa com o autocrítico (FSCRS). Evidenciou, também, uma associação moderada, negativa e estatisticamente significativa com o ataque ao *self* e a uma associação alta com a fuga da COSS.

Relativamente ao autocrítico, existiu uma associação fraca com o evitamento, uma associação alta com o ataque ao *self* e associações moderadas com a fuga e o ataque ao outro, sendo todas as associações positivas e estatisticamente significativas. Existiu uma associação moderada positiva com o ataque ao outro da COSS.

Encontrámos associações moderadas entre o ataque ao *self*, a fuga e o ataque ao outro com o evitamento, bem como associações moderadas entre a fuga e o ataque ao outro com o ataque ao *self*, por fim, o ataque ao outro associou-se moderadamente com a fuga. Todas as correlações descritas foram estatisticamente significativas.

## DISCUSSÃO

A violência contra as mulheres sempre existiu, no entanto nas últimas duas décadas tem-se destacado, sendo considerada um abuso dos direitos humanos das mulheres, reconhecida como violência de género (FRA, 2014). Segundo a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA), em Portugal cerca de 93%

Tabela 4

Análise das correlações entre os estados emocionais negativos, autocompaixão, autocrítico e vergonha no grupo ONLINE

	Online						
	1.	2.	3.	4.			
				a.	b.	c.	d.
1. DASS	-						
2. SELFCS	-0,67**	-					
3. FSCRS	0,79**	-0,74**	-				
4. COSS	a. Evitamento	0,37*	-0,12	0,37*	-		
	b. Ataque-Self	0,67**	-0,61**	0,80**	0,41*	-	
	c. Fuga	0,63**	-0,70**	0,69**	0,51**	0,75**	-
	d. Ataque-outro	0,66**	-0,53**	0,65**	0,63**	0,73**	0,73**

Notas: DASS-21 = Escala da Depressão, Ansiedade e Stress - 21 itens; SELFCS = Escala da Autocompaixão; FSCRS = Escala de Formas do Autocrítico/Ataque e Auto-Tranquilizante; COSS = Escala do Coping com a Vergonha; \* Correlação é significativa ao nível de 0,05; \*\* Correlação é significativa ao nível de 0,01.

das mulheres inquiridas pensa que a violência contra as mulheres é extremamente comum no seu país (2014).

O grupo APAV apresenta um nível de escolaridade inferior ao do grupo online, podendo esta diferença ter impacto na interpretação e resposta ao protocolo. Para além disso, o grupo APAV possui, um largo número de mulheres divorciadas em oposição ao grupo de controlo, onde a maioria se encontra casada. Esta diferença do estado civil pode ser fruto da violência doméstica vivenciada pelos elementos do grupo APAV e pode ter influência nos resultados obtidos.

Os primeiros objetivos pretendiam compreender a intensidade dos estados emocionais negativos, da autocompaixão, do autocrítico e da vergonha em mulheres vítimas de violência doméstica comparando-as com um grupo de mulheres da população geral. Assim sendo, em relação aos estados emocionais negativos, o grupo da APAV apresentou valores bastante superiores aos obtidos no grupo online. Os valores obtidos pelas mulheres vítimas de violência doméstica são semelhantes aos obtidos no estudo de validação da DASS-21, especialmente nas subescalas da ansiedade e do stress (Apóstolo et al., 2006). A validação foi realizada em contexto hospitalar, na consulta externa, sendo este um ambiente que pode ser considerado stressante e as vítimas encontram-se sujeitas a situações de stress diário, justificando assim, a similaridade dos resultados. A literatura aponta para uma relação moderada a forte entre violência entre parceiros e depressão (Beydoun et

al., 2012). Numa revisão sistemática de vários estudos, realizada por Devries e colegas (2013) concluiu-se que a violência íntima entre parceiros estava associada a sintomas depressivos e que os sintomas depressivos se associavam à violência entre parceiros, corroborando os nossos resultados.

Considerando que os os sintomas depressivos envolvem um estado mental negativo, menos energia, motivação e um afastamento da vida social, presumidamente, contribuem para uma diminuição da procura de ajuda e para a manutenção da relação violenta (Rhatigan, Shorey e Nathanson, 2011). Será fundamental visualizar a vitimação como um processo cumulativo, encarando-o como um contínuo, assim sendo, embora a relação violenta em que se encontram possa terminar, as experiências traumáticas vivenciadas, poderão permanecer, contribuindo para a formação de crenças disfuncionais e desregulação emocional, levando à construção de esquemas mal-adaptativos (APAV, 2010).

No grupo da APAV, a autocompaixão apresentou valores inferiores aos do grupo online. Segundo o nosso conhecimento, a literatura é escassa nesta área, sendo este um dos primeiros estudos sobre estes construtos. Aldao e colegas (2010) salientam que a literatura associada à violência doméstica dedica pouca atenção à regulação emocional. A autocompaixão pressupõe a existência de uma atitude compassiva para com o eu, no caso das vítimas é-lhes incutido, pelos agressores, que estas não são dignas de valor e que não são competentes nas várias áreas da sua vida, fazendo-as sentirem-



se inferiores, levando-as a tentar corresponder aos desejos e necessidades dele (Kirkwood, 1993) atacando o seu *self*.

Esta ideia de Kirkwood corrobora os resultados obtidos na escala do autocrítico, onde este foi significativamente superior nas vítimas em comparação com o grupo online. O carácter incisivo e a tenacidade com que os agressores enfatizam as falhas e defeitos das vítimas, levando-as a integrar essas afirmações como verdadeiras e a assumirem um papel autocrítico sobre si mesmas pode justificar os resultados obtidos. Embora seja suposto existir, marcadamente, autocrítica nas vítimas, os resultados apontam para um valor elevado na subescala do Eu-tranquilizador, podendo indicar que embora as vítimas se culpabilizem têm ainda, algum sentimento que as tranquiliza, associando-se este último à autocompaixão. Vários estudos apontam o autocrítico como preditor de depressão e afetos negativos, correlacionando-o positivamente com a depressão (Dunkley, Blankstein e Flett, 1997; Gilbert, et al, 2004; Zuroff, Moskowitz e Côté, 1999). O facto de existirem valores associados ao Eu-tranquilizador e à autocompaixão pode estar relacionado com a tomada de decisão, por parte das vítimas, de procurar ajuda para a sua situação atual. Por outro lado, a autocompaixão existente nas vítimas, embora baixa poderá também ser encarada como despoletador da procura de auxílio.

Os valores da vergonha foram semelhantes em ambos os grupos. A vergonha e a violência entre parceiros íntimos têm sido uma área pouco explorada, e quando explorada esta centra-se em amostras de estudantes universitários, impedindo a sua generalização. No entanto, nas amostras universitárias, observa-se uma tendência para a relação entre violência e vergonha em ambos os sexos e entre vítimas e agressores (Lawrence e Taft, 2013).

A subescala do Ataque ao *self* apresentou os valores mais elevados. Segundo Fergunson e Crowley (1997), existe uma associação positiva entre a propensão para a vergonha e a tendência para o ataque ao *self* e aos outros. Ismail, Berman e Ward-Griffin (2007) entrevistaram jovens mulheres vítimas de diversos tipos de agressão, sendo que a maioria reportou ter experienciado vergonha como resultado das vivências abusivas. No nosso caso, a vergonha reportada pelas vítimas poderá prender-se com as experiências traumáticas, mas também com a exposição pessoal a que se colocam, visto terem sido inquiridas num gabinete de apoio à vítima. A própria vergonha e/ou receio de se assumirem como vítimas perante terceiros e do julgamento destes sabe-se que influencia a decisão de procurar ajuda por parte das vítimas (APAV, 2016; Loke, Wan e Hayter, 2012).

Quanto ao terceiro objetivo, pretendia-se perceber se há relação entre os estados emocionais negativos e as estratégias de regulação emocional, assim sendo optou-se por analisar por subamostra.

No grupo APAV, os estados emocionais negativos relacionam-se negativamente com a autocompaixão. Assim sendo, quando os estados emocionais negativos aumentam a autocompaixão diminui, e quando a autocompaixão aumenta os estados emocionais negativos diminuem. A autocompaixão é uma variável importante para a compreensão da psicopatologia (MacBeth e Gumley, 2012), sendo que a falta desta poderá contribuir como fator de vulnerabilidade para a depressão e que em oposição, cultivando a autocompaixão poderá ser importante nos programas de prevenção e tratamento da depressão (Krieger Berger e Holtforth, 2016). É importante salientar que os resultados da maioria dos

estudos se centram na depressão e nos sintomas desta.

Em oposição, encontraram-se associações positivas moderadas a fortes entre os estados emocionais negativos e o autocrítico, sendo que quando os estados emocionais negativos aumentam, aumenta também a autocrítica, e vice-versa. Vários estudos corroboram estes resultados, concluindo que o autocrítico se correlacionam positivamente com a depressão (Gilbert, et al, 2004). Aspectos traumáticos, como a violência entre parceiros, desempenha um papel importante na construção da imagem pessoal. Azir, Amir e Swisa (2005) perceberam que o stress pós-traumático após a violência doméstica se associa com uma imagem crítica do *eu*.

Os estados emocionais negativos correspondentes à depressão, ansiedade e stress apresentam uma associação positiva moderada com a vergonha, nomeadamente com o ataque ao *self*, evidenciando-se uma relação significativa entre vergonha e depressão (Gilbert, Allan e Goss, 1996; Gilbert e Gerlsma, 1999; Gilbert, 2000; Tangney, Wagner e Gramzow, 1992), sendo semelhantes em ambos os grupos.. A vergonha pode ser considerada um fator moderador dos sintomas psicopatológicos e da violência doméstica (Shorey, 2011). A vergonha tem sido reconhecida como componente significativo para um leque de problemas de saúde mental (Gilbert, 1997; Tangney e Dearing, 2002) e em oposição, indiretamente a depressão prevê um aumento da vergonha e um maior isolamento, diminuindo a eficácia pessoal (Rathigan et al., 2011).

No grupo APAV a autocompaixão relaciona-se negativamente, de forma moderada, com o autocrítico e com a vergonha, ou seja, quando a autocompaixão aumenta, o autocrítico e a vergonha diminuem, e quando a autocompaixão diminui o autocrítico e a vergonha aumentam. Estes valores tendem para os encontrados na literatura, com a autocompaixão a relacionar-se negativamente com a depressão, ruminação, autocrítico, ansiedade, perfeccionismo, conectam-se, portanto com os afetos negativos (Gilbert e Procter, 2006; Neff, Kirkpatrick e Rude, 2007). Poder-se-á associar, também, a vergonha aos afetos negativos justificando assim, a relação negativa entre autocompaixão e vergonha encontrada. Na amostra online a associação entre a autocompaixão e o autocrítico é significativamente negativa, sendo que quando uma tende a aumentar a outra tende a diminuir, indo ao encontro do que a literatura refere. No que diz respeito à associação entre autocompaixão e vergonha é negativa (Gilbert e Procter, 2006; Neff, Kirkpatrick e Rude, 2007).

Em ambas os grupos foram observadas associações positivas com o autocrítico, tal como no estudo realizado por Fergunson e Crowley (1997), onde se verificou a existência de uma associação positiva entre a propensão para a vergonha e a tendência para o ataque ao *self* e aos outros.

Este estudo apresenta limitações associadas à especificidade da população, bem como a amostra reduzida que pode ter condicionado a análise estatística. O estado emocional das vítimas e a sua flexibilidade e disponibilidade emocional, associado ao extenso protocolo e à escolaridade de algumas das inquiridas pode ter enviesado resultados. A aceitação de participação na investigação pode ter sido influenciada pela empatia construída na relação terapêutica e pela desejabilidade social, podendo tais motivos, contribuído para um enviesamento dos resultados. Seria enriquecedor reproduzir a investigação usando também elementos

do sexo masculino, podendo contribuir para a melhor percepção do fenómeno da violência doméstica, visto que a literatura aponta para a utilização de tipos de violência diferentes segundo o sexo da vítima e agressor. Por fim, é pertinente salientar a importância da replicação do estudo, com uma amostra mais significativa e extensa e com condições de aplicação mais adequadas e específicas, permitindo assim obter resultados mais significativos.

## CONCLUSÃO

Os resultados obtidos são no sentido esperado, sendo as vítimas as que obtêm níveis psicopatológicos superiores, quando comparadas com a população geral. A vitimização demonstrou ter influência na regulação emocional das vítimas e esta mostra-se relacionada com a psicopatologia.

Tais resultados apontam para a importância da criação de estratégias que visem promover uma maior regulação emocional, por exemplo, focadas nas terapias da compaixão. Segundo Gilbert e Procter (2006) que realizaram um estudo piloto de treino de mente compassiva para pessoas com níveis elevados de vergonha, e autocrítico, mostrando reduções significativas na depressão, ansiedade, autocrítico, vergonha e em comportamentos de inferioridade e submissos. Em contrapartida, notou-se um aumento significativo associado a sentimentos de calor com o *self*. Assim sendo, pode concluir-se que as terapias de 3ª geração, associadas com competências compassivas poderão ser úteis em pacientes que apresentem históricos traumáticos, como as vítimas de violência doméstica.

Será ainda relevante aprofundar o conhecimento acerca da relação entre os sintomas psicopatológicos, a autocompaixão, o autocrítico e a vergonha no processo de vitimização, poderá ter implicações na intervenção.

## REFERÊNCIAS

- Aldao A, Nolen-Hoeksema S. e Schweizer S. (2010). Emotion-regulation strategies across psychopathology: A meta-analytic review. *Clinical Psychology Review*, 30(2), 217-237. doi: 10.1016/j.cpr.2009.11.004
- Apóstolo, J., Mendes, A. e Azeredo, Z. (2006). Adaptação para a língua portuguesa da Depression, Anxiety and Stress Scales (DASS). *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 14, 863-871. doi: 10.1590/S0104-11692006000600006
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2016). Obtido em 15 de julho de 2016, de [http://www.apav.pt/apav\\_v3/images/pdf/Estatisticas\\_APAV\\_Relatorio\\_Anual\\_2015.pdf](http://www.apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Relatorio_Anual_2015.pdf)
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (19 de setembro de 2016). Obtido de <http://www.apav.pt/vd/index.php/zoo/porque-uma-vitima-se-mantem-numa-relacao-violenta>
- Azir, R., Amir, M. e Swisa, A. (2005). Self-criticism, dependency and posttraumatic stress disorder among a female group of help-seeking victims of domestic violence in Israel. *Personality and Individual Differences*, 38, 1231-1240. doi: 10.1016/j.paid.2004.08.006
- Beydoun, H. A., Beydoun, M. A., Kaufman, J. S., Lo, B. e Zonderman, A. B. (2012). Intimate partner violence against adult women and its association with major depressive disorder, depressive symptoms and postpartum depression: A systematic review and meta-analysis. *Social Science e Medicine*, 75, 959-975. doi: 10.1016/j.socscimed.2012.04.025
- Blatt, S. J. e Zuroff, D. C. (1992). Interpersonal relatedness and self - definition: two prototypes for depression. *American Psychologist*, 50, 1003 -1020. doi: 10.1037/0012-1649.39.3.470
- Campbell, J. e Elison, J. (2005). Shame coping styles and psychopathic personality traits. *Journal of Personality Assessment*, 84, 96-104. doi: 10.1207/s15327752jpa8401\_16
- Castilho, P e Pinto-Gouveia, J. (2005). A versão portuguesa de escala das formas de auto-criticismo de Gilbert. Em preparação.
- Castilho, P. e Pinto-Gouveia, J. (2011a). Autocompaixão: Estudo da validação da versão portuguesa da Escala de Autocompaixão e da sua relação com as experiências adversas na infância, a comparação social e a psicopatologia. *Psicologica*, 54, 203-230
- Castilho, P. e Pinto-Gouveia, J. (2011b). Auto-Criticismo: Estudo de validação da versão portuguesa da Escala das Formas do Auto-Criticismo e Auto-Tranquilização (FSCRS) e da Escala das Funções do Auto-Criticismo e Auto-Ataque (FSCS). *PSychologica*, 54, 63-86
- Devries, K., Mak, J., Bacchus, L., Child, J., Falder, G. e Petzold, M. (2013). Intimate partner violence and Incident Depressive Symptoms and Suicide Attempts: A Systematic Review of Longitudinal Studies. *PLoS Med*, 10(5). doi: 10.1371/journal.pmed.1001439
- Dunkley, D. M., Blankstein, K. R. e Flett, G. L. (1997). Specific cognitive - personality vulnerability styles in depression and the five - factor model of personality. *Personality and Individual Differences*, 23, 1041 - 1053. doi: 10.1016/s0191-8869(97)00079-2
- Elison, J., Lennon, R. e Pulos, S. (2006). Investigating the compass of shame scale: The development of Compass of shame scale. *Social Behavior and personality*, 34, 221-238
- European Union Agency for Fundamental Rights. (2014). Violence against women: an EU-wide survey. Main results
- Efthim, P., Kenny, M., and Mahalik, J. (2001). Gender Role Stress In Relation To Shame, Guilt, And Externalization. *Journal Of Counseling & Development*. 79, Issue 4, 430-438
- Ferguson, T. e Crowley, S. (1997). Gender Differences in the Organization of Guilt and Shame. *Sex Roles*, 37, 19-44. doi: 10.1023/a:1025684502616
- Fonseca, L., da Motta, C., Ribeiro da Silva, D., Brazão, N., & Rijo, D. (2013). A bússola da vergonha: dimensionalidade e características psicométricas da escala de coping com a vergonha em adolescentes. Manuscrito não publicado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Garcia-Moreno, C., Heise, L., Jansen, H., Ellsberg, M. e Watts, C. (2005). Public Health. Violence Against Women. *Science*, 310, 1282-1283. doi:10.1126/science.1121400
- Gilbert, P. (1995). Biopsychosocial approaches and evolutionary theory as aids to integration in clinical psychology and psychotherapy. *Clinical Psychology and Psychotherapy*, 2, 135-156. doi: 10.1002/cpp.5640020302
- Gilbert, P., Allan, S. e Goss, K. (1996). Parental Representations, Shame, Interpersonal Problems, and Vulnerability to Psychopathology. *Clinical Psychology and Psychotherapy*, 3, 23-34. doi: 10.1002/(sici)1099-0879(199603)3:1<23::aid-cpp66>3.0.co;2-o
- Gilbert, P. e Andrews, B. (1998). *Shame: Interpersonal behaviour, psychopathology, and culture*. New York: Oxford University Press
- Gilbert, P. e McGuire, M. (1998). Shame, social roles and status: The psychobiological continuum from monkey to human. In Gilbert, P. e Andrews, B. (Eds.). *Shame: Interpersonal Behavior, Psychopathology and Culture (99-125)*. New York: Oxford University Press.
- Gilbert, P. e Gerlsma, C. (1999). Recall of shame and favouritism in relation to psychopathology. *British Journal of Clinical Psychology*, 38, 357-373. doi: 10.1348/014466599162962
- Gilbert, P. (2000a). Social mentalities: Internal 'social' conflicts and the role of inner warmth and compassion in cognitive therapy. In P. Gilbert e K. G. Bailey (Eds.), *Genes on the couch: Explorations in evolutionary psychotherapy*. Hove: Brunner-Routledge

Gilbert, P. (2000b). The Relationship of Shame, Social Anxiety and Depression: The Role of the Evaluation of Social Rank. *Clinical Psychology and Psychotherapy*, 7, 174-189. John Wiley e Sons, Ltd. Doi: 10.1002/1099-0879(200007)7:3<174::AID-CPP236>3.0.CO;2-U

Gilbert, P. (2002). Body Shame: A Biopsychosocial Conceptualisation and Overview, with Treatment Implications. In P. Gilbert and J. Miles, (Eds.). *Body Shame: Conceptualisation, Research and Treatment*, 3-54. London: Brunner-Routledge

Gilbert, P., Clarke, M., Hempel, S., Miles, J. N. V. e Irons, C. (2004). Criticizing and reassuring oneself: an exploration of forms, styles and reasons in female students. *British Journal of Clinical Psychology*, 43, 31 - 50. doi: 10.1348/014466504772812959

Gilbert, P. e Procter, S. (2006). Compassionate mind training for people with high shame and self-criticism: Overview and pilot study of a group therapy approach. *Clinical Psychology and Psychotherapy*, 13, 353-379. Doi: 10.1002/cpp.507 <https://dx.doi.org/10.1348/014466504772812959>

Jacobucci, P. e Cabral, M. (2004). Depressão e traços de personalidade em mulheres vítimas de violência doméstica. *Revista Brasileira Psiquiatria*, 26 (3). doi: 10.1590/s1516-44462004000300018

Kirkwood, C. (1993). *Leaving abusive partners: from the scars of survival to the wisdom for change*. London: Sage

Krieger, T., Berger, T. e Holtforth, M. (2016). The relationship of self-compassion and depression: Cross-lagged panel analyses in depressed patients after outpatient therapy. *Journal of Affective Disorders*, 202, 39-45. doi: 10.1016/j.jad.2016.05.032

Lawrence, A. e Taft, C. (2013). Shame, posttraumatic stress disorder, and intimate partner violence perpetration. *Aggression and Violent Behavior*, 18, 191-194

Lisboa, M. (2008) *Gender Violence in Portugal: A national survey of violence against women and men. Summary of results*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Loke, A., Wan, M. e Hayter, M. (2012). The lived experience of women victims of intimate partner violence. *Journal of Clinical Nursing*, 21, 2336-2346, doi: 10.1111/j.1365-2702.2012.04159.x

Lovibond, S. H. e Lovibond, P. F. (1995). *Manual for the Depression Anxiety Stress Scales*. Sydney: Psychology Foundation

Lutwak N, Ferrari JR. (1997). Understanding shame in adults: retrospective perceptions of parental-bonding during childhood. *The Journal of nervous and mental disease*. 185 (10), 595-598. doi: 10.1097/00005053-199710000-00001

MacBeth, A., and Gumley, A. (2012) Exploring compassion: a metaanalysis of the association between self-compassion and psychopathology. *Clinical Psychology Review*, 32 (6). pp. 545-552. ISSN 0272-7358

*Manual Alcipe: Para o atendimento de mulheres vítimas de violência* (2ª Edição Revista e Atualizada ed.). (2010). Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

Neff, K. D. (2003a). The development and validation of a scale to measure self-compassion. *Self and Identity*, 2, 223-250. doi: 10.1080/15298860390209035

Neff, K. D. (2003b). Self-compassion: An alternative conceptualization of a healthy attitude toward oneself. *Self and Identity*, 2, 85-101. doi: 10.1080/15298860390129863

Neff, K. D., Kirkpatrick, K. L. e Rude, S. S. (2007). Self-compassion and adaptive psychological functioning. *Journal of Research in Personality*, 41, 139 - 154. doi:10.1016/j.jrp.2006.03.004

Neff, K. D. e Vonk, R. (2009). Self-compassion versus global self-esteem: two different ways of relating to oneself. *Journal of personality*. 77 (1), 23-50. doi: 10.1111/j.1467-6494.2008.00537.x

Nijenhuis, E., Spinhoven, P., van Dick, R., van der Hart, O. e Vanderlinden, J. (1998). Degree of somatoform and psychological dissociation in dissociative disorder is correlater with reported trauma. *Journal of Traumatic Stress*, 11, 711-730. doi: 10.1023/a:1024493332751

Pestana, M. e Gageiro, J. (2008). *Análise de Dados Para Ciências Sociais: a complementaridade do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo

Rhatigan, D., Shorey, R. e Nathanson, A. (2011). The Impact of Posttraumatic Symptoms on Women's Commitment to a Hypothetical Violent Relationship: A Path Analytic Test of Posttraumatic Stress, Depression, Shame, and Self-Efficacy on Investment Model Factors. *Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy*, 3 (2), 181-191. doi: 10.1037/a0020646

Shorey, R., Sherman, A., Kivisto, A., Elkins, S., Rhatigan, D. e Moore, T. (2011). Gender Differences in Depression and Anxiety Among Victims of Intimate Partner Violence: The Moderating Effect of Shame Proneness. *Journal of Interpersonal Violence*, 26 (9) doi:10.1177/0886260510372949

Tangney, J. P., Wagner, P. e Gramzow, R. (1992). Proneness to shame, proneness to guilt, and psychopathology. *Journal of Abnormal Psychology*. 101 (3), 469-478. doi: 10.1037/0021-843x.101.3.469

Tangney J. e Dearing R. (2002). *Shame and Guilt*. New York: Guilford Press

Tjaden, P. e Thoennes, N. (2000). Extent, Nature, and Consequences of Intimate Partner Violence. Findings From the National Violence Against Women Survey. *Center of Disease Control*

United Nation Population Fundation (s.d.). Obtido em 15 de julho de 2016, de <http://www.unfpa.org/gender-based-violence>

World Health Organization. (2010). *mhGAP Intervention Guide for mental, neurological and substance use disorders in non-specialized healthsettings*. Obtido em 15 de julho de 2016, de [http://whqlibdoc.who.int/publications/2010/9789241548069\\_eng.pdf](http://whqlibdoc.who.int/publications/2010/9789241548069_eng.pdf)

World Health Organization. (2013). *Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence*.

World Health Organization. (2016). Obtido em 15 de julho de 2016, de <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs239/en/>

Zuroff, D. C., Moskowitz, D. S. e Côté, S. (1999). Dependency, self-criticism, interpersonal behaviour and affect: Evolutionary perspectives. *British Journal of Clinical Psychology*, 38, 231-250. doi: 10.1348/014466599162827



## DESEJO EFECTUAR UM DONATIVO

Mensal  Trimestral  Semestral  Anual  Apenas uma vez  Valor  €

Método de pagamento

Débito directo  Visa/Master Card  Transferência bancária  Multibanco  Cheque

Junto envio o cheque nº  Valor  €

Nome  Data Nascimento  Sexo: M  F

Morada  Localidade  Cód. Postal

Email  Tel.  T.M.

Nº Contribuinte

Por favor preencha todos os campos indicados.

Envie este cupão para APAV, Rua José Estevão nº 135 A, 1150-201 Lisboa



facebook.com/apav.portugal

infovitas.pt

WWW.APAV.PT



# Violência sexual

## tensões entre mitos da violação e direitos humanos das vítimas.

Isabel Ventura



Paulo Teixeira

### RESUMO

A violência sexual contra mulheres tem tido uma crescente visibilidade no contexto português, quer na investigação académica, quer no seio das ONG, através das campanhas contra a violência no namoro e de projetos direcionados a vítimas destes crimes. A literatura tem demonstrado que estes ilícitos criminais e o seu tratamento mediático, jurídico e judicial são influenciados por representações sociais acerca dos papéis de género e por *mitos da violação*, ou seja, falsas crenças acerca do que é a violação, o que é uma verdadeira vítima e o seu ofensor. Este artigo problematiza a escassez de debate e reflexão acerca desta problemática no espaço público português e a reprodução de mitos da violação no tratamento mediático destes crimes.

### INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, vários episódios de violência sexual, ocorridos no estrangeiro, atingiram uma dimensão mediática global. Em 2012, a violação coletiva de Jyoti Singh, dentro de um autocarro em Delhi, teve eco internacional, levando a que diversos países aconselhassem as turistas a evitar a Índia ou a tomar cuidados especiais durante a visita.<sup>1</sup> Um ano antes, o ataque coletivo perpetrado contra a repórter

<sup>1</sup> A 16 de dezembro de 2012, seis homens espancaram, torturaram e violaram a indiana Jyoti Singh, dentro de um autocarro no qual ela tinha entrado acompanhada do seu amigo Awindra Pandey, também vítima de espancamento. Treze dias depois, Singh morre num hospital em Singapura, para onde tinha sido transferida. A natureza particularmente violenta da agressão despertou intensos debates e reflexões acerca da prevalência da violência contra as mulheres na Índia, que conduziram a alterações legais no âmbito dos crimes sexuais. Posteriormente, na sequência da divulgação de diversos ataques sexuais a turistas ocidentais, vários países, publicamente, desaconselharam a Índia como destino turístico para mulheres a viajar a solo. “Here’s what the world tells foreign tourists heading to India. And it’s scathing” (*India Times*, 26-04-2015). Anote-se ainda a recomendação

Lara Logan, após um direto da Praça Tahrir, desvelara uma faceta obscura dos protestos da *Primavera Árabe*<sup>2</sup>, levando a organização *Repórteres sem Fronteiras* (RSF) a emitir um comunicado instando os meios de comunicação social a não enviar mulheres para cobrir a revolução egípcia. Esta recomendação, na senda da ideia de que cabe às mulheres – e a todas as potenciais vítimas – evitar a vitimação, originou reações negativas conduzindo a uma alteração da posição da RSF. Após refletir sobre as críticas, a organização concluiu que as mulheres repórteres estão em maior perigo dos que os homens, no desempenho das suas funções, e que os meios de comunicação social devem adaptar-se a essa realidade.<sup>3</sup>

Estes dois exemplos, que envolvem mulheres jovens agredidas por do ministro indiano para o turismo, que aconselhou as estrangeiras a evitar o uso de saias durante a sua estadia: “Female tourists should not wear skirts in India, says tourist minister” (*The Guardian*, 29-08-2016).

<sup>2</sup> A 11 de fevereiro de 2011, a equipa de reportagem da CBS, incluindo a repórter Lara Logan, estava na Praça Tharir, no Cairo, a cobrir a celebração da demissão de Hosni Mubarak, quando foi violentamente atacada por uma multidão. Logan relatou que um grupo de 200 a 300 homens a afastou da sua equipa agredindo-a violentamente. Apesar da revelação da notícia ter originado choque, rapidamente emergiram argumentos de cariz culpabilizante da vítima, alguns complementados com crenças racistas (Steiner, 2017). A vida e carreira de Logan – uma experiente repórter de guerra – têm sido alvo de intenso escrutínio conduzindo a interrogações acerca da veracidade da agressão sexual. A título de exemplo, ver o relato do jornalista Témoris Grecko “Rape? Women? Stripped? What really happened to Lara Logan?” (21-02-2011). À semelhança de outros casos de culpabilização da vítima, a aparência de Logan emerge como central para a explicação do ataque, em articulação com aspetos da sua personalidade, frequentemente adjetivada de “ambiciosa” bem como a alusão à inadequação da sua carreira ao seu papel de género, em particular após ser mãe. Ver “Women with young kids shouldn’t be in war zones” (*Toronto Sun*, 18-02-2011); “Lara Logan, CBS reporter and warzone ‘it girl’, raped repeatedly amid Egypt celebration” (*LA Week*, 16-02-2011). No *The Guardian*, Amanda Marcotte sumarizou os principais argumentos que alegadamente explicavam o ataque e que oscilavam entre culpar Logan ou acusar a sociedade egípcia por ser sexualmente violenta: “Adding insult to Lara Logan’s injury” (*The Guardian*, 17-02-2011); “What’s blonde got to do with it?” (*HuffPost*, 16-02-2011); “Jim Hofst blames Lara Logan for her sexual assault” (*Media Matters for America*, 16-02-2011).

<sup>3</sup> Ver “Egypt protests: plea to keep women reporters out of Cairo withdrawn” (*The Guardian*, 25-11-2011) e “Rape and sexual assault: the hidden side of Egypt’s protests” (Euronews, 04-07-2013) Para mais informações sobre a incidência da vitimação sexual entre as mulheres jornalistas ver os resultados do Inquérito de 2013, conduzido pela *International Women’s Media Foundation*, que indicam que quase 2/3 das respondentes foram vítimas de abuso ou de assédio. Apenas 19% das mulheres vítimas de violência sexual revelaram o crime (à entidade empregadora, à polícia ou a outras autoridades). Ver ainda o relatório de 2016 “Attacks on the press: gender and the media freedom worldwide”, do *Comité para a Proteção dos/as jornalistas* (CPJ), que publica relatórios anuais sobre a incidência da violência contra jornalistas.



homens pobres e/ou não ocidentais, reforçam a crença de que a criminalidade sexual resulta da incapacidade ou dificuldade no controlo de impulsos sexuais (Thornhill e Palmer, 2000; Kanawasa e Still, 2000), que seria característica acentuada entre homens de comunidades consideradas menos desenvolvidas e/ou de classes sociais desprivilegiadas (Kanawasa e Still, 2000; Bourke, 2007). Adicionalmente, fortalecem a ideia de que a concretização da cidadania não é idêntica para homens e mulheres e que estas devem agir com cautela e discricção, em particular evitando certos espaços como os ajuntamentos coletivos, e as horas noturnas, limitando a sua participação política ao espaço privado.

Todavia, em matéria de hostilidade sexualizada contra as mulheres durante protestos coletivos, as ocorrências não se circunscreveram ao Egito, tendo sido registadas também em Hong Kong, durante a *Revolução dos Guarda-chuvas*<sup>4</sup> e durante o protesto *Occupy Wall Street*<sup>5</sup>. Ao analisar as características destes ataques, Mariz Tadros identificou similitudes com o uso da violação como arma de guerra, durante a qual os alvos das agressões são escolhidos por serem mulheres do lado inimigo (Tadros, 2016).

Abigail Barefoot, que analisou a cobertura noticiosa dos protestos em Wall Street, verificou que as narrativas mediáticas reforçam normas de género tradicionais que reservam o espaço público ao masculino, censurando a participação política das mulheres em espaços públicos masculinizados (Barefoot, 2014). O recurso à violência sexual, ou à sua ameaça, não se circunscreve à arena pública dos espaços de afirmação política, mas também a momentos de lazer, como festivais de música ou as Festas de São Firmino, em Pamplona.<sup>6</sup>

Igualmente mediatizada foi a violação de uma turista estrangeira, por um grupo de jovens, dentro de um autocarro, no Rio de Janeiro, um ano antes de o Brasil acolher a Copa do Mundo de 2014. A agressão evocava a história de Jyoti Singh e catapultou o Brasil para as primeiras páginas da imprensa internacional<sup>7</sup>. Questionava-se a capacidade do país para assegurar as condições de segurança

necessárias para acolher dois dos principais eventos desportivos mundiais: a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, em 2016.

## A CULPABILIZAÇÃO DAS VÍTIMAS

Adicionalmente, outros casos, embora mais circunscritos aos media anglo-saxónicos, merecem destaque por terem suscitado interessantes debates e reflexões acerca das diferentes teorias da etiologia da violência sexual e suas manifestações. Em Steubenville, nos EUA, uma rapariga inconsciente foi violada por um grupo de desportistas universitários, que filmaram e divulgaram o abuso, levando à denúncia e acusação dos perpetradores. Durante o julgamento, a defesa centrou-se na possibilidade de a vítima consentir (ou dissentir), mesmo estando fortemente embriagada (*black out drunk vs passed out drunk*).

Não obstante a condenação dos ofensores em sede judicial, foi notada a simpatia de alguns órgãos de comunicação social em relação aos agressores, em contraponto com a culpabilização da vítima, salientando, p.e. o facto de ela estar alcoolizada.<sup>8</sup> A projeção da culpa – integral ou parcial – para as vítimas, *victim blaming* ou *blame the victim*, no original, é um conceito cunhado por William Ryan (1971) para designar a transferência parcial ou integral da responsabilização da vitimação para a própria vítima. Ryan trabalhou a ideia num contexto de tensão racial nos EUA, em que os/as afroamericanos/as eram culpabilizados/as pelos crimes contra eles/as cometidos. Diversos/as autores/as têm assinalado a culpabilização das vítimas no tratamento judicial e noticioso dos crimes sexuais (Benedict, 1992; Smart, 1995; Meyers, 1997; Taslitz, 1999), tendo como consequência a atenuação da culpa ou desresponsabilização do agressor (Beleza, 1990; Sottomayor, 2011; Bourke, 2007; Ventura, 2016).

A [co]responsabilização das vítimas relaciona-se, por um lado, com a ideia de que as pessoas são responsáveis por zelar pelos seus bens jurídicos (a liberdade e autodeterminação sexual, no caso dos crimes sexuais) e, portanto, devem evitar condutas que possam comprometer a segurança daqueles. Adicionalmente, os argumentos culpabilizantes das vítimas entrelaçam-se com as teorias da vitimologia, como a *teoria do mundo justo*<sup>9</sup>, de Melvin Lerner, e com a *teoria da precipitação do crime*<sup>10</sup> pela vítima, de Menachem Amir (1968). A primeira centra-se na hipótese de

4 Entre setembro e dezembro de 2014, milhares de pessoas protestaram contra a reforma eleitoral proposta pelo Congresso do Povo e exigiram o sufrágio universal efetivo, ocupando quatro locais em Hong Kong. Os/as manifestantes usaram guarda-chuvas para se proteger do gás usado pela polícia, dando origem ao nome “Revolução dos Guarda-chuvas”. Vários grupos contra a ocupação manifestaram-se envolvendo-se em confrontos com os grupos pró-ocupação. A *Amnistia Internacional* denunciou a violência sexualizada dirigida especificamente a mulheres e raparigas e a inação das autoridades policiais para proteger quem se manifestava pacificamente. Ver “Hong Kong: women and girls attacked as police fail to protect peaceful protesters” (*Amnesty Internacional News*, 03-10-2014);

5 O protesto *Occupy Wall Street* teve início a 17 de novembro de 2011 e visava contestar as desigualdades económicas, a concentração da riqueza e a corrupção, entre outros problemas sociais. Na sequência de diversos episódios de violência sexual, foram criados “lugares seguros” exclusivos para as ativistas. “Occupy Wall Street builds tent as ‘safe house’ to protect female protesters” (*Daily News*, 04-11-2011). Considerando que o esforço para terminar com a violência sexual tem estado centrado no comportamento – e no isolamento – das mulheres, várias autoras têm perguntado se não deveriam ser os agressores a ver a sua liberdade limitada. Perante a hipótese de imposição de um recolher obrigatório para as mulheres, Golda Meier questionou se o mesmo não deveria ser aplicado aos homens uma vez que eram eles quem violava (Beleza, 1990). Recentemente, Katha Pollitt interroga: “Conseguem imaginar os homens heterossexuais a prepararem um espaço seguro para os proteger das mulheres e da comunidade LGBT?” (*the feminist wire*, 05-11-2011).

6 As Festas de São Firmino, em Pamplona, são conhecidas pelas largadas de toiros. Nos últimos anos têm sido denunciadas diversas situações de violência sexual em grupo ou perpetradas individualmente, o que conduziu a uma campanha exigindo que as mulheres pudessem participar sem problemas de segurança. A título de exemplo, ver “Pamplona bull festival sex assault: It’s women who really get trampled” (*The Telegraph*, 15-07-2015); “Manosean a una chica en las celebraciones de San Fermín” (*La Vanguardia*, 07-07-2017); “Eleven arrested for sex attacks at Pamplona’s famous running of the bull’s festival” (*The Telegraph*, 16-07-2017). Informações sobre a campanha podem ser vistas em “Por unas fiestas libres de agresiones sexistas” (Pamplona SF, s/d). Relativamente aos festivais de música, ver “After years of silence, activists are forcing music festivals to take sexual assault seriously” (*Los Angeles Times*, 20-05-2017); “After 27 sexual assault reports, Swedish music festival replaced with man-free event in 2018” (*Slate*, 05-07-2017); “There’s a rape problem at music festivals and nobody seems to care” (*Broadly Vice*, 12-08-2015).

7 A título de exemplo, ver “Rio de Janeiro bus rape: shock over latest Brazil attack” (*BBC News*, 5-05-2013). O caso tem muitos pontos em comum com o episódio de Delhi: ambos foram cometidos por grupos de homens dentro de um autocarro privado. Ambos se caracterizaram por ataques muito violentos, com o espancamento dos homens e espancamento e violação das mulheres.

8 Durante 2012, um grupo de estudantes universitários despiram, apalparam e penetraram uma estudante inconsciente, enquanto filmavam e partilhavam as imagens em diversas redes sociais. Foram precisamente essas partilhas, juntamente com as mensagens e mail trocados entre agressores e vítima, que permitiu a acusação e condenação judicial. A propósito da cobertura noticiosa do julgamento, ver “Why journalists are covering rapes differently in New Delhi & Steubenville” (*Poynter*, 14-01-2013).

9 A *teoria do mundo justo* foi primeiramente desenvolvida pelo psicólogo Melvin Lerner. Após observar uma tendência social para acusar os/as outros/as por serem os/as culpados/as pelo seu próprio sofrimento ou pelas situações hostis que enfrentavam, Lerner concluiu que a crença de que “nada acontece por acaso”, ou seja, que tudo é consequência de uma ação prévia leva à ideia de que os “bons” comportamentos serão recompensados (quem se esforça muito consegue uma boa promoção/ se não consegue emprego é porque não quer trabalhar) e que o contrário pode ter como desfecho a vitimação (se não tivesse deixado o computador no banco do carro, não to teriam roubado). A ideia de que um conjunto de atitudes pode evitar a vitimação sexual conduz à culpabilização das vítimas cujo comportamento se afasta da vítima inocente ou credível (por exemplo: relação anterior com o agressor/comportamento sexual livre/roupas reveladoras e ações consideradas sexualmente provocadoras, p.e.).

10 A *teoria da precipitação do crime pela vítima* emerge a partir dos estudos de Marvin Wolfgang que, após analisar crimes de homicídio, concluiu que uma parte das vítimas conhecia o/a homicida e havia desencadeado a ação criminosa por “ser a primeira a envolver-se em comportamentos violentos” (*apud* Neves e Fávero, 2010: 26). O seu aluno Menachem Amir aplicou a mesma teoria à análise dos crimes sexuais (1958-1960), nos EUA, concluindo que 19% das vítimas haviam precipitado os crimes de que foram alvo, através do seu comportamento, que «é interpretado pelo agressor como um convite direto para a interação sexual (...) ou por a vítima ter má reputação, ser promíscua ou ter mantido contactos sexuais prévios com o agressor» (*apud* Neves e Fávero, *idem*: 29).

o curso das ações ser previsível e, como tal, um determinado comportamento conduzir, potencialmente, a um determinado desfecho (p.e. se estudar e me esforçar vou conseguir um bom emprego). A segunda prende-se com a ideia de que, através do seu comportamento provocatório, desafiador ou pela sua ineficaz expressão de rejeição, as vítimas contribuem para, ou podem mesmo desencadear, a agressão.

Não são apenas as vítimas de crimes sexuais que são acusadas de terem falhado o seu dever de evitar o crime. Há um conjunto de normas, sugestões/conselhos, práticas e discursos – numa amálgama de receitas – com vista à interiorização de comportamentos performativos à prova de vitimação. No caso da propriedade, censura-se e disciplina-se a exposição de bens, punindo-se simbolicamente a ostentação, ao culpar quem sofreu um roubo ou furto de um bem valioso que *exibira* (carro, casa, joias ou outros bens materiais visíveis).<sup>11</sup>

No caso dos crimes contra as pessoas e, em particular, em crimes violentos, a culpabilização articula-se com normas de papéis tradicionais de género, que naturalizam comportamentos associados à masculinidade hegemónica (Connell *et al.*, 2005) e à hipermasculinidade (Mosher e Anderson, 1986) ou masculinidade tóxica (Parrott e Zeichner, 2003) como a agressividade contra os/as outros/as, atitudes sexualmente predatórias e uma suposta inata dificuldade em controlar impulsos sexuais, esta última plasmada na expressão “um homem não é de ferro”. E também com a feminilidade, esperando-se que as mulheres sejam sexualmente ponderadas e que, em caso de ataque, resistam ativamente. A imobilidade tónica (Suarez e Gallup, 1976 *apud* Galliano *et al.*, 1993), ou seja, a não reação, continua a ser mal compreendida e a confundir-se com assentimento e passividade.

## A CULTURA PRÓ-VIOLAÇÃO

A naturalização de comportamentos sociais que reforçam e gratificam traços de masculinidade agressiva e violenta, enquadram-se no que Connell e Wilson chamaram, ainda na década 70 do século XX, *cultura da violação* ou *cultura pró-violação* (Connell e Wilson, 1974).

A expressão designa a articulação entre violência sexual e certos aspetos sociais das culturas nas quais prevalecem atitudes que normalizam, desculpabilizam, toleram ou mesmo promovem a violação. A culpabilização das vítimas, a objectificação sexual e a trivialização da violência sexual são exemplos de *cultura da violação*. Entre as várias autoras que têm trabalhado o conceito (Sanday 1981, Buchwald *et al.* 1993; Gavey, 1999, 2005; Bevacqua, 2000; Watson-Franke, 2002), Gavey entende que uma cultura pró-violação consiste num “conjunto de técnicas e discursos disciplinadores usados socialmente para erotizar a sexualidade violenta ou o uso de violência no sexo”, acrescentando que isto enfraquece as fronteiras entre o que “é apenas sexo e os atos sexuais obtidos através de manipulação e coação” (Gavey, 1999). Adicionalmente, Barbara Watson-Franke esclarece que nas sociedades que trivializam a vio-

<sup>11</sup> A título de exemplo, ver os conselhos dos órgãos de polícia criminal (GNR, PSP e PJ), que se centram em comportamentos preventivos e também a instruções para quem for vitimado/a, e incluem evitar lugares desertos, não aceitar boleias de estranhos, memorizar matrículas de táxis, entre outros.

lência sexual “o domínio e o controlo tornam-se formas de adquirir e experimentar masculinidade (...)” (2002: 600). Buchwald *et al.* consideram que a cultura da violação é alimentada por crenças que “encorajam a violência sexual masculina (...)” e se caracteriza por “uma sociedade onde a violência é considerada sexy e a sexualidade algo violento” (Buchwald *et al.*, 1993).

Diversas/os autoras/es sustentam que a cultura universitária estadunidense, que tem protagonizado alguns episódios de expressão misógina, como o cântico gritado pelos estudantes da Universidade de Yale – “não é sim, sim é anal”<sup>12</sup>, ou instruções e conselhos dados aos mais recentes membros sobre como “lançar o teu isco de violação” [*luring your rapebait*]<sup>13</sup> contribuem para um ambiente sexualmente hostil e alimentam a *cultura pró-violação* (Sanday, 2004; Armstrong *et al.* 2006).

Quer a violência sexual nos campus universitários, quer o escândalo das agressões sexuais no seio das estruturas militares, também nos EUA, foram sendo denunciadas e debatidas na imprensa de língua inglesa, onde algumas das mulheres e homens vitimados relatavam, na primeira pessoa, o choque e o trauma pela agressão, a experiência do descrédito e a falta de apoio das estruturas académicas e militares, bem como os obstáculos à denúncia ou à prossecução da queixa. Em suma, uma sensação de isolamento, injustiça e clima de impunidade<sup>14</sup>.

No Reino Unido, vários casos de abuso e exploração sexual de menores causaram choque e encheram as páginas de jornais, obrigando o país a refletir e debater sobre as falhas no dever do Estado à proteção de raparigas economicamente vulneráveis. Um relatório independente revelou que, entre 1997 e 2013, grupos organizados de homens abusaram e exploraram sexualmente mais de 1400 crianças, maioritariamente do sexo feminino (Jay, 2014). A investigação verificou que, frequentemente, os agressores recorriam a uma combinação de métodos violentos e não violentos para conseguir a submissão das vítimas, cuja mais nova tinha onze anos. Foi ainda revelado que, apesar de algumas famílias e crianças terem procurado diretamente a ajuda das autoridades, estas atuaram com desinteresse e descrença, alegando que as raparigas aquiesceram os abusos, apesar de o consentimento ser legalmente irrelevante naquelas idades.<sup>15</sup>

## O MITO DAS FALSAS DENÚNCIAS

Apesar da dimensão e do debate que originaram na imprensa europeia e anglosaxónica, em Portugal, estes casos tiveram pouco ou nenhum eco (Ventura, 2014). Na imprensa portuguesa, a violência

<sup>12</sup> Em 2010, os membros de uma fraternidade da Universidade de Yale gritavam o cântico “no means yes, yes means anal!”, acompanhados de uma faixa com o mesmo dizer. Em 2008, alguns estudantes tinham-se fotografado à frente do Centro para as Mulheres, de Yale, com um poster onde se podia ler “We love Yale sluts”. Ver “Fraternity pledges’ chant raises concerns at Yale” (CNN, 18-10-2010) e “At Yale, sharper look at treatment of women” (*The New York Times*, 07-04-2011).

<sup>13</sup> Em agosto de 2013, foi divulgado que um aluno de uma fraternidade enviou aos outros membros um email, com o assunto: “luring your rapebait”, para exemplificar e explicar como é que eles poderiam conseguir ter sexo com uma rapariga numa festa”. Ver “Two lawsuits allege rape at the ‘rapebait’ frat house” (*XX Factor*, 31-10-2014).

<sup>14</sup> Ver, p.e., o relato de Lynn Hall “What happens when a rape goes unreported” (*The New York Times*, 4-02-2017).

<sup>15</sup> A investigação conduzida por Alexis Jay espoletou uma discussão e uma reflexão sobre a relutância das autoridades em proteger estas crianças e originou diversas demissões. “Rotherham child abuse scandal: 1400 children exploited, reports finds” (*BBC News*, 26-08-2014) e “How Rotherham happened” (*The New York Times*, 04-09-2014).

sexual continua a ser tratada como um problema individual e pontual e sem qualquer razão estrutural. Com exceção de casos de grande dimensão, como o britânico Jimmy Saville,<sup>16</sup> o ex-presidente do FMI, Strauss-Khan,<sup>17</sup> ou o que ficou conhecido por “violador de Telheiras”,<sup>18</sup> os órgãos de comunicação social portugueses dedicam pouco espaço a relatar e, sobretudo a debater, este problema.<sup>19</sup>

Recentemente, a divulgação de um vídeo que mostrava um rapaz a masturbar uma rapariga aparentemente alcoolizada, dentro de um autocarro, perante o incentivo de estudantes universitários/as, durante as festividades académicas no Porto, foi alvo de intensa discussão mediática. Porém, o debate centrou-se sobretudo nas condições de difusão do vídeo pela imprensa, nomeadamente, a não ocultação dos rostos dos/as visados/as.<sup>20</sup> Vários jornais anunciaram que a vítima havia sido “identificada” pela polícia, numa formulação que remete para a ideia de que seria ela a suspeita de ter cometido algum crime, aditando que não foi apresentada qualquer queixa. Para além da informação legal do prazo para a denúncia, carece a contextualização relativamente aos motivos pelos quais as vítimas não apresentam queixa (Bacik *et al.*, 1998; Maria, 2002; Kelly e Regan, 2001, 2003; Kelly *et al.*, 2005; Kelly e Lovett, 2009; Martinho, 2011), reforçando uma desconfiança sobre as vítimas que não denunciam. E, sobretudo, pelas que não denunciam logo após o crime.<sup>21</sup>

16 Jimmy Saville era uma figura pública britânica que circulava entre a elite do país. Trabalhava na televisão e rádio públicas e promovia diversas obras de beneficência para públicos vulneráveis, o que lhe deu acesso a grande parte das vítimas. Foi após a sua morte que uma longa história de abuso e impunidade vieram a público. Um relatório sobre o sucedido salientava uma cultura de reverência face às figuras públicas, na estação pública. “How BBC star Jimmy Saville allegedly got away with abusing 500 children and sex with dead bodies” (*The Washington Post*, 27-06-2014) e “Jimmy Saville abuse report finds culture of ‘reverence and fear’ towards celebrities at BBC ‘still exists today’” (*The Independent*, 25-02-2016).

17 Em 2011, Dominique Strauss-Khan foi acusado de agressão sexual por parte de uma camareira do hotel onde tinha ficado hospedado durante uma viagem aos EUA. Desde 2007, desempenhava o cargo de presidente do Fundo Monetário Internacional (FMI), ao qual terá renunciado na sequência do escândalo. Nafissatou Diallo, a mulher que o acusa, imigrante de origem somali, o seu depoimento apresenta inconsistências que fragilizam a acusação, sendo a queixa retirada mais tarde, após acordo. Strauss-Khan afirmará que o seu comportamento com Diallo terá sido desadequado e um erro, mas nega ter usado violência. “Strauss-Kahn Concedes ‘error’ in sexual encounter with maid” (*The New York Times*, 18-09-2011). Este caso personifica o mito de que os homens ricos não violam porque o seu poder aquisitivo – ou a carga erótica da fama e do poder financeiro – lhes permitem comprar, ou ter acesso a, sexo dispensando a coerção. Este mito baseia-se na crença de que os crimes sexuais são sexualmente motivados.

18 Henrique Sotero é um agressor sexual conhecido por “Violador de Telheiras” por ser nessa localidade que cometia a maior parte dos crimes. Entre 2008 e 2010 terá vitimado cerca de 40 raparigas e mulheres (a maior parte das quais menores), apesar de apenas cinco terem apresentado queixa (*Diário de Notícias*, 14-03-2010). O caso recebeu uma intensa cobertura mediática não apenas por haver múltiplas vítimas, mas também por o perfil de Sotero se afastar das representações do agressor com fraco capital social, académico e erótico. “Violador de Telheiras recorreu da pena de 25 anos” (*Público*, 18-10-2011) e “Henrique Sotero: o B.I., a vida, os interesses, os crimes, as provas, a investigação e a pena” (*Diário de Notícias*, 14-03-2010).

19 Numa análise a 255 notícias em linha, da imprensa portuguesa, verificou-se que o tema aparece escassamente tratado na imprensa de referência, o que parece indicar que o assunto ainda é visto como um drama privado provocado pela disfuncionalidade de um agressor, e que não reflete qualquer problema estrutural social (Ventura, 2014). Adicionalmente, observa-se que “os casos são tratados numa perspetiva individual, como se se tratasse de uma fatalidade circunscrita àquelas personagens sem qualquer relação com outros episódios. Mesmo nas situações em que se identifica a prevalência do crime, recorre-se a um discurso enumerativo «Três mulheres violadas num dia» (JN, 10-09-2011), «Uma mulher violada todos os dias» (TVI 24, 22-05-2013), ou «PJ capturou 128 violadores num ano» (CM, 19-10-2013). Estas notícias não procuram apresentar motivos para estes números estatísticos, adotando uma abordagem mais descritiva, abdicando das vozes de especialistas” (Ventura, 2014).

Na imprensa popular a cobertura caracteriza-se por uma narrativa que reforça mitos da violação, apelidando os agressores de monstros, sobretudo em situações de múltiplas vítimas, e/ou atribuindo às vítimas uma coresponsabilização pelo sucedido, mencionando o seu comportamento antes, durante ou após o crime (Ventura, 2014).

20 O vídeo terá começado a circular no Facebook e noutras redes sociais, tendo o *Correio da Manhã* avançado com a sua partilha na página do jornal. Foram apresentadas várias queixas à ERC, que divulgou o seu parecer na Deliberação ERC/2017/147. E a CIG apresentou queixa contra desconhecidos.

21 “Vítima de alegada violação no Porto já foi identificada pelas autoridades” (*Jornal i*, 17-05-2017); “Vítima de alegada violação no Porto já foi identificada pelas autoridades” (*Sol*, 17-05-2017); “Abusos sexuais no Porto: jovem foi identificada, mas não apresentou queixa” (*Público*, 17-05-2017); “Vítima de alegado abuso no autocarro do Porto já foi identificada e não apresentou queixa” (*Expresso*, 17-05-2017); “Vítima de alegado abuso no autocarro já foi identificada” (*Sábado*, 17-05-2017).

A credibilidade das vítimas, e dos seus relatos, é influenciada pelas crenças e representações acerca deste crime. Quando, em 1980, Martha Burt publicou um artigo sobre os *mitos da violação* estava a referir-se a “crenças prejudiciais, estereotipadas e falsas” sobre violação, vítimas e agressores. Basicamente, os *mitos da violação* reportam-se às representações sociais acerca do que é uma “verdadeira vítima”, um “agressor” e a “violação”. Por exemplo, a ideia de que a maior parte dos crimes sexuais são perpetrados por desconhecidos/as da vítima preenche um dos mitos da violação por se afastar da realidade empírica e estatística, que demonstra que a maior parte dos agressores conhecia as suas vítimas e muitos planearam o crime (Rebocho, 2007).

Esta incursão pela mediatização de alguns casos de grande dimensão – alguns de alcance global – na imprensa estrangeira, e pela profusão dos debates que a partir deles emergiu, permite identificar uma lacuna de um espaço público mediático de discussão sobre a violência sexual em Portugal.<sup>22</sup> E o silêncio pode confundir-se – ou confunde-se – com a inexistência do crime. Porém, as estatísticas da justiça indicam que, em 2016, os órgãos de polícia criminal (OPC) receberam 335 queixas de violação. No ano anterior, o número ascendeu a 375. E a violação é apenas um dos diversos crimes que constituem a secção de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual. Em ‘outros crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual’ o valor atinge os 1159 (1026 durante o ano de 2015).<sup>23</sup>

Adicionalmente, a incidência destes crimes não se pode medir apenas pelas queixas apresentadas, pois, é frequente as pessoas vitimadas sexualmente não apresentarem queixa crime, guardando segredo ou contando apenas a amigos/as e familiares próximos/as e/ou pedindo apoio a Organizações não-governamentais (ONG) (Holmstron e Burgess, 1991; Maria, 2002; Kelly e Regan, 2001, 2003; Kelly *et al.*, 2005; Kelly e Lovett, 2009). Assim, os números da DGPIJ têm ser analisados em articulação com os das ONG de apoio a vítimas, como a APAV que, em 2015, registou 702 vítimas de crimes sexuais, número que ascendeu a 591 em 2014, ou como a AMCV que, apenas em três meses, só em Lisboa, recebeu o pedido de ajuda de 26 mulheres. Estes dados deixam antever que o fenómeno da violência sexual em Portugal necessita de ser estudado em profundidade e de forma estruturada, com vista a conhecer a sua prevalência e a desenvolver medidas eficazes de apoio às vítimas, em simultâneo com meios de investigação criminal e de responsabilização de quem agride.

Não obstante estes indicadores, a imprensa portuguesa tem dado eco a um dos *mitos da violação* mais pervasivos e nefastos para o tratamento social e judicial da violência sexual: o das falsas denúncias (Burt, 1980; Bohner *et al.*, 2009; Edwards *et al.*, 2011;

22 Não significa que não haja notícias sobre violência sexual na imprensa portuguesa, mas antes que as mesmas escasseiam e são pouco aprofundadas, o que significa que há pouco investimento nas redações na abordagem a este problema. O mesmo é visível nos artigos de opinião, que raramente versam sobre esta questão, com a exceção feita a decisões judiciais controversas, como foi a da Relação do Porto (2011), quando absolveu um arguido anteriormente condenado por ter violado a sua paciente grávida. Há alguns exemplos, que configuram exceções no quadro mediático português em matéria de crimes sexuais, como é ilustrativo este trabalho do Observador: “Quando elas são violadas pelos maridos, o futuro fica em pedaços” (*Observador*, 15-08-2016).

23 Crimes registados pelas autoridades policiais, por tipo de crime: Fonte Direção-Geral da Política da Justiça.

Grub *et al.*, 2012).<sup>24</sup> Citando fontes da Polícia Judiciária, os artigos referem alegadas percentagens de falsas denúncias de 33 a 40%, que contrariam todos os dados conhecidos nesta matéria (Kelly *et al.*, 2005; Kelly e Lovett, 2009, Costa *et al.*, 2009; Lisak e Miller, 2002; Lisak *et al.*, 2010). Num dos artigos afirma-se mesmo que a “simulação é mais frequente em crimes sexuais”<sup>25</sup>.

E, apesar da ideia transmitida em algumas das notícias que citam fonte da Polícia Judiciária, de que as crianças são instrumentalizadas pelas mães para acusarem falsamente os ex-parceiros de as abusar sexualmente, na página oficial deste órgão de polícia criminal a afirmação vai no sentido contrário, aconselhando a acreditar nas crianças, garantindo que “Normalmente as crianças não inventam nem têm fantasias sexuais, pelo menos até à fase da pré-adolescência”. O mito das falsas denúncias reside na certeza de que a maior parte das queixas resulta de arrependimento ou de desejo de vingança por parte das mulheres que, de acordo com as crenças, usam instrumentalmente a queixa para prejudicarem um homem ou para obter benefícios a seu favor.

Esta ideia aparece como um pensamento dominante e é partilhada tanto por agentes que têm poder de decisão no destino de uma queixa de violação como pelo/a cidadão/ã comum.<sup>26</sup> As vítimas que se afastam das imagens da ‘verdadeira vítima’, incluindo rapazes e homens, podem ser desacreditadas e simbolicamente punidas, através da desvalorização da experiência traumática e do não investimento na investigação judicial<sup>27</sup>. Porém, a análise aos dados de 26 países europeus revela que a percentagem de falsas denúncias é semelhante e, em alguns casos inferior, à dos outros crimes, situando-se entre 2 e 9% (Kelly *et al.* 2003; Santos *et al.*, 2009). A adesão a este mito cria e alimenta uma cultura de descrença face às queixas, aumentando a possibilidade de estas não serem devidamente investigadas (Regan & Kelly 2003; Bohner *et al.*, 2009; Edwards *et al.*, 2011; Grub *et al.*, 2012).

## NOTAS CONCLUSIVAS

Com um clima de descrença e desconfiança não surge como surpresa que o nível de atrição dos crimes sexuais em Portugal seja elevado. A atrição é o processo pelo qual uma queixa crime se perde na trajetória judicial, nunca chegando a julgamento e a uma condenação. Em 2008, Santos *et al.* revelaram os resultados das 100 queixas por violação apresentadas, desde 2004, ao DIAP de Lisboa. Somente cinco por cento foram arquivadas com base em falsas declarações, e das 95 restantes, apenas 11 chegaram a julgamento e destas, unicamente oito resultaram em condenações. É fundamental e uma questão de direitos humanos das vítimas conhecer a dimensão do atrito nos crimes sexuais e identificar os motivos que lhe estão subjacentes.



24 “Falsas denúncias em 40% dos crimes sexuais” (*Jornal de Notícias*, 30-07-2017); “Cerca de 40% das denúncias de crimes sexuais são falsas”. (*Público*, 30-07-2017); “Falsas denúncias de abuso sexual ficam sem castigo” (*Correio da Manhã*, 31-07-2017); “Falsos abusos sexuais são arma de arremesso para afastar os pais” (*Diário de Notícias*, 06-03-2016).

25 “Setúbal: homem arguido por denunciar crime que não aconteceu” (*Público*, 18-04-2017).

26 A ideia de que as mulheres (e os/as menores) acusam levemente ou que facilmente *gritam* “fui violada” não está circunscrita aos/as profissionais que lidam com vítimas e/ou agressores/as. Exemplo disso foi a reação de familiares de uma vítima adolescente que a acusaram de inventar a violação para evitar ser castigada por não ter regressado a casa à hora que deveria ter chegado (Ventura, 2016).

27 Contrariamente ao que ditam os mitos da violação os homens também podem – e são – violados, em particular por outros homens (sobretudo na infância, e na idade adulta nas prisões ou em contextos de guerra). A assimetria de género entre o grupo de ofensores e do das vítimas demonstra, no entanto, que a violência sexual é praticada maioritariamente por homens que vitimam meninas, raparigas, mulheres e meninos, rapazes e homens. A literatura indica que as mulheres agressoras tendem a aproveitar-se das situações de assimetria de poder e recorrem menos à violência física, vitimando sobretudo menores de ambos os sexos (Kramer, 2011).

## REFERÊNCIA

- SAMIR, Menachem (1968). «Victim precipitated forcible rape». *Journal of Criminal Law and Criminology*, vol. 58 (4), p. 493-502.
- AAVV (2016). *Attacks on the press: gender and media freedom Worldwide 2016*. Committee to Protect Journalists.
- APAV (2016). Estatísticas Crimes Sexuais [2013-2015].
- Armstrong, Elizabeth, Hamilton, Laura e Sweeney, Brian (2006). “Sexual assault on campus: a multilevel, integrative approach to party rape” in *Social Problems*, 53 (4), p. 483-499.
- Beleza, Teresa (1990). *Mulheres, direito, crime ou a perplexidade de Cassandra*, Lisboa: AAFDL.
- Bacik, Ivana, Maunsell, Catherine e Gogan, Susan (1998). *The legal process and victims of rape*, Dublin: The Dublin Rape Crisis Centre
- Benedict, Helen (1992). *Virgin or Vamp: How the Press Covers Sex Crimes*. Oxford University Press.
- Bevacqua, Maria (2000). *Rape on the public agenda: feminism and the politics of sexual assault*, Boston, Massachusetts: Northeastern University Press.
- Böhner G, Eyssel F, Pina A, Siebler F and Viki T (2009). “Rape myth acceptance: Cognitive affective and behavioural effects of beliefs that blame the victim and exonerate the perpetrator”. In: Horvath M. and Brown J. (eds) *Rape: Challenging Contemporary Thinking*. Willan: Devon, UK, pp 17-45.
- Bourke, Joanna (2007). *Rape: a history from 1860 to the present*, London: Virago.
- Buchwald, Emilie, Fletcher, Pamela e Roth, Martha (ed.) (1993). *Transforming a rape culture*. Minneapolis: Milk Weed Editions.
- Burgess, Ann Wolbert e Brown, Kathleen P. (2010). “Victims of rape and sexual assault”. In Burgess, Regehr, Cheryl e Roberts, Albert R. (2010). *Victimology: theories and applications*. MA: Jones & Bartlett Publishers, LLC, p. 225-260.
- Burt M (1980). “Cultural myths and supports for rape”. *Journal of Personality and Social Psychology*; 38 (2): 217-230.
- Connell, Noreen e Wilson, Cassandra (1974). *Rape: the first sourcebook for women*. New York: New American Library
- Connell, R. W. e Messerschmidt, James W. (2005). “Hegemonic masculinity: rethinking the concept”. *Gender & Society*, 19, p. 829-859.
- Costa, Jorge, Rodrigues, Marlene, Vieira, Regina, Nikolic, Dobrila, Lovett, Jo e Kelly, Liz (2009). *Diferentes Sistemas, Resultados Semelhantes? Identificar o Atrito em Casos de Violação Registados em Onze Países*. Apresentação Pública do Projecto de Investigação e Resultados Preliminares. Delegação do Sul do Instituto de Medicina Legal.
- Edwards K, Turchik J, Dardis C, Reynolds N and Gidyez C (2011) Rape myths: History, individual and institutional-level presence, and implications for change. *Sex Roles*; 65 (11): 761-773.
- Galliano, Grace, Noble, Linda A. Travis, Linda A., Puechl, Carol (1993). “Victim reactions during rape/sexual assault: a preliminary study of the immobility response and its correlates”. *Journal of Interpersonal Violence*, 8, n.º 1, mar, p. 109-114.
- Gavey, Nicola (1999). “‘I wasn’t Raped But...’ Revisiting definitional problems in sexual victimization”. In LAMB, Sharon (1999) [edi], *New versions of victims: feminist struggle with the concept*, Nova Iorque: New University Press, p. 57-82.
- Gavey, Nicola (2005). *Just sex? The cultural scaffolding of rape*, New York: Routledge.
- Grub A and Turner E (2012). “Attribution of blame in rape cases: a review of the impact of rape myth acceptance, gender role conformity and substance use on victim blaming”. *Aggression and violent Behavior*; 17 (5): 443-452.
- Holmstron, Lynda Lytle e BURGESS, Ann Wolbert (1991). *The victim of rape: institutional reactions*. Nova Iorque: Wiley.
- Jay, Alexis (2014). *Independent Inquiry into Child Sexual Exploitation in Rotherham: 1997-2013*. Rotherham Borough Council.
- Kanasawa Satoshi e Still, Mary (2000). «Why men commit crimes (and why they desist)». *Sociological Theory*, 18: 3, nov., p. 434-447 e Still (2010).
- Kelly, Liz e regan, Linda (2001). *Rape: the forgotten issue? A European research and networking project*, London: Child and Woman Abuse Studies Unit.
- Kelly, Liz e regan, Linda (2003). *Rape: still a forgotten issue?* Briefing document, London: Child and Woman Abuse Studies Unit.
- Kelly, Liz, Lovett, Jo (2009) [coord], *Different systems, similar outcomes? Tracking attrition in reported cases across Europe*, London: Child and Women Abuse Studies Unit.
- Kelly, Liz, Lovett, Jo e Regan, Linda (2005). *A gap or a chasm? Attrition in reported rape cases*, London: Home Office Research.
- Kramer, Sherianne (2011). “‘Truth’, gender and the female psyche: confessions from female sexual offenders”. *Psychology of Women Section Review*, 13 (1), 2-8.
- Lisak, David e Miller, Paul (2002). “Repeat rape and multiple offending among undetected rapists”. In *Violence and victims*, 17 (1), 2002, p. 73-84.
- Lisak, David, Gardinier, Lori, Nicksa, Sarah e Cote, Ashley (2010). “False allegations of sexual assault: na analysis of ten years of reported rape”. In *Violence against women*, 16 (2), p. 1318-1334.
- Maria, Susana (2002). *Mulheres sobreviventes de violação*. Dissertação de mestrado em Estudos sobre as Mulheres. Lisboa: Universidade Aberta.
- Martinho, Gabriela Maria Figueira (2011). *Crimes sexuais contra mulheres adultas: da avaliação forense à decisão judicial*, dissertação de mestrado em Psicologia, especialização em Psicologia da Justiça, Universidade do Minho
- Meyers, Marian (1997). *News Coverage of Violence Against Women: Engendering Blame*. SAGE Publications.
- Mosher, Donald L.; Anderson, Ronald D. (1986). “Macho personality, sexual aggression, and reactions to guided imagery of realistic rape”. *Journal of Research in Personality*. 20 (1): 77-94.
- Neves, Sofia e Fávero, Marisalva (2010). *Vitimologia: ciência e ativismo*, Coimbra: Livraria Almedina.
- Parrott, Dominic J.; Zeichner, Amos (2003). “Effects of hypermasculinity on physical aggression against women”. *Psychology of Men & Masculinity*. 4(1): 70-78.
- Rebocho, Maria Francisca (2007). *Caracterização do violador português: um estudo exploratório*, Coimbra: Almedina.
- Ryan, William (1971). *Blaming the victim*, Vintage Books.
- Sanday, Peggy Reeves (1981). “The socio-cultural context of rape: a cross-cultural study”, *Journal of Social Issues*, vol. 37, 4, p. 5-27.
- Sanday, Peggy Reeves (2004). «Rape-prone versus rape-free campus cultures» in KIMMEL, Michael S. e PLANTE, Rebecca F. [ed], *Identities, behaviors and society*, Oxford University Press, p. 428-437, [orig. 1996].
- Smart, Carol (1995). «Law’s power, the sexed body, Feminist discourse» in *Law, crime and sexuality: essays in feminism*, Londres: Sage, p. 70-85 [orig. 1990].
- Steiner, Linda (2017). “Women war reporter’s resistance and silence in the face of sexism and sexual violence”. In *Media & Jornalismo*, 30 (17), n.º 1, p. 11-26.
- Sottomayor, Clara (2011). “O conceito legal de violação: um contributo para a doutrina penalista a propósito do acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 13 de Abril de 2011”. *Revista do Ministério Público* [separata], 32, n.º 128, out-dez 2011, p. 273-318.
- Tadros, Mariz (2016). “Understanding politically motivated sexual assault in protest spaces: evidence from Egipto (March 2011 to June 2013)”. *Social & Legal Studies*, 25 (1), 93-110.
- Taslitz, Andrew (1999). *Rape and the culture of the courtroom*, Nova Iorque: New York University Press.
- Thornhill, Randy e palmer, Craig T. (2000). *Rape – a natural history: biological bases of sexual coercion*, Massachusetts: Institute of Technology.
- Ventura, Isabel (2014). “Entre monstros e anjos caídos: a narrativa mediática sobre a violência sexual”. In Ass. Projecto Criar, *Manual de boas práticas para as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e todas as entidades que trabalham em prol dos direitos das crianças*, Porto, p. 158-183.
- Ventura, Isabel (2016). *Medusa no Palácio da Justiça: imagens sobre sexualidade, mulheres e violência*. Tese de doutoramento em Sociologia, apresentada à Universidade do Minho.
- Watson-franke, Maria-Barbara (2002). «A world in which women move freely without fear of men: an anthropological perspective on rape» in *Women’s Studies International Forum*, vol. 25, n.º 6, p. 599-606.

## WEBGRAFIA

Todas as hiperligações consultadas a 24.09.2017

- “Here’s what the world tells foreign tourists heading to India. And it’s scathing”. *India Times*, 26-04-2015, disponível em <http://www.indiatimes.com/news/india/heres-what-the-world-tells-foreign-tourists-heading-to-india-and-its-scathing-230573.html>
- “Female tourists should not wear skirts in India, says tourist minister”. *The Guardian*, 29-08-2016, <https://www.theguardian.com/world/2016/aug/29/india-female-tourists-skirts-safety-advice>
- “Rape? Women? Stripped? What really happened to Lara Logan?. Temóris Grecko – Blog, 21-02-2011, disponível em <https://temorisblog.wordpress.com/2011/02/21/rape-women-stripped-what-really-happened-to-lara-logan/>
- “Women with young kids shouldn’t be in war zones”. *Toronto Sun*, 18-02-2011, disponível em [http://www.torontosun.com/news/columnists/peter\\_worthington/2011/02/18/17331046.html](http://www.torontosun.com/news/columnists/peter_worthington/2011/02/18/17331046.html)
- “Lara Logan, CBS reporter and warzone ‘it girl’, raped repeatedly amid Egypt celebration”. *LA Week*, 16-02-2011, disponível em <http://www.laweekly.com/news/lara-logan-cbs-reporter-and-warzone-it-girl-raped-repeatedly-amid-egypt-celebration-2395540>
- “Adding insult to Lara Logan’s injury”. *The Guardian*, 17-02-2011, disponível em <https://www.theguardian.com/commentisfree/cifamerica/2011/feb/17/lara-logan-assault-cbs>



“What’s blonde got to do with it?”. *HuffPost*, 16-02-2011, disponível em [http://www.huffingtonpost.com/shannon-galpin/whats-blonde-got-to-do-wi\\_b\\_824319.html](http://www.huffingtonpost.com/shannon-galpin/whats-blonde-got-to-do-wi_b_824319.html)

“Jim Hoft blames Lara Logan for her sexual assault”. *Media Matters for America*, 16-02-2011, disponível em <https://www.mediamatters.org/blog/2011/02/16/jim-hoft-blames-lara-logan-for-her-sexual-assau/176520>

“Egypt protests: plea to keep women reporters out of Cairo withdrawn”. *The Guardian*, 25-11-2011, disponível em <https://www.theguardian.com/world/2011/nov/25/egypt-protests-reporters-women-safety>

“Rape and sexual assault: the hidden side of Egypt’s protests”. *Euronews*, 04-07-2013, disponível em <http://www.euronews.com/2013/07/04/rape-and-sexual-assault-the-hidden-side-of-egypts-protests>

*Study: Almost 2/3 of women journalists polled have experienced abuse or harassment*, s/d, disponível em <https://www.iwfm.org/blog/2013/12/05/almost-23-of-women-journalists/>

“Hong Kong: women and girls attacked as police fail to protect peaceful protesters”. In *Amnesty Internacional News*, 03-10-2014, disponível em <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2014/10/hong-kong-women-and-girls-attacked-police-fail-protect-peaceful-protesters/>

“Occupy Wall Street builds tent as ‘safe house’ to protect female protesters”. *Daily News*, 04-11-2011, disponível em <http://www.nydailynews.com/new-york/occupy-wall-street-builds-tent-safe-house-protect-female-protesters-article-1.972546#ixzz1cq0XMS2l>

“Occupy rape culture”. *the feminist wire*, 05-11-2011, disponível em <http://www.thefeministwire.com/2011/11/occupy-rape-culture/>

“Pamplona bull festival sex assault: It’s women who really get trampled”. *The Telegraph*, 15-07-2015, disponível em <http://www.telegraph.co.uk/women/womens-life/11740800/San-Fermin-bull-festival-rape-Its-women-who-really-get-trampled.html>

“Manosean a una chica en las celebraciones de San Fermín”. *La Vanguardia*, 07-07-2017, disponível em <http://www.lavanguardia.com/vida/20170707/423945655519/san-fermin-2017-manosean-chica-agresion-sexual.html>

“Eleven arrested for sex attacks at Pamplona’s famous running of the bulls festival”. *The Telegraph*, 16-07-2017, disponível em <http://www.telegraph.co.uk/news/2017/07/16/eleven-arrested-suspicion-sex-attacks-pamplona-bull-festival/>

“Por unas fiestas libres de agresiones sexistas”. Pamplona SF, s/d), disponível em <http://sanfermin.pamplona.es/verPagina.asp?IdPag=61&Idioma=1>

“After years of silence, activists are forcing music festivals to take sexual assault seriously”. *Los Angeles Times*, 20-05-2017, disponível em <http://www.latimes.com/entertainment/music/la-et-ms-music-festival-20170520-story.html>

“After 27 sexual assault reports, Swedish music festival replaced with man-free event in 2018”. *Slate*, 05-07-2017, disponível em [http://www.slate.com/blogs/xx\\_factor/2017/07/05/after\\_27\\_sexual\\_assault\\_reports\\_man\\_free\\_party\\_will\\_replace\\_popular\\_swedish.html](http://www.slate.com/blogs/xx_factor/2017/07/05/after_27_sexual_assault_reports_man_free_party_will_replace_popular_swedish.html)

“There’s a rape problem at music festivals and nobody seems to care”. *Broadly Vice*, 12-08-2015, disponível em [https://broadly.vice.com/en\\_us/article/ywmeg/theres-a-rape-epidemic-at-music-festivals-and-nobody-seems-to-care](https://broadly.vice.com/en_us/article/ywmeg/theres-a-rape-epidemic-at-music-festivals-and-nobody-seems-to-care)

“Rio de Janeiro bus rape: shock over latest Brazil attack”. *BBC News*, 5-05-2013, disponível em <http://www.bbc.com/news/world-latin-america-22421512>

“Why journalists are covering rapes differently in New Delhi & Steubenville”. In *Poynter*, 14-01-2013, disponível em <https://www.poynter.org/news/why-journalists-are-covering-rapes-differently-new-delhi-steubenville>

“Conselhos – violação e abusos sexuais”. In GNR, disponível em [http://www.gnr.pt/Cons\\_AbusoSexuais.aspx](http://www.gnr.pt/Cons_AbusoSexuais.aspx)

“Conselhos – violação e abusos sexuais”. In *Polícia Judiciária*, disponível em <https://www.policiajudiciaria.pt/violacao-abuso-sexual/>

“A PSP Aconselha Mulheres”. In PSP, disponível em <http://www.psp.pt/Pages/apspaconselha/mulheres.aspx?menu=2>

“Fraternity pledges’ chant raises concerns at Yale”. *CNN*, 18-10-2010, disponível em <http://edition.cnn.com/2010/US/10/18/connecticut.yale.frat.chant/index.html>

“At Yale, sharper look at treatment of women”. *The New York Times*, 07-04-2011, disponível em <http://www.nytimes.com/2011/04/08/nyregion/08yale.html?mcubz=0>

“Two lawsuits allege rape at the ‘rapebait’ frat house”. *XX Factor*, 31-10-2014, disponível em [http://www.slate.com/blogs/xx\\_factor/2014/10/31/\\_rapebait\\_fraternity\\_two\\_lawsuits\\_allege\\_rape\\_at\\_the\\_georgia\\_tech\\_phi\\_kappa.html](http://www.slate.com/blogs/xx_factor/2014/10/31/_rapebait_fraternity_two_lawsuits_allege_rape_at_the_georgia_tech_phi_kappa.html)

“What happens when a rape goes unreported”. *The New York Times*, 4-02-2017, disponível em [https://www.nytimes.com/2017/02/04/opinion/sunday/what-happens-when-a-rape-goes-unreported.html?mc=edit\\_tnt\\_20170204&nliid=65241058&intemail0=y&r=0](https://www.nytimes.com/2017/02/04/opinion/sunday/what-happens-when-a-rape-goes-unreported.html?mc=edit_tnt_20170204&nliid=65241058&intemail0=y&r=0)

“Rotherham child abuse scandal: 1400 children exploited, reports finds”. *BBC News*, 26-08-2014, disponível em <http://www.bbc.com/news/uk-england-south-yorkshire-28939089>

“How Rotherham happened”. *The New York Times*, 04-09-2014, disponível em <https://op-talk.blogs.nytimes.com/2014/09/04/how-rotherham-happened/>

“Henrique Sotero: o B.I., a vida, os interesses, os crimes, as provas, a investigação e a pena”. *Diário de Notícias*, 14-03-2010, disponível em <http://www.dn.pt/portugal/sul/interior/henrique-sotero-o-bi-a-vida-os-interesses-os-crimes-as-provas-a-investigacao-e-a-pena-1518718.html>

“Violador de Telheiras recorreu da pena de 25 anos”. *Público*, 18-10-2011, disponível em <https://www.publico.pt/2011/10/18/sociedade/noticia/violador-de-telheiras-recorreu-da-pena-de-25-anos-1517040>

“How BBC star Jimmy Saville allegedly got away with abusing 500 children and sex with dead bodies”. *The Washington Post*, 27-06-2014, disponível em [https://www.washingtonpost.com/news/morning-mix/wp/2014/06/27/how-bbc-star-jimmy-saville-got-away-with-allegedly-abusing-500-children-and-sex-with-dead-bodies/?utm\\_term=.5e3db-31baac6](https://www.washingtonpost.com/news/morning-mix/wp/2014/06/27/how-bbc-star-jimmy-saville-got-away-with-allegedly-abusing-500-children-and-sex-with-dead-bodies/?utm_term=.5e3db-31baac6)

“Jimmy Savile abuse report finds culture of ‘reverence and fear’ towards celebrities at BBC ‘still exists today’”. *The Independent*, 25-02-2016, disponível em <http://www.independent.co.uk/news/media/jimmy-savile-abuse-report-finds-culture-of-reverence-and-fear-towards-celebrities-at-bbc-still-a6895001.html>

“Strauss-Kahn Concedes ‘Error’ in sexual encounter with maid”. *The New York Times*, 18-09-2011, disponível em <http://www.nytimes.com/2011/09/19/world/europe/in-interview-strauss-kahn-acknowledges-his-moral-failings.html>

Crimes registados pelas autoridades policiais, por tipo de crime: Fonte Direção-Geral da Política da Justiça. Disponível em [http://www.siej.dgppj.mj.pt/webbeis/index.jsp?username=Publico&pgmWindowName=pgmWindow\\_636419977207976250](http://www.siej.dgppj.mj.pt/webbeis/index.jsp?username=Publico&pgmWindowName=pgmWindow_636419977207976250)

“Falsas denúncias em 40% dos crimes sexuais”. *Jornal de Notícias*, 30-07-2017, disponível em <http://www.jn.pt/justica/interior/falsas-denuncias-em-40-dos-crimes-sexuais-8673324.html>

“Cerca de 40% das denúncias de crimes sexuais são falsas”. *Público*, 30-07-2017, disponível em <https://www.publico.pt/2017/07/30/sociedade/noticia/cerca-de-40-das-denuncias-de-crimes-sexuais-sao-falsas-1780790>

“Falsas denúncias de abuso sexual ficam sem castigo”. *Correio da Manhã*, 31-07-2017, disponível em <http://www.cmjornal.pt/sociedade/detalhe/falsas-denuncias-de-abuso-sexual-ficam-sem-castigo>

“Falsos abusos sexuais são arma de arremesso para afastar os pais”. *Diário de Notícias*, 06-03-2016, disponível em <http://www.dn.pt/sociedade/interior/falsos-abusos-sexuais-sao-arma-de-arremesso-para-afastar-os-pais-5063284.html>

“Setúbal: homem arguido por denunciar crime que não aconteceu”. *Público*, 18-04-2017, disponível em <https://www.publico.pt/2017/04/18/sociedade/noticia/homem-constituído-arguido-em-setubal-por-denunciar-crime-que-nao-aconteceu-1769196>

Vitimação em espaços coletivos

Lara Logan e Praça Tharir

## OUTROS

“‘Rapebait’ e-mail reveals dark side of frat culture”. *CNN*, 09-10-2013, disponível em <http://edition.cnn.com/2013/10/09/opinion/foubert-fraternities-rape/>

## ESTATÍSTICAS E FALSAS DENÚNCIAS

“Vítima de alegada violação no Porto já foi identificada pelas autoridades”. *Jornal i*, 17-05-2017, disponível em <https://ionline.sapo.pt/563742>

“Vítima de alegada violação no Porto já foi identificada pelas autoridades”. *Sol*, 17-05-2017, disponível em <https://sol.sapo.pt/artigo/563743/vitima-de-alegada-violacao-no-porto-ja-foi-identificada-pelas-autoridades>

“Abusos sexuais no Porto: jovem foi identificada, mas não apresentou queixa”. *Público*, 17-05-2017, disponível em <https://www.publico.pt/2017/05/17/sociedade/noticia/rapariga-que-tera-sido-vitima-de-abusos-sexuais-no-porto-foi-identificada-mas-nao-apresentou-queixa-1772581>

“Vítima de alegado abuso no autocarro do Porto já foi identificada e não apresentou queixa”. *Expresso*, 17-05-2017, disponível em <http://expresso.sapo.pt/sociedade/2017-05-17-Vitima-de-alegado-abuso-no-autocarro-do-Porto-ja-foi-identificada-e-nao-apresentou-queixa>

“Vítima de alegado abuso no autocarro já foi identificada” (*Sábado*, 17-05-2017). <http://www.sabado.pt/portugal/detalhe/vitima-de-alegado-abuso-no-autocarro-ja-foi-identificada>

Quando elas são violadas pelos maridos, o futuro fica em pedaços” (*Observador*, 15-08-2016) <http://observador.pt/especiais/quando-elas-sao-violadas-pelos-maridos-o-futuro-fica-em-pedacos/>

Isabel Ventura

CEMRI, Universidade Aberta | CICSNova, Universidade do Minho

Perita nacional do Observatório da Violência contra as Mulheres, do Lobby Europeu de Mulheres

APEM – Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres e Associação Mulheres sem Fronteiras

# Educação para a Paz

## uma forma de prevenção da violência

João Gabriel Rucha-Pereira<sup>29</sup>



Paulo Teixeira

O mundo atravessa tempos difíceis, com apelos constantes à violência directa e indirecta, pessoalmente ou através das redes sociais, e novas dinâmicas de terrorismo, que se alimenta do medo e do ódio, que têm de ser combatidos através de todos os meios ao nosso alcance e diversas formas de prevenção. Entendemos que uma delas é a Educação para a Paz, que se torna cada vez mais pertinente e actual.

A Educação para a Paz é fundamental para a Paz e tem de ser compatível com a ideia de Paz, ou seja, tem de excluir não só a violência directa, mas também a violência estrutural. Este conceito é fundamental porque as escolas e as universidades são uma estrutura importante onde se pode fazer este tipo de educação (Dilts, 2012; Galtung, 1996, 2008, 2014; Ziyadov, 2006).

Assim, e segundo James Page (2008), a Educação para a Paz é já reconhecida dentro do enquadramento jurídico internacional e da literatura educacional, como sendo um aspecto fundamental para a educação. Fornece aos educadores a capacidade de contribuir para uma mudança educacional, social e cultural, através de uma pedagogia orientada para a Paz. Habilita as pessoas com informação, valores, atitudes, conhecimento e capacidade de resolver os seus conflitos. É inspirada em fundamentos éticos, filosóficos, morais, sociais, culturais e humanos, que ensinam a não-violência, a Paz, a igualdade, a tolerância, o amor, a justiça, a confiança, a cooperação, o companheirismo, a honestidade, a sinceridade, o respeito pelo ser humano e pela natureza, com os seguintes objectivos:

- Construir, manter e restaurar as relações humanas;
- Fomentar abordagens positivas para gerir os conflitos;
- Desenvolver ambientes seguros a nível físico e emocional;

- Estimular o pensamento crítico e a responsabilidade social;
- Lutar por um Mundo que respeite os Direitos Humanos.

A teoria social, a filosofia política, a ética e a teoria da educação contribuem para a Educação para a Paz, a qual explora fundamentos filosóficos e tem o objectivo de prever, propor, planear e ensinar fundamentos intelectuais para um mundo melhor, adoptando várias escolas de pensamento. Assim, a Educação para a Paz pretende motivar os indivíduos para uma boa conduta na comunidade, através de valores, princípios e normas. Defende que é necessário pensar mais sobre a coerência entre as diferenças, para que seja possível encontrar um denominador comum que vai fortalecer a posição da Educação para a Paz, numa época em que o mundo muito carece dela (Page, 2008).

Martin Wright, também em 2008, defende que, se a sociedade como um todo não incentivar o respeito, os valores, os princípios e a educação, então não pode ficar surpreendida se os transgressores tiverem pouca consideração pela propriedade alheia, a integridade física e os direitos dos outros. Um mau sistema de educação pode servir para enfraquecer, em vez de melhorar a segurança e a cidadania. Aponta para os perigos de uma mentalidade punitiva, e reflecte sobre os argumentos e dados a favor de uma resposta à criminalidade de uma forma eficaz, baseada na inclusão social e na comunidade. Só a Educação para a Paz pode restaurar o respeito pela justiça e concentrar a atenção sobre as pessoas e a comunidade, desenvolvendo a justiça restaurativa (Wright, 2008).

A Educação para a Paz tem de começar nas escolas. Há que integrar nos programas educativos matérias que atinjam este objectivo, que fomentem e inculquem a responsabilidade nos jovens, ministrando modelos para estabelecer culturas de Paz e de não-violência, técnicas de Resolução de Conflitos, nomeadamente cursos de



mediação escolar, onde aprendam a resolver os seus próprios problemas e conflitos, fazendo assim, uma construção positiva do futuro (Joseph, 2004; Page, 2008).

Estes programas educativos devem ter em atenção a cultura e as tradições locais, para que não haja choque de culturas e «conflito de civilizações», integrando as filosofias clássicas e contemporâneas com as filosofias locais, de modo a que haja uma melhor adaptação e compreensão dos jovens que vão fazer parte destes programas de Educação para a Paz (Duffey, 2000; Huntington, 1996; Ragland, 2009; Shore, 2007).

Neste contexto, um estudo efectuado pelos autores Law, Sonn e Mackenzie (2014), analisa os efeitos da Globalização, que influencia a vida das pessoas e dos eventos em todo o mundo, a interacção entre os efeitos globais-locais, a construção da Paz e as práticas para a obtenção da Paz. Refere ainda a importância da contribuição dos jovens na construção da Paz após os conflitos, referindo o exemplo do Laos, com jovens que estiveram envolvidos em programas contra o tráfico de seres humanos. As narrativas destes jovens foram importantes para este estudo, que destaca a importância de dois conceitos, «compreender a Paz» e «fazer a Paz». Para que o contributo dos jovens na construção da Paz seja possível é necessário que os mesmos sejam educados nesse sentido, pelo que se salienta a importância da Educação para a Paz.

Conforme ficou referido, um dos objectivos da Educação para a Paz é lutar por um mundo que respeite os Direitos Humanos e, neste contexto, lutar contra o tráfico de seres humanos é muito importante. Um estudo (N=10) feito em dez países (Bélgica, Colômbia, Itália, Holanda, Nigéria, Polónia, Tailândia, Ucrânia, Reino Unido e EUA) sobre tráfico de seres humanos, mostra que, cada vez mais os governos têm respondido com políticas de restrição à imigração, tornando as pessoas traficadas mais vulneráveis aos traficantes, dado que, ao terem de voltar rapidamente para os seus países de origem, impedem as mesmas do acesso à justiça e da possibilidade de acção penal e/ou civil contra aqueles que os traficaram, quando na realidade, deveriam ser apoiadas e tratadas como vítimas de crime. Por outro lado, verificou-se que, nos países onde a opção foi dar maior apoio a estas vítimas (Bélgica, Itália, Holanda e EUA), incluindo o direito a residência temporária para aqueles que estão dispostos a testemunhar contra os traficantes, e em processar os traficantes pelos crimes cometidos, os resultados foram melhores e o efeito preventivo passou a ser maior. Em conclusão, é muito importante redefinir as políticas de protecção das vítimas (Pearson, 2002).

A mediação comunitária também pode ser uma forma de Educação para a Paz e de Prevenção de Conflitos (Warters, 2000). A autora Cheryl Cutrona (2014) refere o exemplo do movimento de mediação comunitária nos EUA, desde 1976, que tem tido resultados positivos e onde têm sido ensinadas matérias importantes, nomeadamente a formação e treino em Resolução de Conflitos, práticas de Justiça Restaurativa com processos vítima-agressor, conferências de grupo para o ensino e a aplicação de práticas restaurativas, organização de círculos de Paz que utiliza teatro de improviso para ensinar técnicas de Resolução de Conflitos.

A Educação para a Paz, bem como a formação e treino de jovens em Resolução de Conflitos em meio escolar, são muito importantes para a construção da Paz, pois melhora a competência social dos alunos

e diminui a violência e a agressão. Um estudo feito na Turquia com estudantes (N=327) que tiveram formação e treino em Resolução de Conflitos, onde foram incluídas matérias como a empatia, a gestão da raiva, a resolução de problemas sociais e competências para resolução cooperativa de conflitos, indica que as competências sociais destes alunos aumentaram significativamente, aumentando também a sua capacidade de Resolução de Conflitos e diminuindo os seus níveis de agressão. Estes alunos receberam formação e treino em Resolução Pacífica de Conflitos duas vezes por semana em sessões de 40 minutos durante um período de dez semanas e os resultados foram comparados com um grupo de controlo composto por 67 alunos (Akgun & Araz, 2014).

Outro estudo feito no Brasil por Karine de Souza (2007), com estudantes de Porto Alegre, sobre Educação para a Paz e educação moral na prevenção da violência, procura encontrar estratégias para combater a violência no Brasil, que tem vindo a adquirir proporções cada vez maiores nos mais diversos contextos.

Este estudo, sobre a compreensão da Paz, da guerra e da violência, foi feito através de entrevistas individuais a vários estudantes porto-alegrenses (N=124). Os participantes foram divididos em dois grupos igualmente distribuídos por faixa etária e género: 64 deles foram entrevistados sobre a Paz e a violência, e os outros 60 sobre a guerra e a violência (Souza, 2007).

Os resultados referem diferenças etárias que são significativas com as crianças, indicando que estas tendem a adoptar estratégias reactivas, enquanto os adolescentes apresentam estratégias predominantemente preventivas. Os autores Souza e Sperb (2002) efectuaram uma reanálise das estratégias positivas indicadas pelos adolescentes do estudo feito por Souza (2001) para a identificação mais detalhada do conteúdo das respostas. Sobre as estratégias indicadas para manter a Paz, as mais citadas foram a consciencialização (68,6%) e também o diálogo (40%), enquanto a grande maioria dos entrevistados sobre o tipo de estratégia para acabar com a guerra indicou o diálogo (81,3%).

É importante sensibilizar os jovens para a dimensão humana dos conflitos, da guerra, do terrorismo, da criminalidade organizada, da violação dos Direitos Humanos, dos crimes ambientais e de outras tragédias que afligem a humanidade (Page, 2008).

Um exemplo da violação dos Direitos Humanos é a vitriolagem (corrosão pelo ácido), um crime particularmente cruel, que é praticado no Paquistão, consequente de uma cultura fundamentalista, que queima o rosto das vítimas e/ou outras partes do corpo, penetra nos tecidos, atinge os ossos, provoca corrosão nos órgãos e se atingir os olhos pode cegar. É considerado uma das piores formas de violência, que atinge sobretudo as mulheres, que muitas vezes são queimadas enquanto dormem (Naziran & Mercier, 2011).

Esta mesma cultura fundamentalista atinge também grande parte das mulheres afegãs, que são sujeitas a abusos, casamentos forçados, escravatura e a diversas formas de repressão. São vítimas de uma sociedade profundamente religiosa, tradicional e radical, num cenário demasiado hostil e cruel, onde os Direitos Humanos não são respeitados (Kargar, 2012).

Embora exista um conceito universal dos Direitos Humanos, a carta pouco tem feito pelos direitos das mulheres, que sofrem, por

todo o mundo, mutilações genitais, escravidão, reclusão forçada e ausência de direitos civis (Brooks, 1995).

A Educação para a Paz deve promover o culto dos valores, dos princípios, da justiça, da educação, da igualdade, da cultura da não-violência, da tolerância, da solidariedade, do amor, da confiança, da cooperação, do respeito pelos outros, da reverência aos mais velhos e de um modo geral desenvolver abordagens e atitudes positivas, a nível individual e colectivo, com respeito pelas diferenças das várias civilizações (Page, 2008).

O desenvolvimento de uma boa cooperação entre todos, o pensamento crítico, a responsabilidade social, a tomada de decisões, a convivência pacífica, a ponderação, as virtudes da ética e o bom senso na resolução de problemas e de conflitos, são factores muito importantes da Educação para a Paz (Page, 2008).

Estes programas também devem ser estendidos aos *peacekeepers*, aos educadores, aos professores, aos formadores e, de um modo geral, a todos aqueles que têm responsabilidades e influência na educação dos jovens e da sociedade em geral (Page, 2008).

Na Educação para a Paz, para além de tudo o que atrás ficou referido, devemos dar uma atenção especial ao fenómeno das crianças combatentes de guerra, também denominadas crianças-soldado, que são coagidas, aliciadas, por vezes raptadas, ou recrutadas entre os civis refugiados, deslocados e/ou prisioneiros de guerra, para prestar serviço militar (Correia, 2013; Fitzduff & Stout, 2006a, 2006b). O seu recrutamento pode ser feito através das forças governamentais, pelas guerrilhas militares ou por grupos terroristas, como é o caso de países como o Afeganistão, a Colômbia, o Darfur, o Ruanda, o Sri Lanka, a Turquia e o Uganda (Briggs, 2008; Correia, 2013).

Neste contexto, “O país europeu onde existe um maior número de crianças-soldado é a Turquia. Incorporando as fileiras do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) que integravam três mil crianças, 10% das quais eram raparigas, tendo o guerrilheiro mais novo apenas sete anos.” (Correia, 2013, p. 35).

Segundo Jimmie Briggs (2008), cerca de 300 mil crianças, rapazes e raparigas, são utilizados em conflitos armados em todo o mundo, em mais de vinte países. Para este autor, é um fenómeno que tem vindo a aumentar drasticamente nas últimas décadas.

Nesta análise, devemos cobrir um amplo espectro de questões, que vão desde a sua entrada no conflito até à sua reintegração social, não descurando a sua educação para a reconciliação e para a Paz, contrariando os seus impulsos agressivos e os seus instintos assassinos, frutos do seu anterior treino para a guerra (Fitzduff & Stout, 2006a, 2006b).

Referindo novamente James Page, verificamos que a literatura sobre a Educação para a Paz tem dado uma importância crescente sobre a Paz como um Direito Humano. Apesar disso, continua a notar-se uma falha importante e persistente na literatura sobre este tema, que consiste na incapacidade de desenvolver e apresentar fundamentos filosóficos sistemáticos para a Educação para a Paz, que é agora oficialmente aceite como um importante aspecto da educação social (Page, 2004).

Segundo Smith e Vaux, citado por Smith (2010), a educação é um

direito fundamental que deve ser sempre mantido, mesmo nos momentos e nas circunstâncias mais difíceis. A Educação para a Paz, bem como a educação em geral, não é apenas um direito fundamental, nem apenas uma afirmação ideológica. Quando se mantém a educação, mesmo no meio de um conflito, ela pode ser um importante mecanismo de prevenção e de protecção das crianças contra os diversos abusos a que estão sujeitas. Para além disso, é um instrumento essencial para o desenvolvimento humano e para a erradicação da pobreza.

A Educação para a Paz pode ser um factor potencial para a Resolução de Conflitos e deve ser englobada num plano mais amplo de prevenção primária (Albee & Joffe, 1977), contribuindo assim para uma denominada «ciência da prevenção» (Perry & Albee, 1994), que não pode esquecer a educação ambiental, dado que ela faz parte das estratégias de prevenção primária e de um desenvolvimento sustentável (Forgays, 1978).

Ainda segundo Smith e Vaux, citado por Smith (2010): “raramente as crianças têm uma segunda oportunidade de receber educação. Quando se perde a oportunidade da educação devido a um conflito, não é apenas uma perda para o indivíduo, mas uma perda de capital social e da capacidade de uma sociedade recuperar do conflito” (Smith, 2010, p. 1).

A Educação para a Paz também é uma forma de prevenção da violência e da tirania. Neste contexto, Fenech (2001, p. 85) cita Platão, que referiu o seguinte: “Quando os pais se habitam a deixar os filhos fazerem o que querem, quando os professores tremem diante dos seus discípulos e preferem lisonjeá-los, quando os jovens desprezam as leis porque já não reconhecem a autoridade de quem quer que seja acima deles, então é o princípio da tirania.”.

Georges Fenech (2001) refere que, todas as pessoas que têm responsabilidades na educação dos jovens devem ter uma formação adequada às suas funções e devem ter uma formação específica para saberem lidar com as transgressões e os comportamentos desviantes.

Neste contexto, é importante incluir nos programas curriculares de Educação para a Paz, os conceitos e os modelos de Paz Negativa e Paz Positiva, que passamos a abordar.

Uma análise da Paz, feita a vários níveis, classifica a Paz em Negativa e Positiva, utilizando para isso dois conceitos que apresentamos a seguir. A Paz Negativa não é uma Paz consolidada e nem sempre é obtida através de meios pacíficos, sendo caracterizada pelo pessimismo, pela ausência do conflito, da violência visível e directa e pela cura rápida (em detrimento da prevenção). A Paz Negativa pode ser útil a curto prazo porque tem como objectivo a obtenção de um cessar-fogo, do fim das hostilidades e/ou de uma anterior relação conflitual marcada por episódios periódicos de violência, onde as partes têm a percepção de objectivos incompatíveis, que dominam o relacionamento. Mas a longo prazo tem de ser feita a abordagem utilizada na Paz Positiva, para alcançar os resultados desejados e uma Paz duradoura (Christie, Tint, Wagner & Winter, 2008; Galtung, 1996; Grewal, 2003).

Na Paz Negativa, existe potencial para remover o relacionamento da violência, para examinar as características do conflito na relação, ou para além da violência, para obter um acordo na pós-violência e para fazer a gestão dos conflitos. Na pós-violência a

relação é dominada pela não-violência, mas tem o potencial de voltar ao conflito ou às acções violentas. Uma relação pode ser cíclica através do conflito para a violência ou para a pós-violência e ocorre sempre num contexto estrutural e cultural (Christie, Tint, Wagner & Winter, 2008).

Enquanto os processos de Paz Negativa têm três pontos de acesso, distintos no seu conceito e contingentes no estado predominante da relação, as oportunidades para os processos de Paz Positiva estão omnipresentes e podem ter lugar em qualquer ponto da relação, sempre que as injustiças sociais estejam presentes, independentemente do estado predominante da relação ser o conflito, a violência ou a pós-violência (Christie, Tint, Wagner & Winter, 2008).

As estratégias de gestão de conflitos são apropriadas para promover a Paz Negativa. Ao mesmo tempo podem também ocorrer, a Paz Positiva ou a transformação do conflito, que são processos que movem a estrutura da relação para uma gestão mais equitativa. Isto é desejável, tanto para os processos de Paz Negativa, como para os de Paz Positiva, que se estejam a desenvolver (Lederach, 2003). No entanto, uma forma de abordagem que tenha apenas a preocupação de gerir o conflito, corre o risco de estar a dar apoio a uma sociedade injusta e estática, originando uma situação contraprodutiva e insustentável (Rubin, Pruitt & Kim, 1994).

O termo Paz Positiva refere-se a uma Paz estrutural e cultural, e nada tem a ver com a chamada psicologia positiva. A Paz Positiva tem uma natureza emancipatória, é caracterizada pelo optimismo, pela prevenção e é sempre obtida por meios pacíficos, como a Resolução Cooperativa de Conflitos. Diz respeito às transformações dentro e através das instituições que rectificam as desigualdades estruturais. A Paz Positiva é promovida quando as estruturas políticas se tornam mais inclusivas e dão voz aos que são marginalizados, em matéria que afecta o seu bem-estar. As estruturas económicas transformam-se quando aqueles que têm sido explorados ganham mais acesso a recursos materiais que satisfaçam as suas necessidades básicas (Galtung, 1996; Grewal, 2003).

Os conceitos de Paz Negativa e Paz Positiva foram desenvolvidos em simultâneo e actualmente são considerados bastante válidos, numa altura em que os estudos da Paz têm evoluído de uma perspectiva de acumulação e construção de conhecimento acerca da Paz, para uma perspectiva mais abrangente de formação na Educação para a Paz (Galtung, 1996; Grewal, 2003).

Estes dois conceitos surgem em contraposição à teoria realista referida nas relações internacionais, que atribui demasiado crédito ao Estado. A Paz deve ser sempre trabalhada e construída num conceito de Paz Positiva, mesmo que o ponto de partida seja a Paz Negativa, tentando ajustar as teorias aos valores, produzindo visões de uma nova realidade mais pacífica (Galtung, 1996; Grewal, 2003).

A consciencialização ou o acordar de uma consciência crítica, pode tornar as estruturas políticas e económicas mais inclusivas, porque a falta de poder dos cidadãos leva-os a fazer uma análise crítica e a desafiar as narrativas que são opressivas do poder (Freire, 1970).

Em conclusão, devemos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para contribuir e facilitar a educação, os valores, os princípios, a ética, a não-violência e o desenvolvimento saudável das crianças,

para assim podermos construir um futuro melhor, com uma Paz mais duradoura e um desenvolvimento sustentável. A Educação para a Paz promove o bem-estar social, individual e colectivo. Se conseguirmos ensinar a construção da Paz e as suas vantagens para a sociedade, também elas o irão fazer no futuro, em cima dos alicerces que receberam, construindo assim um mundo melhor. (Bond & Joffe, 1982).

Segundo May (1943), o ser humano pode aprender a ser pacífico tão facilmente como aprende a fazer a guerra. A aprendizagem social de como, quando e com quem se deve lutar, as suas motivações e recompensas, explicam como os indivíduos aprendem a responder a uma agressão directa ou indirecta. A escolha do modo de agir depende da forma como foi feita a aprendizagem. Escapar, superar o medo, amar, defender e trabalhar com o seu grupo, são formas de aprendizagem social. Sem elas não pode existir uma Paz permanente. As pessoas têm de viver em sociedade e aprender a partilhar lealdades e interesses, e estar representadas num governo, uma condição que nem sempre é fácil e rápida de atingir após um conflito armado. Nestes contextos, que continuam actuais, a Educação para a Paz faz todo o sentido.

A mudança de um sistema político autoritário para um sistema político aberto deve ser sempre uma transição democrática não violenta. São transformações de Estado/Sociedade, que devem visar a obtenção da Paz por meios pacíficos, onde a Paz a atingir se refere à Paz Positiva, com um fim socialmente justo, e a outra Paz se refere à Paz Negativa ou ausência de guerra, com uma gestão não violenta dos conflitos (Montiel & Christie, 2008).

Relativamente à Educação para a Paz, Hakvoort e Oppenheimer (1998) apresentaram uma compilação de vários estudos sobre o conceito de Paz e Guerra entre crianças e adolescentes, bem como a forma como desenvolveram esse conceito. Embora não exista um consenso universal sobre o conceito de Paz e Guerra, o que se verifica é que eles desenvolvem estes significados de acordo com as comunidades onde estão inseridos, conforme a educação e os valores que lhes são transmitidos.

Existem muitas variáveis que influenciam o desenvolvimento destas percepções, nomeadamente a idade e o género, que aparecem com maior significado. Diversos estudos indicam que existe uma relação estrutural entre o entendimento das relações interpessoais e o entendimento da Paz em particular. Outras variáveis como a influência das instituições sociais e dos agentes de integração social, embora sejam relevantes em teoria, raramente têm fundamentação prática (Hakvoort & Oppenheimer, 1998).

Quando se fazem programas de Educação para a Paz, temos de ter em atenção o estado de carência das crianças que vão entrar nesses programas. Milton Schwebel e Daniel Christie (2001) defendem que as privações económicas, sociais e psicológicas enfraquecem as crianças que já estão em risco. As crianças que vivem experiências de pobreza têm um desenvolvimento intelectual diminuído porque os pais estão demasiado fragilizados para lhes providenciar experiências linguísticas cruciais. A sua principal preocupação é a sobrevivência.

Nestes casos os governos e as estruturas económicas devem providenciar aos pais um emprego que lhes permita a subsistência, cuidados médicos pré-natais, cuidados infantis de qualidade e a

criação de condições mínimas para entrar nestes programas, se quisermos que a próxima geração se desenvolva com cidadãos válidos e inteligentes, responsáveis e menos violentos, para que seja possível criar um mundo melhor, muito mais pacífico (Schwebel & Christie, 2001).

Por tudo o que foi referido neste artigo, a Educação para a Paz e a Educação para a Cidadania não devem ser consideradas mais uma despesa, mas sim um investimento absolutamente fundamental, principalmente como forma de prevenção da violência e dos comportamentos desviantes (Rucha-Pereira, 2010), sem esquecer a formação e o treino em Resolução Pacífica e Cooperativa de Conflitos, que podem e devem ser feitos em todos os contextos, e fazem parte da Educação para a Paz (Rucha-Pereira, 2016b).

Assim, a Resolução Pacífica e Cooperativa de Conflitos locais e regionais, bem como a Resolução de Conflitos Internacionais,

pode dar um grande contributo para a diminuição da violência e também do terrorismo, cuja prevenção primária também pode ser feita através da Psicologia da Paz e da Psicologia Comunitária, que podem utilizar os seus mecanismos de Prevenção, contribuindo para uma melhor integração social dos indivíduos e das comunidades, esclarecendo as suas mentes, nomeadamente através da Educação para a Paz, no sentido do bem-estar comum e da Paz social, da cooperação inter-religiosa e ecuménica, utilizando medidas preventivas universais, para evitar que as pessoas que estão em situação precária, de dificuldade e de vulnerabilidade, sejam motivadas a praticar actos de violência (Rucha-Pereira, 2016a).

Terminamos com uma citação de Albert Einstein: “A Paz não pode ser mantida à força. Somente pode ser atingida pelo entendimento.”

NOTA: Este artigo não segue as regras do novo Acordo Ortográfico da língua portuguesa por opção do autor.





## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Akgun, S., & Araz, A. (2014). The effects of conflict resolution education on conflict resolution skills, social competence, and aggression in Turkish elementary school students. *Journal of Peace Education, 11*(1), 30-45.
- Albee, G. W., & Joffe, J. M. (1977). *The issues: An overview of primary prevention*. Hanover, New Hampshire: University Press of New England.
- Bond, L. A., & Joffe, J.M. (1982). *Facilitating infant and early childhood development*. Hanover, New Hampshire: University Press of New England.
- Briggs, J. (2008). *Meninos-soldados. Quando as crianças vão à guerra*. Casal de Cambra: Caleidoscópio. (Original publicado em 2005).
- Brooks, G. (1995). *Nove partes de desejo. O mundo escondido das mulheres islâmicas*. Porto: Campo das Letras. (Original publicado em 1995).
- Christie, D. J., Tint, B. S., Wagner, R. V., & Winter, D. D. (2008). Peace psychology for a peaceful world. *American Psychologist, 63*(6), 540-552.
- Correia, A. C. A. (2013). *Crianças-soldado: O problema no caso do Darfur* (Tese de Mestrado, Mestrado de Direitos Humanos, Escola de Direito, Universidade do Minho, Braga).
- Cutrona, C. (2014). Community mediation in the United States. In J. M. Fritz (Ed.), *Moving toward a just peace: The mediation continuum* (pp. 69-89). Dordrecht: Springer Netherlands.
- Dilts, A. (2012). Revisiting Johan Galtung's concept of structural violence. *New Political Science, 34*(2), 191-194.
- Duffey, T. (2000). Cultural issues in contemporary peacekeeping. *International Peacekeeping, 7*(1), 142-168.
- Fenech, G. (2001). *Tolerância zero. Acabar com a criminalidade e a violência urbana*. Mem Martins: Editorial Inquérito. (Original publicado em 2001).
- Fitzduff, M. & Stout, C. (2006a). *The psychology of resolving global conflicts: From war to peace* (Vol. 2). Westport, CT: Praeger Security International.
- Fitzduff, M. & Stout, C. (2006b). *The psychology of resolving global conflicts: From war to peace* (Vol. 3). Westport, CT: Praeger Security International.
- Forgays, D. G. (1978). *Environmental influences and strategies in primary prevention*. Hanover, NH: University Press of New England.
- Freire, P. (1970). *Pedagogy of the oppressed*. New York: Seabury Press.
- Galtung, J. (2014). *Violence, war, and their impact. On visible and invisible effects of violence*. Retirado em 24 de Setembro de 2014, de <http://them.polylog.org/5/fqj-en.htm>
- Galtung, J. (2008). Form and content of peace education. In *Encyclopedia of peace education*, Teachers College, Columbia University. Retirado em 15 de Outubro de 2014, de <http://www.tc.columbia.edu/centers/epe/entries.html>
- Galtung, J. (1996). Reflexións sobre a violencia para construír a paz. In X. R. Jares (Coord.), *Construír a paz. Cultura para a paz* (pp. 139-142). Vigo: Edicións Xerais de Galicia.
- Grewal, B. S. (2003). *Johan Galtung: Positive and negative peace*. Retirado em 1 de Outubro de 2014, de [http://www.activeforpeace.org/no/fred/Positive\\_Negative\\_peace.pdf](http://www.activeforpeace.org/no/fred/Positive_Negative_peace.pdf)
- Hakvoort, I., & Oppenheimer, L. (1998). Understanding peace and war: A review of developmental psychology research. *Developmental Review, 18*(3), 353-389.
- Huntington, S. (1996). *The clash of civilizations*. New York, NY: Simon & Schuster.
- Joseph, R. (2004). A template for assessing cultures of peace. *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology, 10*(2), 125-146.
- Kargar, Z. (2012). *Mulheres afegãs – Histórias por detrás da burca*. Porto: Albatroz. (Original publicado em 2011).
- Law, S. F., Sonn, C., & Mackenzie, C. (2014). Situating peace in the globalized era: Perspectives of youth peace-builders in Laos. *Journal of Peace Psy., 20*(2), 109-123.
- May, M. A. (1943). *A social psychology of war and peace*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Montiel, C. J., & Christie, D. J. (2008). Conceptual frame for a psychology of nonviolent democratic transitions: Positioning across analytical layers. In F. M. Moghaddam, R. Harré, & N. Lee (Eds.), *Global conflict resolution through positioning analysis* (pp. 261-280). New York, NY: Springer Science + Business Media.
- Naziran, & Mercier, C. (2011). *Naziran – Uma mulher sem rosto*. Porto: Albatroz. (Original publicado em 2010).
- Page, J. S. (2008). *Peace education – Exploring ethical and philosophical foundations*. Charlotte, NC: Information Age Press.
- Page, J. S. (2004). *Peace education – Exploring ethical and philosophical foundations*. *International Review of Education, 50*(1), 3-15.
- Pearson, E. (2002). *Human traffic, human rights: Redefining victim protection*. London: Anti-Slavery International.
- Perry, M. J., & Albee, G. W. (1994). On “the science of prevention”. *American Psychologist, 49*(12), 1087-1088.
- Ragland, D. (2009). Recasting classical and contemporary philosophies to ground peace education: A review essay of James Page, *Peace education: Exploring ethical and philosophical foundations*. In *Factis Pax, 3*(1), 147-153.
- Rubin, J. Z., Pruitt, D. G., & Kim, S. H. (1994). *Social conflict*. New York: McGraw Hill.
- Rucha-Pereira, J. G. (2016a). *Psicologia da Paz: perspectivas sobre o terrorismo, as ameaças e as vítimas*, publicado na Revista *Miscellanea APAV* nº 2, p. 6-12, editada pela APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, Lisboa.
- Rucha-Pereira, J. G. (2016b). *Resolução de conflitos internacionais: Estudo com militares em missões de paz* (Tese de Doutoramento em Psicologia, na área de especialização em Psicologia Comunitária, ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, Lisboa).
- Rucha-Pereira, J. G. (2010). *Perfis do terror – Dispositivos de interpretação comportamental na prevenção do terrorismo* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa).
- Schwebel, M., & Christie, D. J. (2001). Children and structural violence. In D. J. Christie, R. V. Wagner, & D. D. N. Winter (Eds.), *Peace, conflict, and violence: Peace psychology for the 21st century* (pp. 120-129). Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall/Pearson Education.
- Shore, Z. (2007). *Criando Bin Ladens – A América, o Islão e o futuro da Europa*. Lisboa: Editorial Bizâncio. (Original publicado em 2006).
- Smith, A. (2010). *Paper commissioned for the EFA Global Monitoring Report 2011, The hidden crisis: Armed conflict and education*.
- Souza, L. K. (2007). Educação para a paz e educação moral na prevenção à violência. *Psicologia da Educação, 25*, 131-155.
- Souza, L. K. (2001). *Paz, guerra e violência: as concepções de crianças e adolescentes de Porto Alegre* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS).
- Souza, L. K., & Sperb, T. M. (2002). *Conceptions of peace, war, and violence in Brazilian children and adolescents*. 17th Biennial Meeting of the International Society for the Study of Behavioural Development, Abstracts. Ottawa, Canada.
- Warters, W. C. (2000). *Mediation in the campus community: Designing and managing effective programs*. San Francisco: Jossey Bass Publishers.
- Wright, M. (2008). *Restoring respect for justice: A symposium* (2nd ed.). Hampshire, UK: Waterside Press.
- Ziyadov, T. (2006). The Galtung triangle and Nagorno-Karabakh conflict. *Caucasian Review of International Affairs, 1*(1), 31-41.

# A virtude pública da compaixão no apoio e atendimento às vítimas de crime

Jorge Gracia



Paulo Teixeira

## RESUMO

O crime acarreta uma série de consequências negativas nas vítimas – diretas ou indiretas – que produzem sofrimento. Esse sofrimento pode gerar compaixão, uma emoção que, embora controversa, tem um importante papel na construção das políticas de apoio e atendimento às vítimas. Neste texto é analisado o possível papel da compaixão enquanto virtude pública, a sua estrutura e seus limites. Foca-se especialmente na análise da interligação entre justiça e compaixão, assim como na importância da vulnerabilidade no que diz respeito às vítimas. São também propostas algumas medidas concretas para um uso da compaixão reformulada como virtude pública relativamente às políticas vitimais.

**Palavras-chave:** *vítimas, compaixão, sofrimento, vulnerabilidade, políticas de apoio e atendimento.*

## ABSTRACT

*Crime leaves a series of negative consequences on victims – direct or indirect – that produce suffering. This suffering can generate compassion, which is an emotion that, although controversial, plays an important role in building support policies for victims. This paper analyzes the possible role of compassion as a public virtue, its structure and its limits. It focuses in particular on the interconnection between justice and compassion, as well as on the importance of vulnerability with regard to victims. Some concrete measures are also proposed for a use of reformulated compassion as a public virtue connected with victim policies.*

**Key words:** *victims, compassion, suffering, vulnerability victim support policies*

## O REGRESSO DAS VÍTIMAS

### E O APELO À COMPAIXÃO

O crime gera uma série de consequências negativas nas vítimas que afetam diferentes esferas da sua vida: desde a saúde física e psicológica até à sua condição financeira. Estas consequências atingem as vítimas diretas mas também as vítimas indiretas – amigos, familiares. O crime, especialmente o mais violento, gera sofrimento e, portanto, potencialmente pode fazer nascer a compaixão.

Apesar de terem desempenhado tradicionalmente um papel subordinado, as vítimas ocupam nos dias de hoje uma posição cada vez mais central. Nas mudanças experienciadas nas políticas criminais, entre as quais esse processo de regresso da vítima (Garland, 2005), têm tido algum relevo uma série de emoções, que não devem ser interpretadas como forças totalmente cegas e incontrolláveis, opostas à razão, mas como portadoras de elementos cognitivos e avaliativos.

Embora nem tudo seja emoção, certas emoções desempenham um papel na forma como as sociedades reagem ao fenómeno da criminalidade. Tendo entre elas um especial destaque a compaixão, especificamente no que diz respeito às vítimas de crime. Ser vítima é percebido como uma injustiça e os poderes públicos são confrontados para intervirem na resposta e no alívio desse sofrimento.

Não obstante, falamos pouco em compaixão pois, talvez com razão, preferimos falar em justiça. Mas, desta maneira, estamos talvez, por um lado, a enfrentar conceitos que não são necessariamente incompatíveis e, por outro lado, a subvalorizar o papel da compaixão enquanto emoção que ajuda a moldar o julgamento acerca do sofrimento dos outros. Diante da dor dos outros, neste caso das vítimas de crime, a simples racionalização, embora indispensável, parece irrelevante. Se não fosse pela capacidade de nos colocarmos na pele dos outros e de sentirmos compaixão, como é que poderíamos verdadeiramente, de forma vivida, saber que no mundo se cometem injustiças e que as pessoas sofrem por causa delas?

Todavia, a pura emocionalização não resolve nada: não se trata de ficarmos apenas na contemplação passiva do sofrimento dos outros, mas de os ajudarmos na sua superação. Especialmente direcionando o nosso esforço para as causas que o geraram e que podem (e devem) ser combatidas. O conhecimento compassivo liga-se assim ao reconhecimento da vulnerabilidade (própria e alheia) que, embora tenha componentes biológicos, assenta também em estruturas sociais desiguais e injustas.

No coração da renascida preocupação social pelas vítimas, a compaixão, no seu melhor, “não seria um gesto condescendente com aqueles carenciados ou necessitados, senão a possibilidade de os cidadãos se constituírem como sujeitos morais” (Echeburua & Cruz-Sáez, 2015, p.85). A compaixão, pelo menos nesta versão reformulada, tem implicações políticas, uma vez que vai além do sentimento individual para ser articulada como uma virtude pública, e isto torna-se especialmente evidente no que diz respeito ao apoio e atendimento às vítimas de crime.

## DE QUE FALAMOS QUANDO FALAMOS EM COMPAIXÃO?

A compaixão sempre foi uma emoção controversa que tem gerado uma apaixonada conversa filosófica acerca dos seus usos e dos seus limites. Uma conversa que se vem prolongando ao longo dos séculos tanto na tradição ocidental (dos gregos até hoje) quanto na oriental. Inseridos nessa tradição temos, por exemplo, grandes defensores como Schopenhauer, Hume ou Levinás, mas também grandes detratores como Nietzsche ou Hannah Arendt.

Quase todos os autores que refletiram sobre o tema, a favor ou contra, se basearam na definição aristotélica de piedade ou compaixão (ἔλεος) que aparece no segundo livro da *Retórica*. Para Aristóteles, a compaixão “consiste numa certa pena causada pela aparição de um mal destruidor e aflitivo, afetando quem não merece ser afetado, podendo também fazer-nos sofrer a nós próprios, ou algum dos nossos, principalmente quando esse mal nos ameaça de perto” (Aristóteles, 2006 [circa 400 AC], p.184).

Por seu turno, Martha C. Nussbaum (2014, p.175), uma das filósofas atuais que melhor tem analisado o papel das emoções e especialmente da compaixão nas sociedades democráticas, define-a, na esteira da tradição aristotélica, como “uma emoção dolorosa face ao grave sofrimento de outra criatura ou criaturas”.

Segundo esta autora, a estrutura da compaixão é composta por quatro julgamentos ou pensamentos, sendo que três deles provêm do desenvolvimento aristotélico original: pensamento de gravidade, o pensamento de não culpabilidade e o pensamento da semelhança de possibilidades; enquanto o último, o pensamento *eudaimonista* – que deriva da palavra grega *eudaimonia* (εὐδαιμονία) que pode ser traduzida como felicidade ou bem-estar – é um desenvolvimento da autora partindo da moldura teórica aristotélica (Nussbaum, 2008, 2014).

Na compaixão, enquanto movimento do pensamento direcionado ao sofrimento dos outros, fica implícita tanto a percepção da natureza e magnitude do sofrimento, quanto a imaginação que nos faz colocar-nos na posição do outro. É difícil sentir compaixão daquele que não vemos ou percebemos como próximo de nós, mas a proximidade não chega. É preciso colocar-nos no lugar do outro, o que só pode ser alcançado através de uma qualidade única do ser humano: a imaginação (Alcón, 2008).

O pensamento ou julgamento de gravidade assume que quando alguém experimenta compaixão acha que a outra pessoa sofre de uma forma séria e não trivial. Não podemos sentir compaixão pela dor que consideramos como uma perda irrelevante ou mínima. As consequências de ser vítima de um crime, podem ser graves e afetar diferentes áreas da vida da pessoa (física, psicológica, social, familiar, financeira ...) e, portanto, o crime constitui uma ocasião para sentirmos compaixão de quem se vê afetado como vítima.

O segundo pensamento ou julgamento é o de não culpabilidade. Em geral, nós não seríamos capazes de sentir compaixão se pensássemos que o problema ou dificuldade enfrentada pelas pessoas foi, de alguma forma, escolhido ou provocado por elas próprias. No caso das vítimas de crime, este aspeto é particularmente relevante para a construção do estereótipo de vítima ideal (Christie, 1986). Esta conceção da vítima ideal captura com precisão as condições sociais: atribui a alguém o estatuto de vítima e determina também se ele merece ou não o dito estatuto (Walklate 2011, p. 186). O seu poder cultural determina a hierarquia: no topo social da estima encontram-se as vítimas ideais (e idealizadas) enquanto objeto legítimo de simpatia e de apoio ao serem vistas como vulneráveis e inocentes (Carrabine et al. 2004).

Mas esse julgamento pode ser – e, aliás, muitas vezes é – moldado pelos preconceitos sociais e pelas condições de vulnerabilidade e de exclusão social. No caso de vítimas pertencentes a grupos não hegemónicos é especialmente frequente a dúvida no que diz respeito à sua inocência tornando-se assim difícil, ou até neutralizado totalmente, o sentimento de compaixão dirigido a elas (Walklate, 2011). Aqui temos de lembrar como a tendência social de culpabilização às próprias vítimas, ainda é muito vincada em relação a determinados coletivos ou tipos de crimes, como acontece, por exemplo, nas agressões sexuais.

O terceiro pensamento ou julgamento é a semelhança de possibilidades. A pessoa que sente compaixão, muitas vezes, pensa que quem sofre teve pelo menos uma possibilidade na vida semelhante à própria. A injustiça de ser vítima de um crime ecoa em nós e faz-nos lembrar a nossa própria vulnerabilidade. Para conhecer e avaliar o sofrimento em muito tem contribuído o papel dos meios de comunicação social nas sociedades contemporâneas, apesar de serem também muitas vezes contestados por reforçarem

estereótipos sobre as vítimas ou vincarem a hierarquia e a diferenciação entre elas. Em todo o caso, a necessária expansão do uso político da compaixão, a criação de uma compaixão alargada e abrangente, não é uma tarefa fácil.

Para ressaltar a importância desta necessária tarefa, Nussbaum inclui finalmente na sua visão da compaixão o que ela chama pensamento *eudaimonista*. Este pensamento dá à pessoa ou às pessoas que sofrem um papel significativo na vida da pessoa compassiva, no seu bem-estar ou felicidade (o significado original da palavra grega *eudaimonia*). Em certo sentido, trata-se de alargar o âmbito dos nossos interesses para incluir a preocupação com o destino dos outros, que consideramos assim importante e valioso. As pessoas que despertam emoções profundas em nós, incluindo a compaixão, são aquelas com as quais estamos conectados, por assim dizer, através da nossa imaginação sobre aquilo que significa uma vida valiosa. Eles fazem parte do que poderia ser chamado como o nosso “círculo de interesse ou de preocupação” (Nussbaum 2014, p.25).

A verdade é que, embora tenha tido os seus defensores, a compaixão sempre foi uma emoção “suspeitosa” (Arteta, 1996) que cria algumas resistências. As críticas à emoção compassiva são de três tipos: ao ser uma emoção, implica relativismo e heteronomia e, portanto, não parece adequada como referência de uma moralidade que deve assentar na racionalidade e na autonomia; incita a atitudes paternalistas, pois é a fragilidade dos outros a que comove gerando relacionamentos de latente e implícita superioridade; finalmente, embora implique ação, parece derivar esta da bondade do sujeito compassivo quando a intervenção devia derivar da justiça (Etxebarria, 1999, p. 21).

Talvez por estas falhas, autores como Chris Frakes (2010) tentaram, numa síntese da tradição ocidental e oriental, ultrapassar os dois pólos problemáticos que se podem associar com a compaixão – a angústia e a indiferença – no intuito de ressaltar o seu caráter de virtude e, desta maneira, ligá-la à ação e ao compromisso e, no fundo, à justiça. Assim o autor fala em compaixão equânime que define da seguinte forma: “a virtude da compaixão é o hábito de escolher com equanimidade a ação que supõe a resposta certa diante do sofrimento doutrem” (Frakes 2010, p.87).

Contudo, pode dizer-se que, no seu pior, a compaixão parece uma emoção *de quilómetro zero* e que, por isso, tem de ser muito trabalhada para se converter numa virtude alargada e cosmopolita. Sendo assim, o sofrimento de quem não se parece conosco resulta-nos irremediavelmente longínquo. Além disso, só se focaria nos casos mais graves e nos quais não atribuímos nem erro nem culpa à pessoa que sofre; portanto, as ocasiões para a verdadeira compaixão seriam bastante limitadas. Além disso, a compaixão esmorece com facilidade. O interesse num foco exterior ao nosso ser e ao nosso círculo mais imediato pode aparecer com força num momento inicial mas, com certeza, é difícil que esse interesse se mantenha com o mesmo ímpeto durante longo tempo. São tantos os sofrimentos no mundo que carecemos da capacidade real de nos preocuparmos com todos eles. Também temos de ter em conta que certas formas de compaixão podem ser uma amostra de paternalismo que diminui e humilha aos outros. Como diz o Richard Sennet (2003), num livro intitulado muito significativamente *O respeito*, há algumas formas de compaixão “que magoam”.

Em todo o caso, a compaixão, apesar do seu potencial para a desigualdade e o preconceito “é uma emoção na qual muitas vezes confiamos para conectar a nossa imaginação como o bem dos outros e transformá-los num objeto do nosso interesse mais profundo” (Nussbaum 2014, p. 164). Por isso, concordo com Hodern (2013, p.97) quando diz que “nenhum bom propósito social se beneficia do ocultamento das questões relativas à natureza da compaixão”. Há, entretanto, um aspeto relevante numa certa versão renovada da compaixão que nos conecta com o resto de pessoas e que, embora cientes do escorregadio do termo, serve para construir uma sociedade mais coesa e decente. Decente no sentido que utilizava Margalit (1996), isto é, que não humilha aos seus cidadãos.

## A COMPAIXÃO ENQUANTO VIRTUDE PÚBLICA: SOFRIMENTO, VULNERABILIDADE E JUSTIÇA

Nas sociedades hodiernas, continua a ser precisa a existência de uma ética cívica ou pública, embora sendo sociedades pluralistas, nas quais convivem diferentes éticas de máximos, esta deva ser necessariamente uma ética de mínimos. Nas palavras de Adela Cortina (1986, p. 77): “Ninguém pode exigir ao outro viver consoante um modelo de felicidade, pode apenas convidar a segui-lo. Todavia, uma sociedade pode exigir aos cidadãos viverem segundo umas orientações de justiça. Desta forma resulta possível *de facto* o pluralismo moral, pois há uns mínimos de justiça (liberdade, igualdade, diálogo e respeito) partilhados pelas morais de máximos”.

E a compaixão? Faz ela parte desta ética mínima pública?

Diante do sofrimento, tentamos procurar um sentido. Esse sentido, como resalta Joshua Hodern (2013), está a determinar nosso entendimento da compaixão. Para este autor, a política contemporânea pretende reinterpretar o sofrimento desta maneira: uma vez que ele está a frustrar a capacidade de escolha das pessoas até quase as incapacitar, se for prolongado e grave, e dado que a agência e a autonomia são fins claramente racionais para as democracias liberais, o mandato de salvaguardar essa capacidade de escolha das pessoas obrigaria a colocar num espaço destacado à compaixão que, pelo menos na sua melhor versão equânime, vem reagir contra esse sofrimento.

Como conclui Enrique Baca Baldomero (2008, p.12), percebendo, no entanto, certa ambivalência deste fenómeno: “É assim estabelecida uma verdadeira cultura da *desgraça íntima* e, nesse contexto, todas as pessoas que sofrem podem reivindicar o papel de vítimas e pedirem para ser consideradas como tais. O raciocínio é claro: o sofrimento é uma injustiça e não sofrer converte-se num direito”. Aliás, eis um certo aspeto negativo que tem a ver com uma cultura da *vitimidade* que teria convertido as vítimas (ou certas vítimas pelo menos), de forma algo acrítica, nos “heróis de nosso tempo”. E também, ao mesmo tempo, encontramos o aspeto positivo de as vítimas, todas as vítimas, terem ganho um reconhecimento cada vez mais material e efetivo dos seus direitos.

Não obstante, embora o sofrimento faça parte da vida, ele não é a vida por inteiro. Uma excessiva ênfase nele pode levar a que seja percecionado como desejável enquanto necessário para a



construção dessa *vitimidade* de que falamos e assim usufruir dos aspetos vantajosos do novo papel social das vítimas. Tudo isto iria fortalecer a diferenciação e hierarquia das próprias vítimas, pois deixaria postergadas, ou diretamente no esquecimento, aquelas vítimas reais que não souberam ou não puderam construir, pela sua posição subalterna e consequente exclusão social, um relato convincente do seu sofrimento que não é menos real ou doloroso, ou de menor qualidade, do que aquele sofrimento das outras vítimas mais reconhecidas socialmente.

Para além disso, a abordagem mais liberal, focada no sofrimento individual e na perda de autonomia, vem deixar num segundo plano a interligação e interdependência entre os seres humanos. No fim, esse sujeito liberal plenamente autónomo não seria mais do que um mito, pois todas as pessoas dependem em diferentes graus e de diferentes formas umas das outras, uma vez que todos somos criaturas vulneráveis e finitas por natureza. De facto, a consciência da vulnerabilidade (própria e alheia) é um dos elementos essenciais no uso da compaixão que aqui defendemos. Sem dúvida, a vulnerabilidade aparece assim como um conceito muito mais poliédrico e que mostra uma dimensão mais coletiva, enquanto o sofrimento é percebido como desconfortavelmente subjetivo. Não é por acaso que, desde a vitimologia, passamos a falar em *grupos vulneráveis*

Talvez por tudo isto, alguns autores têm sugerido que seria importante um esclarecimento concetual que colocasse a vulnerabilidade, mais do que o sofrimento, como um espaço ou ocasião adequada para o exercício da compaixão na sua construção como virtude pública (Whitebrook 2002, p. 537). Nesse sentido, uma versão reformulada da compaixão, bem consciente dos seus limites, seria exercida em relação às injustiças sistémicas nas quais o foco não se encontraria no sofrimento do indivíduo sob o sistema sociopolítico prevalente, senão no mesmo sistema que gera um considerável e evidente sofrimento que vai para além do próprio indivíduo (Whitebrook 2014, p.26).

No fundo, a questão relevante aqui seria fomentar um entendimento da compaixão no qual fique reforçada a interligação entre ela e a justiça. Segundo Victoria Camps (2011, p. 136), pareceria que, pelo menos aparentemente, a própria condição natural da compaixão como sentimento espontâneo, intrínseco e não aprendido, está a determinar a sua fraqueza e insuficiência. Destarte, “é a naturalidade da compaixão que explica a necessidade de justiça”. Assim, ao contrapormos de forma radical justiça e compaixão, esta última acaba por nos parecer supérflua: apenas uma forma de eludir e mascarar as grandes injustiças, pouco mais do que um bom sentimento, sem dúvida preferível à crueldade, mas, afinal, bastante inútil.

Por isso, o entendimento adequado da compaixão só pode estar ligado à justiça o que não só é perfeitamente possível, mas indispensável. Neste sentido, não devemos esquecer, como adverte Marcus Borg (2011, p. 301) referindo-se às vítimas, que “a compaixão sem justiça pode envolver o atendimento às vítimas e ao mesmo tempo a aceitação sem crítica de um sistema que gera cada vez mais vítimas. A justiça deve perguntar-se porque é que há tantas vítimas e tentar fazer algo sobre isso”.

Diante dos sofrimentos que afetam aos outros e conscientes da vulnerabilidade própria e alheia, interação sentimentos e razão.

A emoção compassiva possui um valor cognitivo que nos faz perceber vividamente as injustiças e nos leva à intervenção, quer diretamente (de forma muito menos frequente), quer indiretamente, apoiando socialmente as resposta certas e necessárias através da ideia da justiça encarnada nas instituições públicas. Para Victoria Camps (2011, p. 138), “os sentimentos que servem para movimentar o comportamento – pois a razão é impotente para tal – têm de acabar eles próprios impulsados pela justiça. Uma ideia de justiça que precisa do Estado e das instituições que permitam aos cidadãos se comportarem como tais e pensarem nas pessoas que sofrem”. Desta forma, como Martha. C. Nussbaum (2008, p. 449) conclui: “A relação entre compaixão e as instituições sociais é, e deve ser, um caminho em duas direções: as pessoas compassivas constroem instituições que encarnam o que elas imaginam; e as instituições assim construídas, por sua vez, influenciam o desenvolvimento da compaixão nos indivíduos” Este parece um propósito socialmente relevante, mas, afinal, como se consegue completar esta complexa tarefa?

Realmente, esta é uma pergunta difícil de responder. A articulação da compaixão como virtude pública, presente nas políticas públicas e nas instituições, requer de um grande impulso político. Por exemplo, um uso adequado e eficaz da compaixão presente em políticas de apoio e intervenção que tentem paliar o sofrimento deve incluir, segundo Collins *et al.* (2010, p. 260), pelo menos três componentes: em primeiro lugar, precisa de uma infraestrutura institucional que suporte o elemento de sofrimento partilhado presente na emoção compassiva. Para tal, é necessário o trabalho em rede dos profissionais, para-profissionais e voluntários; em segundo lugar, é necessário um reconhecimento político de que esse sofrimento que se quer paliar existe, que deve ser aliviado e que as pessoas que sofrem têm direito a tal intervenção, o que se relaciona diretamente com a ideia de justiça; finalmente, em terceiro lugar, deve existir financiamento suficiente que permita uma intervenção adequada durante o período que for preciso. Tudo isto, como é obvio, embora possa ser referido a uma multiplicidade de políticas públicas é aplicável também especificamente no caso das políticas e estruturas de apoio e atendimento às vítimas de crime.

## UMA POLÍTICA DA COMPAIXÃO NO APOIO E ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS

Por fim, a compaixão, com o seu valor cognitivo-avaliativo e o seu apelo à imaginação moral, desempenha um papel na formulação de políticas de apoio e atendimento à vítima de crimes graves. Se aceitarmos que a extensão do uso público da compaixão supõe uma das tarefas fundamentais no seio das sociedades democráticas contemporâneas, devemos explorar como isso pode ser aplicado às políticas vitimais.

Os mecanismos e políticas de apoio geralmente incluem a assistência às vítimas de crime “fornecendo informações, compaixão e conhecimento profissional para que o seu sofrimento possa ser reduzido e superado” (Dussich 2015 p.59). Nesta tarefa deve ser evitado tanto o tipo de compaixão “que magoa” (Sennet 2003), como a manipulação de emoção que pode perpetuar através

da representação social das vítimas, a diferenciação e hierarquia das mesmas: a distinção entre vítimas boas e vítimas más, vítimas merecedoras de compaixão e vítimas esquecidas. É também preciso superar a justificação da maior punitividade que esquece as garantias do ofensor com o argumento de que é isso o que as vítimas estão a exigir e o que a sociedade deve fazer para as honrar e apoiar.

Contudo, o apoio e atendimento às pessoas que sofrem – neste caso, às vítimas de crime – é instável e fácil de desviar para nós mesmos e para o nosso ambiente próximo. As pessoas, muitas vezes, não conseguem manter sua atenção fixa num curso de ação e o seu compromisso é mais momentâneo do que duradouro. Mesmo os profissionais de apoio à vítima podem sentir uma série de dificuldades *emocionais* no seu trabalho junto das vítimas, como a síndrome de *burnout* ou fadiga por compaixão (Machado 2004; Freudenberg, 1974; Figley 2002). Neste sentido, a formação contínua e bem estruturada dos/das profissionais envolvidos/as é da maior importância face à manutenção de instituições de atendimento à vítima que, embora tenham a compaixão como um elemento essencial, assegurem que não ficam afetadas pelo possível esgotamento dessa emoção compassiva, às vezes, de carácter falível em relação a certas vítimas (Dussich, 2015, p.62-63). As instituições devem tomar medidas de prevenção e de intervenção para combater estas situações e apoiar decididamente os profissionais e voluntários que trabalham nelas. Tudo isso fornece razões para insistir que é preciso ir além da compaixão e focar também no desenvolvimento da ação e das instituições.

O facto de ressaltar o conceito de vulnerabilidade em conjunto com o conceito de sofrimento deve ser acompanhado por um entendimento alargado das muitas circunstâncias que geram essa vulnerabilidade e que têm origens e causas diversas:

físicas, biológicas, mas também socioeconómicas. Os serviços de apoio à vítima para tornarem real uma compaixão que conduza a uma ação eficaz devem abordar, desde ferramentas teóricas como a *interseccionalidade*, aos vários eixos de desigualdade que se podem cruzar numa vítima, convertendo-a em especialmente vulnerável.

É também importante para uma abordagem compassiva do atendimento às vítimas tentar minimizar o seu sofrimento acautelando a questão da vitimação secundária no sistema de justiça, mas também nos próprios serviços de apoio e assistência às vítimas. O sistema de justiça deve também articular mecanismos de compensação adequados para reparar as vítimas facilitando a sua recuperação económica. Deve também analisar, nos casos apropriados, a viabilidade de um modelo de justiça restaurativa que deve concentrar-se mais sobre as formas de reparar o sofrimento das vítimas e todas as circunstâncias presentes relacionadas com elas (Arrona, 2012).

Uma sociedade assente exclusivamente num um entendimento fraco da compaixão, desligado da justiça, iria fornecer um apoio insuficiente e inadequado às vítimas. É por isso que o apoio e atendimento às vítimas deve assentar no reconhecimento objetivo e abrangente de todas as vítimas sem distinção e na aplicação eficaz de uma série de direitos, tanto no seu aspeto processual como de saúde e bem-estar, permitindo articular e manter estruturas e programas de apoio e atendimentos eficazes e duradouros. Compaixão e justiça devem ser entendidas como conceitos estritamente interligados.

Em suma, uma sociedade capaz de entender corretamente a compaixão enquanto virtude pública deve valorizar, apoiar e dar legitimidade tanto às normas legais que reconhecem os direitos de todas as vítimas quanto à manutenção de estruturas de apoio e de atendimento eficazes que visam o apoio das vítimas de crime e zelam pelo seu bem-estar como um objetivo valioso no projeto de construção de uma sociedade decente.

## BIBLIOGRAFIA

Alcón Yustas, M.F. (2008). Simpatía o compasión, elementos del orden político y la cohesión social in *Pensar la compasión*. Madrid: Universidad Pontificia de Comillas.

Aristóteles ([circa 400 AC] 2006). *Retórica*, 3ª ed. (Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena). Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda.

Arrona Palacios, A. (2012). La influencia de la victimología en la justicia restaurativa y los programas de mediación, in *Quadernos de criminología* 16 (6-11)

Arteta, A.(1996) *La compasión: apología de una virtud bajo sospecha*. Barcelona:Paidós, 1996.

Baca Baldomero, E.(2008). La percepción social de la víctima, in *La visibilidad o invisibilidad de la víctima*. Madrid; Fundación alternativas.

Borg, M.J. (2001). *Reading the Bible again for the first time: taking the Bible seriously but not literally*. San Francisco: Harper Collins.

Camps, V. (2011). *El gobierno de las emociones*, Barcelona: Herder.

Carrabine, E., Cox, P., Lee, M., Plummer, K. & South, N. L. (2004). *Criminology: A Sociological Introduction*. London: Routledge., 2004.

Christie, N. (1986). The ideal victim, in Fattah E.A (Ed.), *From crime policy to victim policy*, London: Macmillan.

Collins, M. E.Cooney, K. & Garlington, S. (2012) *Compassion in Contemporary Social Policy: Applications of Virtue Theory*. *Journal of Social Policy*, 41(2): 251-269.

Cortina, A. (2000). *Ética mínima*. 6ª ed., Madrid: Tecnos.

Dussich, J. (2015). The evolution of international victimology and its current status in the world today, in *Revista de victimología online*, [Em linha], (2015).[Consult. 4 Out. 2017]. Disponível na internet: <URL:http:// www.huygens.es/journals/index.php/revista-de-victimologia/article/view/8 >.

Echeburúa, E. & Cruz-Saez, M. S. (2015). De ser víctimas a dejar de serlo: un largo proceso, in *Revista de victimología online*, no 1 ISSN-e 2385-779x. p. 83-96, [Consult. 4 Out. 2017]. Disponível na internet: URL:http://www.huygens.es/journals/index.php/revista-de-victimologia/article/view/9;

Etxeberria, X. (1999). *Ética de la acción humanitaria*. Serie Ayuda humanitaria Textos básicos, vol.4 Bilbao: Universidad de Deusto.

Figley, C. R-. (2002). *Compassion Fatigue: Psychotherapists' Chronic Lack of Self Care*, in *Psychotherapy in Practice* [Em linha], 58(11): 1433-1441 , [Consult. 4 Out. 2017]. Disponível na internet: <URL:http:// www.interscience.wiley.com>

Frakes, C (2010). *When Strangers Call: A Consideration of Care, Justice and Compassion*, *Hypatia*, 21: 79-99.

Garland, D. (2005). *La cultura del control*. Crimen y orden social en la sociedad contemporánea, 1ª ed. (Trad. de Sozzo, M.), Barcelona: Gedisa.

Hordern, J. (2013). What's wrong with 'compassion'? Towards a political, philosophical and theological context, *Clinical Ethics* 8(4): 91-97.

Machado, C. (2004). *Intervenção psicológica com vítimas de crimes: Dilemas teóricos, técnicos e emocionais.*, in *International Journal of Clinical and Health Psychology*. 4(Maio): 399-411.

Margalit, A. (1996). *The decent society* (Trad. N. Goldblum), Cambridge, MA & London: Harvard University Press.

Nussbaum, M.C. (2008). *Paisajes del pensamiento*. La inteligencia de las emociones, *Upheavals of thoughts* (Trad. Araceli Maira) 1ª ed. Madrid: Tecnos.

Nussbaum, M.C (2014). *Emociones políticas*. (Trad. Albino Sánchez Mosquera) 1ª ed. Barcelona: Tecnos,

Sennet, R. (2003). *El respeto* (Trad. Marco Aurelio Galmarini), 1ª ed. Barcelona: Anagrama.

Walklate, S.(2011). *Reframing criminal victimization: Finding a place for vulnerability and resilience*, in *Theoretical Criminology*, 15(2): 179-194.

Whitebrook, M (2014). *Love and Anger as political virtues*, in Ure, M & Frost, M. (Eds.), *The Politics of Compassion*, London: Routledge





**Ser voluntário/a  
é um cartão  
de visita.**



**APAV**<sup>®</sup>  
  
associação portuguesa de  
Apoio à Vítima

**Junta-te à APAV.  
Voluntariado é dar e receber.**  
[apav.pt/voluntariado](http://apav.pt/voluntariado)



© APAV | 2017

Rua José Estêvão, 135 A, Piso 1, 1150-201 Lisboa  
Tel. 21 358 79 00  
apav.sede@apav.pt

*instituição de solidariedade social - pessoa coletiva de utilidade pública*



[www.apav.pt](http://www.apav.pt)



 [facebook.com/apav.portugal](https://facebook.com/apav.portugal)